



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de GESTÃO

Biênio 2016 - 2017



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de GESTÃO

Biênio 2016 - 2017



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA



DIRETORIA 2016-2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO E RONDÔNIA

PRESIDENTE

Desembargador Sansão Batista Saldanha

VICE-DIRETOR

Desembargador Isaías Fonseca Moraes

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador Hiram Souza Marques

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DIRETOR

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

VICE-DIRETOR

Juiz de Direito Guilherme Ribeiro Baldan

CONSELHO SUPERIOR

Desembargador Paulo Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Raduan Miguel Filho
Juiz de Direito Guilherme Ribeiro Baldan
Juiz de Direito Rinaldo Forti da Silva

COORDENAÇÃO SUBCOMARCA DE JI-PARANÁ

Juiz de Direito Oscar Francisco Alves Júnior

SECRETARIO GERAL

Alberto Ney Vieira Silva

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

José Miguel de Lima

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Me. Ilma Ferreira de Brito

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON

COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO

Assessoria de Comunicação - Emeron

SUPERVISÃO TEXTUAL

Ana Rosa Frazão Paiva

PESQUISA, REDAÇÃO E EDIÇÃO

Neuma Oliveira Souto Dória

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marcelo de Oliveira Cidade

FOTOS

Acervo Assessoria de Comunicação - Emeron

Acervo Coordenadoria de Comunicação Social - TJRO

Fotos Mostra Cultural e Muscal Canto para Todos: Agenda Porto Velho

IMPRESSÃO

Divisão de Serviço Gráfico (Digraf) - TJRO

Apresentação	10
Institucional.....	11
Histórico	12
Galeria de Ex-Diretores	15
Conselho Superior	16
Composição Emeron	16
1ª reunião ordinária 2016 - Conselho Superior da Emeron	17
1ª reunião extraordinária 2016 - Conselho Superior da Emeron.....	22
2ª reunião extraordinária 2016 - Conselho Superior da Emeron.....	25
1ª reunião extraordinária 2017 - Conselho Superior da Emeron.....	27
1ª reunião ordinária de 2017 - Conselho Superior da Emeron.....	31
Organograma.....	33
Planejamento Estratégico	34
Atos normativos	41
Cursos oferecidos	50
Formação Inicial de Magistrados	53
Formação Inicial de Servidores	55
Formação de Formadores.....	56
Formação continuada	58
Ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental	58
2016.....	58
Juízes são capacitados em Direitos Humanos	63
Palestra Constelações familiares, justiça restaurativa e mediação	66
I semana de enfrentamento à alienação parental.....	67
Emeron participa da 11ª edição do Ulbra interação total em Ji-Paraná	68
Alunos da Emeron Ji-Paraná participam da audiência simulada	69
Professor da Emeron ministra curso em escola judicial do Rio Grande do Norte.....	70
Professora da Emeron debate racismo em fórum de Direitos Humanos	71

Escola judicial rondoniense comemora três décadas de criação.....	72
Ética Cotidiana é analisada em palestra.....	74
Congresso “O Adolescente e a Socioeducação”	75
Magistrada rondoniense ministra palestra sobre direito ambiental pela ENM ..	76
Projeto da justiça rondoniense é agraciado com prêmio de Direitos Humanos	77
CEULJI/Ulbra e Emeron realizam semana acadêmica de direito em Ji-Paraná.	78
Pesquisadora espanhola faz balanço da cooperação com justiça de Rondônia	79
XLIV Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura .	80
2017.....	82
Lançamento de livro na Emeron é prestigiado pela comunidade jurídica.....	89
Varas de família promovem ações de enfrentamento a alienação parental	90
XLI FONAJE: 20 anos de democratização do acesso à justiça.....	92
Juizes de Rondônia se reúnem para melhorias na execução penal	96
Projeto Impactos	98
Magistrados rondonienses recebem formação em orçamento público.....	99
Vilhena sedia curso Judicialização da Saúde.....	101
Seminário de Contratações.....	103
III Fórum Permanente dos Juizados Especiais de Rondônia	104
Desembargador do TJRO palestra no XI Congresso Brasileiro de Direito das .	
Famílias e Sucessões	106
Encontro de juizes ambientais, promovido pela Escola Paulista, conta com	
colaboração de magistrados rondonienses.....	108
I Seminário Estadual de Direito Constitucional movimenta comunidade	
jurídica da região de Rondônia.....	110
Educação à Distância	112
Programas de Pós-Graduação.....	114

Lato Sensu.....	115
Direito para a Carreira da Magistratura	115
Residência Judicial	120
Docência do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa	121
Gestão Cartorária Judicial.....	123
Terapia Familiar Sistêmica	128
Stricto Sensu	132
Subprograma de fomento	133
Doutorado Interinstitucional em Ciências Jurídicas	134
Doutorado Interinstitucional em Psicologia	135
Mestrado Interinstitucional em Direito	135
Subprograma de intercâmbio	136
Doutorado Interinstitucional em Ciências Políticas	136
Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça na Amazônia	138
Aula Magna	138
Atividades complementares	140
Seminário Direitos Humanos e Direitos Territoriais na Amazônia	140
Povos indígenas, Estado e Direito(s) no Brasil: uma visão antropológica.....	141
Congresso Internacional	142
Atividade programada de pesquisa.....	142
Protocolo internacional de pesquisa.....	143
Subprograma de publicação	144
E-books	144
O Estado no Mundo Globalizado: Soberania, Transnacionalidade e	
Sustentabilidade.....	144
Sustentabilidade, Governança e Proteção ao Meio Ambiente: uma visão a	
partir da Amazônia	145
Coletânea comemorativa 20 anos do FONAJE: 1997-2017	145
Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura: seleção	

de monografias	146
Publicações externas.....	146
Números	150
Responsabilidade social	151
Coral Nosso Tom	151
Coral Vozes do Madeira	153
Mostra Cultural Descobrendo Talentos da Rede de Atenção Psicossocial.....	155
II Mostra Cultural do Judiciário	157
III Mostra Cultural do Judiciário	163
Judiciário na Escola.....	169
Comunicação	172
Biblioteca	174
Modernização Tecnológica.....	177
Medalha do Mérito Acadêmico	179
Agradecimento à equipe	180

Apresentação

A educação é uma das melhores formas de intervenção no ambiente social. Por meio dela, formam-se os conceitos fundamentais para nossa evolução nos aspectos comportamentais, como ética, respeito e colaboração; mas também no aspecto tecnológico, ao promover ferramentas para a construção de novos métodos, práticas e produtos que melhorem nossos trabalhos e nossas vidas, no geral.

Nesse contexto, a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron) tem papel significativo enquanto Escola de Governo e instituição de ensino superior, atuando no aperfeiçoamento contínuo de magistrados e servidores, com uma proposta de educação que estimula o raciocínio e a compreensão do que é ser um profissional de serviço público.

Com o intuito de demonstrar o desenvolvimento e a importância das atividades realizadas pela Emeron, apresentamos o Relatório de Gestão do Biênio 2016/2017. Neste relatório poderão ser encontradas as ações pedagógicas e administrativas promovidas nos dois últimos anos e que, além de dar continuidade às conquistas das gestões anteriores, fomentaram ainda mais a profissionalização e a autonomia da Escola.

É imprescindível lembrar que este desempenho positivo foi possível graças ao empenho incondicional da equipe e ao apoio recebido da Presidência do Poder Judiciário de Rondônia, que ao compreender a relevância do trabalho exercido pela Emeron, envidou os esforços necessários para dotá-la com o espaço favorável à sua operação.

Por fim, desejamos que este Relatório, muito mais do que uma ação de transparência, sirva como ponto de reflexão e de estímulo para novas práticas exitosas em benefício da justiça.

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), janeiro de 2018



INSTITUCIONAL

Histórico

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON) foi criada em 20 de agosto de 1986, por meio da Resolução n. 11, com os objetivos de propiciar meios para a formação, atualização, aperfeiçoamento e especialização de magistrados e bacharéis em Direito; preparar, doutrinária e tecnicamente, os candidatos a concursos para ingresso na magistratura; oferecer aos servidores da Justiça aprimoramento funcional para ampliar com eficácia a prestação jurisdicional e consolidar o prestígio do Poder Judiciário; e concorrer para a compreensão e respeito à pessoa humana, às instituições democráticas e aos ideais de verdade e de justiça.

Ainda em 1986, foi realizado o I Curso de Aperfeiçoamento para Juízes no período de 5 a 8 de dezembro. No ano seguinte, foi ministrado o primeiro curso voltado a servidores. Entre 30 de março e 28 de maio, Oficiais de Justiça participaram do primeiro Curso de Aperfeiçoamento.

Em 1988, deu início, em Porto Velho, ao Curso de Preparação para a Magistratura cujo corpo docente era composto apenas por juízes da capital, advogados militantes e juízes federais.

Como reconhecimento ao trabalho desenvolvido, a Emeron recebeu em 22 de abril de 1991, a Comenda da Ordem do Mérito Educacional de Rondônia, ofertada pela Academia Rondoniense de Educação, conforme Portaria Nº 010/91-PRE da referida Academia. Em setembro de 1994, em parceria com a Associação de Magistrados e Tribunal de Justiça, realizou a I Jornada Jurídica do Estado, que contou com conferencistas locais e nacionais, a exemplo do Desembargador do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul Rêmolo Letteriello.

Em comemoração aos 10 anos de instalação da Emeron, em agosto de 1996, foi lançada a primeira edição da Revista da Emeron, criada com o desiderato de divulgar e

instigar a produção intelectual de questões ligadas ao Poder Judiciário e à sociedade. A partir do n.17, a Revista passou a contar com o International Standard Serial Number (ISSN), ou Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas.

Em 1997, foram iniciadas as atividades do Curso de Preparação para a Magistratura no Núcleo de Ji-Paraná, que funciona até o momento no espaço cedido pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULJI/ULBRA), mediante convênio com a Emeron. Com o objetivo de especializar os servidores da área revisional, em 1997, foi realizado convênio com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para a oferta de Especialização em Língua Portuguesa.

No ano seguinte, um novo curso de Pós-Graduação é ofertado a magistrados, por meio de convênio entre a UNIR e Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), com a temática Direito Penal.

Nos anos que se seguiram, a Escola avançou no tocante ao oferecimento de cursos de aperfeiçoamento para magistrados e servidores.

Em 2008, a Escola oportunizou aos magistrados o Curso de Pós-Graduação "MBA em Poder Judiciário", em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, além do Mestrado Profissionalizante em Poder Judiciário, sendo este o primeiro do Brasil nessa área.

Dentro da perspectiva de valorização da produção intelectual e científica, viu-se, ainda, na responsabilidade de publicar a RAJ (Revista de Administração Judiciária) para divulgar as dissertações defendidas pelos magistrados no Mestrado Profissionalizante.

No dia 25 de novembro de 2011, conforme o Decreto n. 16.355, do Governo do Estado de Rondônia, a Emeron conquistou o credenciamento para a oferta de Educação Superior e autorização para o funcionamento do seu primeiro curso de pós-graduação lato sensu, o Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura, com isso

consolidando o seu prestígio como a primeira Escola de Governo do Estado de Rondônia a obter autorização para a oferta de Educação Superior, que, por meio da Resolução n. 1098/12-CEE/RO, de 19 de dezembro de 2012, estendeu o feito ao Núcleo de Ji-Paraná.

Nos últimos dez anos, a Emeron tem apresentado um exponencial crescimento, passando a realizar e receber eventos nacionais e internacionais de grande porte, a exemplo do Projeto Encontro com Homens Notáveis, promovido nos anos de 2012-2013, e que contou com a presença de grandes nomes do meio jurídico para difundir conhecimentos à comunidade; e do I Congresso Internacional de Mediação e Conciliação, em setembro de 2013, trazendo ao Estado grandes nomes da mediação internacional. A iniciativa, pioneira no país, foi reconhecida pelo World Mediation Forum (Fórum Mundial de Mediação), que enviou carta à Emeron parabenizando-a pelo feito.

Recentemente, a Emeron tem se voltado à pesquisa e a extensão com o oferecimento de cursos de especialização lato e stricto a magistrados e servidores, em áreas relevantes para o cotidiano da justiça, como gestão cartorária, direitos humanos e psicologia.

Em seus 30 anos de existência, a Escola da Magistratura de Rondônia se tornou uma instituição de referência em sua área de atuação, cumprindo com maestria a missão que lhe foi dada, que é de auxiliar o crescimento judiciário por meio da educação.

Galeria de Ex-Diretores

**Desembargador
Sansão Batista Saldanha**



2014-2015

**Desembargador
Walter Waltenberg Silva Junior**



2012-2013

**Desembargador
Valter de Oliveira**



2010-2011

**Desembargador
Roosevelt Queiroz Costa**



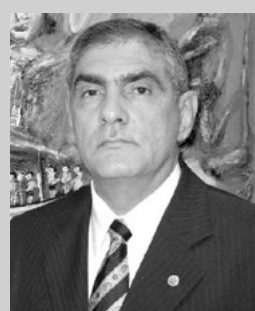
2008-2009

**Desembargador
Rowilson Teixeira**



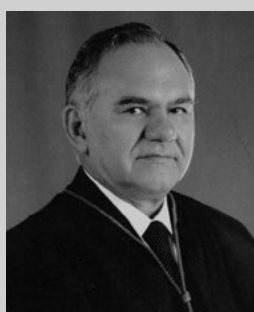
2006-2007

**Desembargador
Renato Martins Mimessi**



2002-2005

**Desembargador
Gabriel Marques de Carvalho**



2000-2001

**Desembargador
Dimas Ribeiro da Fonseca**



1994-1999

**Desembargador
Eliseu Fernandes de Souza**



1992-1993

**Desembargador
Eurico Montenegro Júnior**



1986-1991

Composição Emeron

**Desembargador
Paulo Kiyochi Mori**



DIRETOR

**Juiz de Direito
Guilherme Ribeiro Baldan**



VICE-DIRETOR

**Juiz de Direito
Oscar Francisco Alves Júnior**



COORDENAÇÕES DAS SUBCOMRCAS

Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSUP) foi criado quando da reestruturação da Emeron em 2015 com o intuito de atuar como órgão consultivo e normativo para assuntos administrativos, e deliberativo para assuntos acadêmicos/pedagógicos. Participam do Consup o Diretor e o Vice-Diretor da Emeron, dois desembargadores e um juiz de direito, estes de preferência dentre os que compõem o corpo docente, nomeados pelo Diretor para o período da respectiva gestão à frente da Escola.

No biênio 2016-2017, compuseram o Conselho Superior o Desembargador Paulo Kiyochi Mori, o Juiz de Direito Guilherme Ribeiro Baldan, os Desembargadores Marcos Alaor Diniz Grangeia e Raduan Miguel Filho, e o Juiz de Direito Rinaldo Forti.

Em 2016, foram realizadas uma reunião ordinária e duas extraordinárias. Já em 2017 uma reunião extraordinária foi promovida.

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2016 - Conselho Superior da Emeron

Às 15 horas do dia 24 de junho de 2016, reuniu-se o Conselho Superior da Escola da Magistratura, na Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria, presentes o Desembargador Paulo Kiyochi Mori (Presidente do Conselho), os Conselheiros Desembargador Raduan Miguel Filho, Juiz Guilherme Ribeiro Baldan, e Juiz Rinaldo Forti da Silva. Ausente justificadamente o Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. Presentes, ainda o Secretário-Geral Alberto Ney Vieira Silva, a Diretora Pedagógica Ilma Ferreira de Brito e o Diretor Administrativo José Miguel de Lima. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho Superior da Escola da Magistratura de Rondônia deu boas-vindas a todos e declarou aberto os trabalhos da primeira reunião ordinária no ano de 2016, convocada nos termos do artigo 15, do Estatuto da Escola da Magistratura de Rondônia. Em seguida, deu início a reunião com a apreciação da pauta de discussão que foi disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, com os seguintes itens: 1) Proposta de Regulamentação do Fórum Permanente dos Juizados Especiais - FOJUR; 2) Apreciação dos pedidos de bolsa stricto sensu dos interessados: Ana Paula Baldez; Valéria Scheidegger da Silva; Zeno Germano de Souza Neto; Miguel Mônico Neto; Renato Bonifácio de Melo Dias e Rogério Montai de Lima; 3) Relatório das ações de capacitação realizadas até maio/2016; 4) Relatório de Avaliação Institucional; 5) Convênio com a Universidade de Compostela (Espanha). Em razão da apresentação oral referente ao item 5, o Presidente do Conselho informou a inversão da ordem dos assuntos, passando a apreciação da proposta do Convênio com a Universidade de Compostela (Espanha), em primeiro lugar. Item 1: Convênio com a Universidade de Compostela (Espanha). Apresentação realizada pelo Juiz Arlen José Silva de Souza. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: após discussão, o Juiz Rinaldo Forti da Silva informou que não haveria óbice quanto a celebração do convênio, não apontando nada em oposição; O Desembargador Raduan Miguel Filho entendeu que o convênio vai ao encontro dos anseios da Emeron, sendo que os magistrados irão avaliar a conveniência e oportunidade de utilizar essa parceria, também não indicando nenhuma oposição. O Presidente do Conselho indagou ao Secretário-Geral

sobre o trâmite do convênio no âmbito da Escola (avaliação pedagógica e jurídica). O Secretário-Geral informou que não houve manifestação do setor pedagógico e nem da assessoria jurídica. Argumentou ainda que, em razão da falta de personalidade jurídica da Emeron, o referido convênio deveria ser firmado pela Presidência do Tribunal com a interveniência da Emeron. O Presidente do Conselho propôs a submissão da proposta à avaliação pedagógica e jurídica, com posterior envio à Presidência do Tribunal de Justiça, para os demais encaminhamentos. O Desembargador Raduan Miguel Filho sugeriu que se busque informações sobre parcerias já celebradas pelo Tribunal com instituições de outros países, para subsidiar análise da proposta. O Conselho aprovou por unanimidade a remessa da proposta de convênio à Presidência do Tribunal de Justiça sugerindo o firmamento.

Item 2: Proposta de regulamentação do Fórum Permanente dos Juizados Especiais – FOJUR, contendo minuta do ato de criação e manifestação do Juiz José Jorge Ribeiro da Luz. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: após discussões, deliberou-se que o Fórum Permanente dos Juizados Especiais - FOJUR integrará o calendário permanente da Escola uma vez ao ano, ficando a revisão do ato de regulamentação proposto pelo requerente, sob a responsabilidade do Desembargador Raduan Miguel Filho, com o apoio do ViceDiretor e do Secretário-Geral da Escola. Em seguida a minuta será submetida para apreciação na próxima reunião do Conselho Superior.

Item 3: Apreciação dos pedidos de bolsa Stricto Sensu: a) Ana Paula Baldez Santos; b) Valéria Scheidegger da Silva; c) Zeno Germano de Souza Neto; d) Miguel Mônico Neto; e) Renato Bonifácio de Melo Dias; e f) Rogério Montai de Lima. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Presidente do Conselho informou que o Vice-Diretor pretende apresentar uma proposta de regulamentação com critérios objetivos para a obtenção de bolsa de pesquisa e autorizações de ausência ao trabalho para fins de estudos, sendo que a deliberação em relação aos pedidos de bolsas ficará suspensa até mencionada apresentação, à exceção do requerimento de Renato Bonifácio de Melo Dias. O ViceDiretor absteve-se de votar quanto a este pedido, haja vista que foi utilizado como precedente um caso seu a fim de justificar o pleito do requerente. Após discussões, levando-se em conta que o requerente sempre teve ciência de que seu afastamento seria

sem ônus para o Tribunal de Justiça, bem como o entendimento de que a bolsa pleiteada não se equipara as demais bolsas de pesquisa stricto sensu concedidas, deliberou-se por unanimidade dos votantes pelo indeferimento do pedido, em conformidade com a decisão da Presidência do Tribunal de Justiça publicada no Diário nº 96 de 27/05/2015 referente ao Ato 653 que autorizou o afastamento, sem ônus para o Poder Judiciário. O Conselho apreciará a minuta de regulamentação que fixará os critérios de concessão de bolsa de pesquisa e afastamento dos interessados, a ser proposta pelo Vice-Diretor, na próxima reunião.

Item 4: Relatório das ações de capacitação realizadas até maio/2016. O Vice-Diretor realizou apresentação do relatório das ações de capacitações ocorridas, incluídas aquelas realizadas até 15 de junho de 2016, bem como da avaliação do corpo docente de Porto Velho referente a turma de 2015 da Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura. **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO:** Após discussões deliberou-se que, no encaminhamento das avaliações dos professores, serão visualizados por todos o relatório completo, sendo identificado apenas o professor que recebe o relatório.

Item 5: Relatório de Avaliação Institucional. Em complemento ao relatório de ações de capacitação, o Secretário-Geral da Escola realizou uma apresentação resumida sobre a execução orçamentária, traçando um panorama do comportamento dos gastos até 15 de junho de 2016, ressaltando a impossibilidade de execução completa do previsto para o período, tendo em vista o corte orçamentário linear ocorrido ainda no exercício de 2015, durante a elaboração do orçamento 2016. Em razão disso, no mês de janeiro deste ano foi solicitada ao Tribunal de Justiça suplementação orçamentária, que recentemente foi aprovada pelo Poder Legislativo, sem que ainda tenha havido a publicação do ato respectivo, para disponibilização dos créditos. Essa demora dificultou um melhor desempenho das ações ocorridas até a presente data e poderá gerar dificuldades na execução, no restante do ano. O Vice-Diretor pontuou a situação do "Programa Residência Judicial", citando as experiências dos Tribunais Estaduais de Tocantins e Santa Catarina. Sugeriu que fosse iniciado o programa, com a publicação de edital de chamamento, bem como seja realizado estudo para seu aprimoramento para o próximo ano, especialmente em razão da publicação

da Resolução n. 226, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. O Vice-Diretor também apresentou as dificuldades para o desenvolvimento regular das atividades da Escola, os principais desafios que a Administração terá até o final do ano, bem como as próximas ações. Além dos assuntos previamente estabelecidos para deliberação do Conselho, o Presidente apresentou os seguintes assuntos extra-pauta: Item 1: Proposta Orçamentária de 2017. O Presidente informou que cabe ao Conselho Superior da Escola apreciar a proposta orçamentária de 2017, conforme o disposto no art. 14, inciso VIII, do Estatuto da Escola da Magistratura. O Secretário-Geral apresentou as ações de capacitação previstas para o ano de 2017, de acordo com o limite previamente estabelecido entre a Presidência do Tribunal de Justiça e Diretoria da Escola, bem como as tratativas entabuladas que garantiram recurso orçamentário para o próximo exercício. **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO:** A proposta foi aprovada à unanimidade. Item 2: Permanência do Núcleo da Emeron em Ji-Paraná. Para reflexão dos Conselheiros, foram apresentados os custos regulares da Escola para a manutenção do curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura na Comarca de Ji-Paraná, considerando despesas com os docentes magistrados e instrutoria interna, contratação de prestadores de serviço, diárias e demais despesas de manutenção do curso. **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO:** em razão do reduzido número de alunos matriculados nos últimos 3 (três) anos, e do elevado custo de manutenção do mencionado curso, os Conselheiros entenderam pela necessidade de um estudo mais aprofundado, especialmente em razão da implantação do "Programa Residência Judicial", que poderá incentivar uma maior procura pelo curso e justificar sua manutenção ou a mudança de sede para outra Comarca. Item 3: Residência Judicial. O Presidente comunicou aos membros do Conselho que a implantação do Programa Residência Judicial é prioridade para a Escola da Magistratura, e com a publicação da Resolução 020/2016-PR, que aprovou o Regimento do Programa de Residência Judicial no âmbito da Emeron, será publicado um edital com as condições e número de vagas que serão oferecidas aos alunos do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura. **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO:** deliberou-se pela abertura imediata do processo seletivo, devendo o Departamento

Pedagógico apresentar minuta de edital à Direção, para aprovação. Item 4: Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica. Dentre as dificuldades apontadas no Relatório de Avaliação Institucional, o Presidente ressaltou a importância de se implantar o Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica da Escola – CEPEP, para fomentar o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e dar sustentação aos cursos de pós-graduação stricto sensu em andamento, como é o caso dos doutorados de Ciências Jurídicas e de Ciências Políticas, assim como do Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, em fase de implantação. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: dar início ao processo de escolha, por chamamento público, de profissional com formação em doutorado, que irá apresentar projeto de estruturação e funcionamento das atividades do CEPEP. Item 5: Comunicação da Aprovação do Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. O Presidente externou aos demais membros do Conselho que o Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Ministério da Educação, estando em fase de definição do detalhamento e valoração dos requisitos que comporão o curso e formalização do Termo de Cooperação Técnico/Científico entre as instituições (TJ-EMERON/UNIR). A reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos do dia 24 de junho de 2016 e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Publique-se.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

Desembargador Raduan Miguel Filho

Juiz Guilherme Ribeiro Baldan

Juiz Rinaldo Forti da Silva

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2016 - Conselho Superior da Emeron

Às 15 horas do dia 29 de setembro de 2016, reuniu-se o Conselho Superior da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, na Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria. Presentes o Desembargador Paulo Kiyochi Mori (Presidente do Conselho), os Conselheiros Desembargador Raduan Miguel Filho, Juiz Guilherme Ribeiro Baldan e Juiz Rinaldo Forti da Silva. Ausente justificadamente o Conselheiro Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. Também estiveram presentes na reunião o Secretário-Geral da Emeron, senhor Alberto Ney Vieira Silva, a Diretora Pedagógica senhora Ilma Ferreira de Brito e o Diretor Administrativo senhor José Miguel de Lima. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho Superior deu boas-vindas a todos e declarou aberto os trabalhos da primeira reunião extraordinária no ano de 2016, convocada nos termos do artigo 15, do Estatuto da Escola da Magistratura de Rondônia. Dando continuidade foram apreciados: 1) Projeto de Resolução de Regulamento do Fórum Permanente dos Juizados Especiais do Estado de Rondônia – FOJUR. DELIBERAÇÃO: Os membros do Conselhos manifestaram-se pela regularidade da proposta. Ao final restou aprovado, à unanimidade, o Projeto de Resolução e determinada a sua publicação. 2) Minuta do Edital do Processo Seletivo para o Programa de Residência Judicial. DELIBERAÇÃO: O Conselheiro Desembargador Raduan Miguel Filho propôs a alteração do item 2.1, que vincula o número de vagas à disponibilidade orçamentária, para que o texto informe o número de vagas previstas para o exercício de 2017 (20 vagas), de acordo com a proposta orçamentária aprovada pelo Pleno. A sugestão foi acolhida pelos Conselheiros. Ao final, os termos da Minuta do Edital foram aprovados, à unanimidade, ficando a sua publicação a ser realizada no momento oportuno. 3) Minuta de Edital de Processo Seletivo Simplificado para atuação na Coordenação do Centro de Pesquisa da Emeron. DELIBERAÇÃO: A pedido do Conselheiro Desembargador Raduan Miguel Filho, a proposta foi retirada de pauta para melhor análise, ficando designada uma nova reunião extraordinária, para apreciação do tema, para o dia 7 de outubro (próxima sexta-feira), às 11h, na Sede Emeron. 4) Projeto de Resolução para concessão de bolsas de pesquisas e

afastamentos de magistrados e servidores para frequentarem cursos. DELIBERAÇÃO: Por sugestão do Conselheiro Juiz Guilherme Ribeiro Baldan, a análise do Projeto foi adiada, afim de possibilitar uma melhor análise, inclusive com a oitiva prévia da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Rondônia, haja vista que tal proposta deverá ser submetida ao Tribunal Pleno. 5) Apreciação de Pedidos de Bolsas: a) Interessada: Ana Paula Baldez Santos. DELIBERAÇÃO: Aprovado, à unanimidade, o pedido de concessão de bolsa durante o período de 48 meses, contados a partir do início do curso, no percentual de 50% do valor mensal requerido. a) Interessada: Valéria Scheidegger da Silva. DELIBERAÇÃO: Pedido indeferido, à unanimidade, pelo não preenchimento dos requisitos dos incisos II ao VIII, do art. 6º da Resolução n. 007/2015- PR. b) Interessado: Zeno Germano de Souza Neto. DELIBERAÇÃO: Aprovado, à unanimidade, o pedido de concessão de bolsa durante o período de 48 meses, contados a partir do início do curso, no percentual de 50% do valor mensal requerido. c) Interessado: Miguel Mônico Neto. DELIBERAÇÃO: O interessado desistiu do pedido e comunicou ao Conselheiro Juiz Guilherme Ribeiro Baldan (Vice-Diretor da Escola). d) Interessado: Rogério Montai de Lima. DELIBERAÇÃO: Indeferido o pedido, à unanimidade, em razão dos recursos orçamentários disponíveis terem sido destinados exclusivamente para os cursos de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado, cujos produtos são de interesse do Tribunal de Justiça, haja vista que tanto a dissertação quanto a tese são de conhecimento prévio da instituição, nos termos do artigo 7º, da Resolução n. 007/2015-PR. Além disso, no requerimento há uma sugestão aleatória do valor pleiteado, sem detalhamento do que seria gasto na realização do curso (mensalidade, despesas de transporte e hospedagem, aquisição de livros, dentre outros), o que por si só, impede que haja a correta adequação do pleito ao planejamento orçamentário da Escola. Por fim, o parecer da Assessoria Jurídica é no sentido do indeferimento do pedido justamente por expressar risco ao planejamento orçamentário da Emeron, bem como, não haver demonstração de que o remanejamento não acarretará prejuízo a outros projetos pré-definidos. 6) Outros assuntos. a) Manutenção do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura na Comarca de Ji-Paraná. DELIBERAÇÃO: Após

a exposição do Presidente do Conselho sobre a situação do curso em Ji-Paraná, ficou deliberado que deverá ser disponibilizada, aos membros do Conselho para melhor análise, planilha contendo os custos de manutenção do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura daquele Núcleo, após a atualização com os dados até o mês de setembro de 2016, devendo ser incluído as despesas com os servidores lotados na unidade e quantidade de alunos existentes. b) Realização do XLIV encontro do Copedem. Foram passadas informações sobre a realização do Copedem, que contará com aproximadamente 30 (trinta) representantes de Escolas de outros estados e acontecerá no período de 1º a 2 de dezembro de 2016. c) Mostra Cultural. Foi informado os andamentos dos trabalhos bem como da necessidade de formação de uma comissão para avaliar os projetos apresentados. A reunião foi encerrada às 17h20min do dia 29 de setembro de 2016 e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Publique-se.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

Desembargador Raduan Miguel Filho

Juiz Guilherme Ribeiro Baldan

Juiz Rinaldo Forti da Silva

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2016 - Conselho Superior da Emeron

Às 11 horas do dia 07 de outubro de 2016, reuniu-se o Conselho Superior da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, na Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria. Presentes o Desembargador Paulo Kiyochi Mori (Presidente do Conselho), os Conselheiros Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, Juiz Guilherme Ribeiro Baldan e Juiz Rinaldo Forti da Silva. Ausente justificadamente o Conselheiro Desembargador Raduan Miguel Filho. Também estiveram presentes na reunião o Secretário Geral da Emeron, senhor Alberto Ney Vieira Silva, a Diretora Pedagógica, senhora Ilma Ferreira de Brito e o Diretor Administrativo, senhor José Miguel de Lima. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho Superior deu boas-vindas a todos e declarou aberto os trabalhos da primeira reunião extraordinária no ano de 2016, convocada nos termos do artigo 15, do Estatuto da Escola da Magistratura de Rondônia. Dando continuidade o Presidente informou que a reunião destina-se a: 1) apreciar a Minuta de Edital de Processo Seletivo Simplificado para atuação na Coordenação do Centro de Pesquisa da Emeron, cuja proposta foi retirada de pauta da reunião anterior realizada no dia 29 de setembro de 2016, para melhor análise, a pedido do Conselheiro Desembargador Raduan Miguel Filho. DELIBERAÇÃO: O Desembargador Marcos Alaor apresentou várias sugestões de aprimoramento do edital, entretanto ponderou que mencionado edital é fase de execução da aprovação anterior do Conselho Superior, que deliberou pela necessidade de instalação do Centro de Pesquisa, razão pela qual, cabe a Direção da Escola todos os atos necessários para tanto. Sendo que após a reunião o Desembargador Raduan Miguel encaminhou e-mail propondo algumas sugestões, que serão analisadas quando do fechamento do edital. 2) Outros Assuntos: a) O Diretor da Escola informou que a medalha do mérito acadêmico foi outorgada ao Desembargador Eurico Montenegro Junior e Desembargador Antônio Rulli Júnior, na sessão ordinária do Tribunal Pleno Administrativo do dia 09 de dezembro de 2013, e que até a presente data não foram entregues, esclarecendo que pretende fazer por ocasião da realização do COPEDEM, que irá ocorrer no período de 1 a 3 de dezembro de 2016; b)

Foi proposto pelo Diretor da Escola a concessão da Medalha César Montenegro a todos os Ex-Diretores da Escola, sendo aprovada à unanimidade. Para tanto, deverá ser oficiada a comissão de honraria do TJRO para providências. A reunião foi encerrada às 12 horas do dia 7 de outubro de 2016 e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Publique-se.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Juiz Guilherme Ribeiro Baldan

Juiz Rinaldo Forti da Silva

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2017 - Conselho Superior da Emeron

Às 9 horas do dia 24 de fevereiro de 2017, reuniu-se o Conselho Superior da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, na Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria. Presentes o Desembargador Paulo Kiyochi Mori (Presidente do Conselho), os Conselheiros Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, Desembargador Raduan Miguel Filho, o Juiz Guilherme Ribeiro Baldan e o Juiz Rinaldo Forti da Silva. Também estiveram presentes na reunião o Secretário-Geral da Emeron, senhor Alberto Ney Vieira Silva, a Diretora Pedagógica, senhora Ilma Ferreira de Brito e o Diretor Administrativo, senhor José Miguel de Lima. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho Superior deu boas-vindas a todos e declarou aberto os trabalhos da primeira reunião extraordinária no ano de 2017, convocada nos termos do artigo 15, do Estatuto da Escola da Magistratura de Rondônia. Dando continuidade o Presidente informou que a reunião se destina a: 1) apreciar os pedidos de bolsa de estudos das magistradas: a) Denise Pipino Figueiredo (SEI n. 9000354-86.2016.8.22.1111), b) Duília Sgrott Reis (SEI n. 9000346-12.2016.8.22.1111) e c) Servidor Anselmo Charles Meytre (SEI n. 8000605-24.2016.8.22.1111. Os processos foram instruídos com parecer pedagógico, parecer jurídico e informação sobre a disponibilidade orçamentária. Os documentos anexados aos autos indicam que os requerentes preenchem os requisitos definidos na Resolução n. 07/2015-PR, com exceção da Juíza Denise Pipino Figueiredo, que não preenche o requisito previsto no art. 7º, §7º, da referida resolução, que estabelece o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo. DELIBERAÇÃO: Foi aprovada, à unanimidade, a concessão de Bolsa de Pesquisa à Juíza Duília Sgrott e ao servidor Anselmo Charles Meytre, no percentual de 50% do valor da mensalidade, e negada a concessão de bolsa à Juíza Denise Pipino, em razão do não preenchimento do requisito previsto no art. 7º, § 7º, da Resolução n. 07/2015-PR. Também ficou deliberado que a concessão de bolsa de pesquisa pela Escola não obriga o pagamento de outras despesas, a exemplo de viagens (passagens e diárias), custos de material e etc. 2) Indicação do Juiz de Direito Oscar Francisco Alves Junior para ocupar a função de Coordenador da Subseção das Comarcas, com base no § 3º do artigo 8º da Resolução

006/2015-PR. DELIBERAÇÃO: Os Conselheiros aprovaram, à unanimidade, a indicação do Juiz de Direito Oscar Francisco Alves Junior para ocupar a função de Coordenador da Subseção das Comarcas, a fim de coordenar os trabalhos da Emeron na Comarca de Ji-Paraná. 3) outros assuntos: a) Alteração do Regimento da Especialização e Direito para a Carreira da Magistratura (EDCM) a partir das propostas trabalhadas nas oficinas de janeiro e fevereiro de 2017 – O Juiz Guilherme Baldan fez uma explanação sobre as oficinas realizadas com os professores do curso, sob a coordenação da Professora Hélia Cardoso Gomes da Rocha, e apresentou as propostas consolidadas nas oficinas. O Desembargador Marcos Alaor, fez ponderações sobre o novo perfil da Escola da Magistratura, que passou a atuar como uma instituição de ensino, bem como as demais alterações. Ressaltou as particularidades do EDCM, que, mais que um curso de pós-graduação, reveste-se de uma identidade e história muito particular, que merece ser respeitada. Acrescentou a necessidade de constituição de um núcleo de magistrados, com qualificação e perfil adequados, para participar do concurso para ingresso na carreira da magistratura, para trabalhar em consonância com a comissão de concursos, já definida no Tribunal de Justiça. DELIBERAÇÃO: quanto a definição do objetivo do curso, ficou aprovada, à unanimidade, a proposta do grupo de fevereiro/2017: “Aprimorar o profissional do Direito para a atividade jurisdicional, ofertando-lhe aprofundadas bases teórico-práticas de naturezas jurídica, ética, humanística, filosófica, cultural, política, psicológica, social, científica, sustentável e tecnológica”; quanto ao projeto de pesquisa e TCC, ficou aprovada, à unanimidade, a proposta do grupo de fevereiro/2017: “I. Manter a monografia; II. A escola apresenta os temas que estão vinculados a subáreas e a grande área estabelecida em regimento em seu art. 24, §2º”; III. Inserção de orientadores docentes em subáreas, respeitado interesse de cada um: Violência e criminalidade; Sociedade e Justiça; ambiental/sustentabilidade e inovação; Direito e Ética; Judiciário e Sociedade; IV. A disciplina de metodologia será aplicada logo no início do curso, cuja produto será o projeto de pesquisa, conforme art. 24, §1º, do regimento do Curso, com aceite do orientador que emitirá parecer sobre a viabilidade e pertinência dos projetos encaminhados. Portanto o desenvolvimento da pesquisa é de responsabilidade do professor/orientador e orientando, dentro do cronograma estabelecido

pelo Colegiado de Curso; V. A elaboração do cronograma de desenvolvimento de pesquisa é de responsabilidade do Colegiado de Curso, art. 55, IV do regimento, estabelecendo datas com as etapas a serem cumpridas por orientandos e orientadores. VI. Instituição de um seminário, no meio do ano, pela Escola para sociabilização do andamento da pesquisa”; quanto a frequência dos alunos no curso, ficou aprovada, à unanimidade, a proposta do grupo de fevereiro/2017: “I - Controlada pela Escola que encaminhará relatório mensal ao aluno; II - Que questões particulares sobre ausência serão levadas em consideração em algumas situações para efeito de justificativa de falta, e não abono: a) Prestação de serviço diverso da comarca de Porto Velho –RO; b) Participação em concurso; e c) luto de 1º grau, cuja comprovação deve ser feita na Dirca, para fins de apreciação futura”; quanto às correções ou erros materiais, também foi aprovado à unanimidade as seguintes proposições: “Art. 5º - Retirar o termo residência judicial; Art. 18 – Inserção do inciso III (matrícula em disciplina isolada para fins de formação continuada, limitando o nº de oferta de vagas), para amparar o art. 60, II; Art. 20 – Correção da nomenclatura de h/a para horas em todas as disciplinas e carga horária total explicitada no parágrafo único; Art. 31 – O aluno que ficar reprovado, por desempenho (nota) [...]; Art. 34- Alterar redação para “exceto em casos regulamentados”...; Art. 36- Alteração “no prazo de 2 dias úteis, após o término do atestado...”; Art. 40 – Retirar quantidade de disciplinas (Na nova redação do artigo seja retirada a restrição, podendo o aluno requerer exame de proficiência em quantas disciplinas entenda ele ser versado, contudo será previsto prazo máximo até 31 de março, para requerer a proficiência); Art. 45 – Correção gramatical “pelo diretor””; quanto a divulgação dos TCCs pela Emeron, que consiste: “I - Criação do banco de dados com as monografias já defendidas por alunos no site da Emeron; digitalizadas ou scaneadas; II- Compromisso da Emeron na divulgação por meio de seminários, e-books, página da Emeron e demais fontes de publicação”, ficou aprovada, à unanimidade;b) Reativação da Revista Impressa da Escola da Magistratura – O Desembargador Marcos sugeriu a instituição de um conselho editorial que deverá avaliar qual material pode ser objeto de publicação na revista. DELIBERAÇÃO: a proposta foi aprovada, à unanimidade. c)Proposta

de Curso em Orçamento Público para Magistrados – O Desembargador Marcos apresentou proposta do curso para atender sobretudo os juízes de 1º grau, a ser conduzido pelos servidores Jean Carlo(SA) e Rosângela (COPLAN). DELIBERAÇÃO: a proposta foi aprovada, à unanimidade. d) Estudo para redução da carga horária do EDCM – foi proposto a elaboração de estudo para redução da carga horária do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura. DELIBERAÇÃO: foi deliberado, à unanimidade, pela aprovação de elaboração de estudo técnico-pedagógico. e) Publicidade do Programa de Pesquisa (número de bolsas e linhas de pesquisas)– O Desembargador Marcos Alaor recomendou que a Escola dê publicidade sobre a quantidade de bolsas e respectivas linhas de pesquisa contempladas no orçamento do ano. DELIBERAÇÃO: a proposta foi aprovada à unanimidade. f) Centro de Treinamento – O Desembargador Marcos Alaor externou sua preocupação quanto à indisponibilidade do Centro de Treinamento para atender o grande volume de demandas da Emeron, e que o regular funcionamento daquelas instalações permite ao Tribunal de Justiça reduzir os custos com as formações, sobretudo com o pagamento de diárias. O Desembargador Paulo informou que já havia solicitado informações da Administração do Tribunal sobre o processo de retomada das obras de reforma e ampliação daquele prédio para subsidiar o planejamento das atividades, tanto desde quanto do próximo exercício financeiro. DELIBERAÇÃO: Ficou deliberado que a Direção da Escola irá fazer gestão junto à Administração do Tribunal para agilizar a recuperação do Centro de Treinamento. A reunião foi encerrada às 10 horas e 40 minutos do dia 24 de fevereiro de 2017 e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Publique-se.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Desembargador Raduan Miguel Filho

Juiz Guilherme Ribeiro Baldan

Juiz Rinaldo Forti da Silva

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017 - Conselho Superior da Emeron

Às 15 horas do dia 14 de novembro de 2017, reuniu-se o Conselho Superior da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, localizada na Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria. Presentes o Desembargador Paulo Kiyochi Mori (Presidente do Conselho), os Conselheiros Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia e o Juiz Guilherme Ribeiro Baldan, o Secretário-Geral da Emeron, Alberto Ney Vieira Silva, a Diretora Pedagógica, Ilma Ferreira de Brito, e o Diretor Administrativo, José Miguel de Lima. Justificaram as ausências o Desembargador Raduan Miguel Filho e o Juiz Rinaldo Forti da Silva. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho Superior deu boas-vindas a todos e declarou aberto os trabalhos da primeira reunião ordinária no ano de 2017, convocada nos termos do artigo 15, do Estatuto da Escola da Magistratura de Rondônia. Informou que, em relação ao Desembargador Raduan Miguel Filho, estará ausente da reunião, mas solicitou que fosse registrado em ata que tomou ciência da pauta e que não há nada a opor quanto à deliberação da maioria dos membros do Conselho. Dando continuidade, o Presidente informou que a reunião se destina a: Pauta 1) Pedido de concessão de Bolsa de Estudo: a) Magistrada Denise Pipino de Figueiredo (9000354-86.2016.8.22.1111) e b) Magistrado Elson Pereira de Oliveira Bastos (0000908-16.2017.8.22.8007). DELIBERAÇÃO: Foi aprovada, à unanimidade: 1.a) a concessão de Bolsa de Pesquisa à Juíza Denise Pipino de Figueiredo, no percentual de 50% do valor da mensalidade, a partir da publicação da Resolução n. 10/2017-PR (1º de junho de 2017), considerando que foram preenchidos todos os requisitos da Resolução n. 007/2015-PR, e o pedido da magistrada ocorreu em tempo hábil para inclusão da previsão da despesa no orçamento do ano em curso e no exercício de 2018; 1.b) indeferimento do pedido de Bolsa de Pesquisa ao Juiz Elson Pereira de Oliveira Bastos, tendo em vista que, apesar de preencher os requisitos previstos na Resolução n. 007/2015-PR, não houve previsão orçamentária específica para concessão de bolsa no exercício em curso, nem para o exercício de 2018. Ficou deliberado ainda, que, por restrições orçamentárias para o exercício de 2018, não serão concedidas novas bolsas de pesquisa/estudo, além daquelas

já aprovadas, e que as unidades técnicas da Escola apresentem estudos para ajustar as regras de concessão de bolsas, sendo que a concessão de novas bolsas, quando houver disponibilidade orçamentária, serão concedidas a partir do deferimento pelo Conselho Superior da Emeron. Pauta 2) Apreciação da Minuta de Resolução do Regimento Interno da Emeron (0439302). DELIBERAÇÃO: Foi aprovada, à unanimidade, a Minuta de Resolução do Regimento Interno da Emeron. Pauta 3) Resumo da Gestão 2017: Foi apresentado pelo Secretário Geral, Alberto Ney Vieira Silva, resumo das atividades desenvolvidas e resultados alcançados ao longo do ano. Apresentou os dados dos eventos realizados, alcançando-se um resultado 81% (oitenta e um por cento) de magistrados (125) e 72% (setenta e dois por cento) de servidores (2.216) que participaram das formações disponibilizadas. Foram demonstradas as informações sobre disponibilidade orçamentária para todo o ano de 2017, esclarecendo que as fontes de custeios para os eventos de capacitações foram oriundas do orçamento da escola e de outras unidades do TJ, tais como: Corregedoria Geral da Justiça, Secretaria Especial de Planejamento, Secretaria de Tecnologia e Informação, Secretaria de Gestão de Pessoas. Na sequência apresentou dados sobre a quantidade de beneficiários de pós-graduações, na forma de execução direta (pós-graduação em gestão cartorária, pós-graduação em terapia sistêmica, especialização em direito para a carreira da magistratura – Porto Velho e Ji-Paraná), e outras por meio de concessões de bolsas de pesquisas ou por meio de convênios. A reunião foi encerrada às 16 horas e 30 minutos do dia 14 de novembro de 2017 e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Publique-se.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

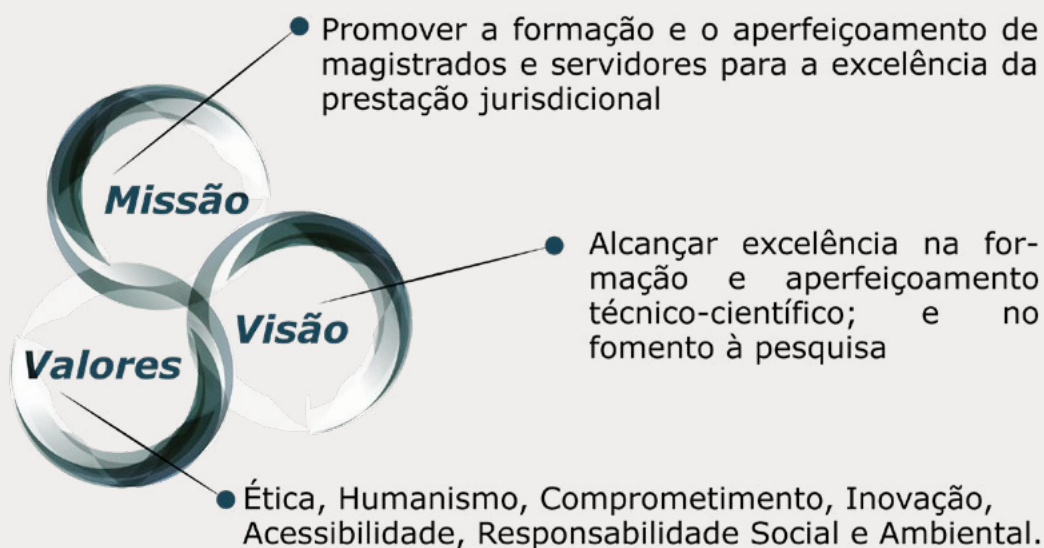
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Juiz Guilherme Ribeiro Baldan

Organograma



Planejamento Estratégico



PLANO DE GESTÃO



Metas para o quinquênio 2015-2020

MACRODESAFIO DA PERSPECTIVA PROCESSOS

APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Meta: Obter 95% de satisfação sobre a qualidade dos cursos oferecidos pela Emeron, até 2020.

Indicador: Índice de satisfação

Fórmula do Indicador:

$$(\text{Número de cursos avaliados positivamente} / \text{Número de cursos avaliados}) * 100$$

Meta: Prover a Emeron de regulamentação institucional necessária, até 2020.

Indicador: Regulamentações providas

Fórmula do Indicador:

$$(\text{Número de regulamentações publicadas} / \text{Número de normatizações necessárias}) * 100$$

Proposta

PROJETOS:

- Promover formações específicas para a área fim.

PLANO DE AÇÕES:

- Promover o incentivo a pesquisa por meio do oferecimento de Pós-Graduações Stricto Sensu;
- Revisar o Projeto Político Pedagógico, visando atender ao planejamento por meio de áreas temáticas.

MELHORIA DA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Meta: Aumentar o alcance dos canais de comunicação, em 5% ao ano, até 2020.

Indicador: Índice de acessos aos canais de comunicação da Emeron.

Proposta

PROJETOS:

- Realizar cursos voltados para área de comunicação.

PLANO DE AÇÕES:

- Manter o Portal da Escola atualizado, dando amplo acesso aos públicos interno e externo;
- Implantar a ferramenta on-line de informações bibliográficas;
- Disponibilizar a produção acadêmica da Escola.

DEFINIÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS ROTINAS DE TRABALHO

Meta: Simplificar 100% das rotinas da Emeron, até 2016.

Indicador: Número de rotinas simplificadas.

Proposta

PLANO DE AÇÕES:

- Simplificar as rotinas da Emeron, até 2016;
- Executar o planejamento pedagógico da escola, bem como o orçamento estimado.

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Meta: Implantar projetos ou ações sociais e ambientais, até 2020.

Indicador: Implementação de projetos e ações socioambientais.

Proposta

PLANO DE AÇÕES:

- Estabelecer programas de conscientização do uso racional dos recursos.

MACRODESAFIO DA PERSPECTIVA PESSOAS

APRIMORAMENTO E HUMANIZAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Meta: Desenvolver 100% das competências dos servidores e magistrados, atendendo as necessidades identificadas, até 2020.

Indicador: Índice de competências desenvolvidas de magistrados e servidores conforme necessidades identificadas.

Meta: Promover, anualmente, um evento sociocultural contemplando simultaneamente todas as comarcas, até 2020.

Indicador: Evento cultural realizado.

Proposta

PROJETOS:

- Cursos e eventos com abordagem interdisciplinar e enfoque humanístico;
- Desenvolver atividades culturais e motivacionais nos eventos;
- Promover eventos culturais;
- Elaborar o planejamento anual de formação e aperfeiçoamento;
- Formar monitores nas comarcas para realização de cursos e eventos.

PLANO DE AÇÕES:

- Fomentar o mapeamento das competências de magistrados e servidores;
- Planejar as ações de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores alinhado ao mapeamento de competências;
- Implantar ações de qualidade de vida para servidores e magistrados.

MACRODESAFIO DA PERSPECTIVA RECURSOS

DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA

Meta: Implementar 100% da reestruturação, até 2017.

Indicador: Cargos providos

Indicador: Índice de modernização tecnológica

Proposta

PROJETOS:

- Aquisição de equipamentos de informática;
- Aquisição de equipamentos para educação a distância;
- Aquisição de equipamentos de estúdio de audiovisual.

PLANO DE AÇÕES:

- Atuar para o provimento dos cargos criados;
- Desenvolver estudo de adequação da estrutura física da Emeron às necessidades do PJRO.

DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TIC

Meta: Implementar 100% da gestão digital de informações e documentos, até 2020.

Indicador: Índice de implantação digital

Meta: Promover atualizações bienalmente nos sistemas, até 2020.

Indicador: Atualizações realizadas

Meta: Implementar 100% modalidade de educação a distância - Ead até 2017.

Indicador: Recursos de Ead implantados.

Proposta

PROJETOS:

- Implantação do sistema acadêmico;
- Implantação do sistema de gestão eletrônica de documentos – GED;
- Implantação do sistema de automação da biblioteca;
- Aquisições de softwares.

PLANO DE AÇÕES:

- Desenvolvimento do sistema de gestão escolar judicial;
- Inovações no portal da Emeron;
- Implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

ORÇAMENTO

O orçamento da Emeron está vinculado ao Macrodesafio "Fortalecimento da Aprendizagem Organizacional".

2016				
DOTAÇÕES INICIAIS	AJUSTES (+/-)	DOTAÇÕES FINAIS		
R\$ 7.115.450,00	R\$ 3.246.172,54	R\$ 10.361.622,54		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
PROJETO	ORÇAMENTO	DESPESA EMPENHADA		
		VALOR	%	SALDO
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	1.104.536,64	664.158,58	60,13%	440.378,06
Formação e Aperfeiçoamento de Servidores	2.852.755,26	2.246.614,06	78,75%	606.141,20
Eventos, Congressos, Encontros e Seminários Dentro do Estado	564.164,77	350.433,73	62,12%	213.731,04
Eventos, Congressos, Encontros e Seminários Fora do Estado	1.035.739,04	898.535,84	86,75%	137.203,20
Projeto Formação e Aperfeiçoamento - TIC	250.804,25	243.345,55	97,03%	7.458,70
Gestão de Pessoas por Competência	1.025.900,00	750.305,30	73,14%	275.594,70
Pós-Graduação em Stricto Sensu - Doutorado	847.413,37	703.073,09	82,97%	144.340,28
Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça	12.800,00	0,00	0,00%	12.800,00
Pós-Graduação em Direito para a Carreira da Magistratura	375.092,07	55.568,06	14,81%	319.524,01
Pós-Graduação em Gestão Cartorária	849.520,00	788.442,00	92,81%	61.078,00
Pós-Graduação em Terapia Familiar Sistêmica	403.904,54	349.966,98	86,65%	53.937,56
Pós-Graduação em Direito Processual Civil	5.292,60	0,00	0,00%	5.292,60
Manutenção da Emeron	715.877,26	685.716,01	95,79%	30.161,25
Modernização e Aprimoramento da Estrutura Técnica-Pedagógica da Emeron	317.822,74	203.279,42	63,96%	114.543,32
TOTAL	10.361.622,54	7.939.438,62	76,62%	2.422.183,92

2017				
DOTAÇÕES INICIAIS	AJUSTES (+/-)	DOTAÇÕES FINAIS		
R\$ 9.789.300,00	- R\$ 272.579,87	R\$ 9.516.720,13		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
PROJETO	ORÇAMENTO	DESPESA EMPENHADA		
		VALOR	%	SALDO
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	851.560,64	583.807,16	68,56%	267.753,48
Formação e Aperfeiçoamento de Servidores	2.618.219,93	2.239.728,11	85,54%	378.491,82
Eventos, Congressos, Encontros e Seminários Dentro do Estado	697.666,40	437.757,77	62,75%	259.908,63
Eventos, Congressos, Encontros e Seminários Fora do Estado	895.609,94	864.302,55	96,50%	31.307,39
Projeto Formação e Aperfeiçoamento - TIC	521.624,40	444.088,76	85,14%	77.535,64
Gestão de Pessoas por Competência	232.200,00	232.103,46	99,96%	96,54
Pós-Graduação em Stricto Sensu - Doutorado	702.628,84	633.061,51	90,10%	69.567,33
Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça	442.309,98	345.828,02	78,19%	96.481,96
Pós-Graduação em Direito para a Carreira da Magistratura	857.516,00	779.083,48	90,85%	78.432,52
Pós-Graduação em Gestão Cartorária	357.484,00	354.572,98	99,19%	2.911,02
Pós-Graduação em Terapia Familiar Sistêmica	337.580,00	299.564,18	88,74%	38.015,82
Pós-Graduação em Direito Processual Civil	743.000,00	729.479,32	98,18%	13.520,68
Manutenção da Emeron	171.059,44	124.046,69	72,52%	47.012,75
Modernização e Aprimoramento da Estrutura Técnica-Pedagógica da Emeron	88.260,56	65.039,42	73,69	23.221,14
TOTAL	9.516.720,13	8.132.463,41	85,45%	1.384.256,72

DESPESA COM CAPACITAÇÃO - RECURSO DE OUTROS PROJETOS - 2017

PROJETO	VALOR EXECUTADO
Alinhamento Estratégico	R\$ 507.890,46
Atividades da Corregedoria 2017	R\$ 81.275,00
Programa de Preparação para Adoção	R\$ 41.319,02
Diálogos	R\$ 55.901,91
Modernização de Rede do PJRO	R\$ 59.620,92
PJe 2.0 melhorias e novas funcionalidades	R\$ 3.886,17
Projeto Melhorias no Sistema de Informações Gerenciais Extrajudiciais - SIG-EXTRA	R\$ 18.576,38
Comunicação Estratégica	R\$ 4.950,00
Eventos e Viagens Institucionais	R\$ 14.920,02
Imagem Institucional	R\$ 37.850,90
Segurança Institucional	R\$ 9.005,32
Gestão de Pessoas por Competências	R\$ 22.210,00
Grupo de Desenvolvimento de Liderança	R\$ 101.488,67
ResplandeSer: Tecendo Relações	R\$ 50.577,40
TOTAL	R\$ 1.009.472,17

CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS COM CAPACITAÇÃO EM 2017

RECURSOS	VALOR EXECUTADO
Dotações orçamentária da EMERON (Aprendizagem Organizacional) - Despesa empenhada	R\$ 8.032.841,97
Dotações vinculadas a outras unidades do TJ	R\$ 1.009.472,17
Dotações vinculadas à folha de pagamento (Gratificação de Docência e Instrutoria Interna)	R\$ 1.697.198,89
TOTAL	R\$ 10.739.513,03

Atos normativos

Desde sua reestruturação, em 2015, a Emeron vem realizando a revisão e a criação de normativas, com o intuito de padronizar suas atividades, cumprir as regulamentações vigentes no tocante a educação judicial e a educação superior, além de otimizar as rotinas de trabalho.

Na gestão 2016-2017 o projeto de padronização e normatização foi uma das prioridades e diversos atos normativos foram publicados com esse objetivo. O mais importante deles, foi a instituição do Regimento Interno, publicado na Resolução N. 001/2017-EMERON, no mês de dezembro.

O documento disciplina as atividades comuns às várias unidades integrantes da estrutura pedagógica e administrativa da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia nos planos didático, científico e administrativo, bem como dos cursos promovidos por esta.

O Regimento, que complementa as orientações emanadas pelo Estatuto da Emeron (Resolução 006/2015-PR), foi elaborado de forma colaborativa pela Direção e servidores da Emeron, que contribuíram com o mapeamento e descrição das atividades, bem como com a construção dos procedimentos de cada unidade/curso. A aprovação do regimento foi feita Conselho Superior em novembro do mesmo ano.

Atos normativos emanados em 2016-2017:

INSTRUÇÃO

Instrução n. 001-2016-Emeron - Dispõe sobre a Identidade Visual da Emeron

Instrução Conjunta N. 001/2017-PR/EMERON - Dispõe sobre os requisitos para a participação no Programa de Pós-Graduação stricto sensu "Mestrado Profissional Interdisciplinar Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça"

Instrução Conjunta N. 002/2017-PR/EMERON -Altera Instrução conjunta n. 001/2017-PR, que disciplina as regras para a participação no Programa de Pós-Graduação stricto sensu "Mestrado Profissional Interdisciplinar Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça"

Instrução Emeron Nº 1/2017 - Instrui sobre os procedimentos de controle de frequência, cumprimento da carga horária diária, conceituação dos critérios avaliativos, uso dos tokens e outros assuntos relativo ao funcionamento do Programa de Residência Judicial.

Instrução Emeron Nº 3/2017 - Regulamenta o fluxo de informações e documentos para acompanhamento, controle e cobrança administrativa ou restituição de valores relativos às mensalidades ou taxas do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura - EDCM.

PORTARIA

Portaria n. 001-2016-Diretor da EMERON - Designa Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia com Membro do Conselho Superior.

Portaria n. 001-2017-Diretor da EMERON - Dispensa o Juiz de Direito JOSÉ ANTÔNIO BARRETTO da função de Coordenador da Subseção das Comarcas e de Professor Titular da disciplina de Direito Civil I do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura.

Portaria n. 002-2017-Diretor da EMERON - DISPENSA o Juiz de Direito FLÁVIO HENRIQUE MELO da função de Professor Titular das disciplinas de Direito Penal II do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura.

Portaria n. 006-2017-Diretor da EMERON - DESIGNA o Juiz de Direito OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR para exercer a função de Coordenador da Subseção das Comarcas.

Portaria n. 008-2017-Diretor da EMERON - DESIGNAR, nos termos do art. 4º da Resolução n. 001/2016-EMERON, o Juiz de Direito JOSÉ TORRES FERREIRA para exercer a função de Presidente do Fórum Permanente dos Juizados Especiais do Estado de Rondônia - Fojur, pelo período de 2 (dois) anos.

Portaria Conjunta Presidência e Emeron n. 001-2017 - Cria a Comissão Organizadora da III Mostra Cultural do Judiciário.

Portaria Conjunta Presidência e Emeron n. 002-2017 - Institui a realização da III Mostra Cultural do Judiciário nos dias 13 e 14 de novembro de 2017 na comarca de Porto Velho.

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 0001/2016-EMERON - Institui no âmbito da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia o Fórum Permanente dos Juizados Especiais do Estado de Rondônia - FOJUR e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N. 020/2016-PR - Aprova o Programa de Residência Judicial da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia na forma de seu regimento.

Resolução n. 008/2017-PR - Altera a Resolução n. 022/2013-PR, que dispõe sobre as atribuições e a retribuição financeira pelo exercício da atividade de docência de professores e membros de bancas examinadoras no âmbito da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Resolução n. 009/2017-PR - Altera a Resolução n. 023/2013-PR, que dispõe sobre a instrutoria interna e a gratificação de atividade de docência aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

EDITAIS 2016

EDITAL N. 001/2016-EMERON - Escolha de um (a) magistrado (a) com competência cível, como representante do Tribunal de Justiça nas XXV Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual e XI Jornadas Brasileiras de Direito Processual.

EDITAL N. 002/2016-EMERON - Escolha de um (a) magistrado (a) com competência cível, para participar do Seminário: O Novo Código de Processo Civil.

EDITAL N. 003/2016-EMERON - Escolha, por sorteio, de 1 (um) magistrado (a) para participar do curso Audiência de Custódia: Teoria e Prática.

EDITAL N. 004/2016-EMERON - Processo Seletivo para Ingresso no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Terapia Familiar Sistêmica.

EDITAL N. 005/2016-EMERON - Escolha, por sorteio, de 1 (um) magistrado (a) com atuação no 1º Grau de Jurisdição, para participar do curso Tratados Internacionais.

EDITAL N. 006/2016-EMERON - Escolha, por sorteio, de 1 (um) magistrado (a) com atuação no 1º Grau de Jurisdição, para participar de Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Ambiental.

EDITAL N. 007/2016-EMERON - Escolha, por sorteio, de 1 (um) magistrado (a) de 1ª Instância, TITULAR de Vara/Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou que tenha competência nessa matéria, para participar do VIII Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid).

EDITAIS 2017

EDITAL N. 001/2017-EMERON - Estabelece normas do processo seletivo para ingresso na Residência Judicial.

EDITAL N. 002/2017-EMERON - Estabelece normas do processo seletivo para ingresso no Curso de Especialização Lato Sensu Em Direito para a Carreira da Magistratura

EDITAL N. 003/2017-EMERON - Dispõe sobre a Homologação das Inscrições para o ingresso no Programa de Residência Judicial 2017.

EDITAL N. 004/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 2 (dois) magistrados (as) com atuação no 1º Grau de Jurisdição, para participar do Seminário Internacional Diálogo entre Cortes: fortalecimento da proteção dos direitos humanos.

EDITAL N. 005/2017-EMERON - Escolha, por sorteio de 2 (dois) magistrados (as) do 1º Grau de Jurisdição das Comarcas do interior, com competência criminal em delitos de entorpecentes, para participarem do Seminário 10 anos da Lei de Drogas – resultados e perspectivas em uma visão multidisciplinar.

EDITAL N. 006/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 3 (três) magistrados (as) titulares e vitaliciados do 1º Grau de Jurisdição das Comarcas da Capital e Interior, com competência Cível, para participarem da I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Chamada para Proposição de Enunciados.

EDITAL N. 007/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 2 (dois) magistrados (as) do 1º Grau de Jurisdição das Comarcas da Capital e Interior, Corregedores Permanentes das Serventias Extrajudiciais, para participarem do VIII FÓRUM DE INTEGRAÇÃO JURÍDICA - DIREITO NOTARIAL E DE REGISTRO.

EDITAL N. 008/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de três servidores Analistas Judiciários na Especialidade de Psicólogo, sendo um da Comarca de Porto Velho e dois das Comarcas do Interior, lotados nos Núcleos Psicossociais no âmbito do 1º Grau de Jurisdição para participarem do II Congresso Internacional de Psicologia Jurídica.

EDITAL N. 009/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de dois magistrados do 1º Grau de Jurisdição das Comarcas da Capital e Interior, TITULARES COM COMPETÊNCIA CRIMINAL, para participarem do I ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE JUÍZES CRIMINAIS (I FONAJUC).

EDITAL N. 010/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, 2 (dois) magistrados (as) com atuação no 1º Grau de Jurisdição, para participar do XIX Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro.

EDITAL N. 011/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de dois concluintes do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Terapia Familiar Sistêmica, da capital e do interior, para participação no I Congresso Interdisciplinar CEFATEF.

EDITAL N. 012/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC da especialização em Terapia Familiar Sistêmica para submissão no I Congresso Interdisciplinar CEFATEF.

EDITAL N. 013/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de um Analista Judiciário na Especialidade de Psicólogo ou Assistente Social para participar do VI Congresso Nacional de Alienação Parental e IV Congresso Internacional de Alienação Parental.

EDITAL N. 014/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 3 (três) magistrados (as) do 1º e/ou 2º Grau de Jurisdição das Comarcas da Capital e Interior, para participarem do CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA, modalidade a distância.

EDITAL N. 015/2017-EMERON - Escolha de dois magistrados para participação no Seminário Programas de Compliance.

EDITAL N. 016/2017-EMERON - Escolha de três servidores para participação no XI Congresso Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM.

EDITAL N. 017/2017-EMERON - Escolha de dois magistrados titulares, cuja competência seja Direito de Família, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição para participarem do XI Congresso Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM.

EDITAL N. 018/2017-EMERON - Escolha de 17 (dezesete) Analistas Judiciários na Especialidade de Psicólogo e/ou Assistente Social das Comarcas do Interior, a fim de participarem da Capacitação para o Atendimento de crianças, adolescentes e familiares com histórico abusivo.

EDITAL N. 019/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 3 (três) magistrados (as) do 1º e/ou 2º Grau de Jurisdição das Comarcas da Capital e Interior, para participarem do CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA, modalidade a distância.

EDITAL N. 020/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 3 (três) magistrados (as) de 1ª Instância, TITULARES de Vara/Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou que tenha competência nessa matéria para participarem do IX Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid).

EDITAL N. 021/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 1 (um) Analista Judiciário na Especialidade de Assistente Social ou Psicólogo de 1ª Instância, lotado em Núcleo Psicossocial de Vara/Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou que tenha competência nessa matéria para participar do IX Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid).

EDITAL N. 022/2017-EMERON - Escolha, por sorteio, de 03 (três) Assessores de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, sendo 1 (uma) vaga para Assessor da Câmara Especial, 1 (uma) vaga para Assessor da Câmara Cível e 1 (uma) vaga para Assessor da Câmara Criminal, para participarem do SEMINÁRIO INTERNET: DESAFIOS JURÍDICOS E TÉCNICOS.

EDITAL N. 23/2017-EMERON - Estabelece Normas do Processo Seletivo para Ingresso na Residência Judicial.

EDITAL N. 24/2017-EMERON - Processo Seletivo para Ingresso no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cartorária Judicial - GESC/2018

EDITAL N. 25/2017-EMERON - Processo Seletivo para Ingresso no Curso de Especialização Lato Sensu em Direito para a Carreira da Magistratura - Regime Presencial, TURMA 2018/2019

CONVÊNIOS

CONVÊNIO N. 005/2016 - O convênio de cooperação acadêmica e tecnológica de prática judiciária objetiva a cooperação acadêmica e científica entre a ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA – EPM e a EMERON, por meio da disponibilização de seus cursos e órgãos de apoio aos magistrados das duas instituições, bem como da realização de eventos conjuntos.

O acordo, firmado em agosto de 2016, tem vigência de dois anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA N. 022/2016 UNIREMERON/TJRO - Diante da necessidade de qualificação de membros e servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia em nível de pós-graduação stricto sensu, a Emeron firmou convênio de cooperação técnico científica com a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR para a implantação do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu “Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça – DHJUS”, realizado em parceria institucional pelas duas instituições.

O termo prevê a execução das duas primeiras turmas do DHJUS, com no mínimo 40

vagas, sendo 80% delas destinadas a membros e servidores do Judiciário.

O prazo para a execução do acordo é entre 2017 e 2019, sendo que a primeira turma já se encontra em andamento e a segunda turma terá seu edital lançado no fim de dezembro de 2017.

CONVÊNIO Nº 1/2017 - Existente há mais de 20 anos, o convênio de cooperação técnica entre o Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA e a Emeron permite o funcionamento da Pós-Graduação em Direito para a Carreira da Magistratura nas dependências da universidade, bem como o uso de estruturas como biblioteca, e o fornecimento de bolsas a ex-alunos da instituição.

O convênio foi renovado no início de 2017 visando a continuidade das atividades da Subseção das Comarcas na cidade.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 1/2017 - Firmado em setembro de 2017 entre a Emeron e a Fundação Palácio das Artes, visa o uso das dependências do Teatro Guaporé e do Teatro Estadual Palácio das Artes Rondônia, e de seus espaços externos, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Escola da Magistratura de Rondônia, sem cobrança de tarifas, para realização de eventos de grande porte abertos à comunidade em geral, mediante contrapartida.

Cursos ofrecidos

A Emeron é credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), desde 2011, para a oferta de ações educacionais nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, em cursos de Educação Superior (graduação e pós-graduação) e extensão, conforme art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96. Atualmente, se encontram em vigor as resoluções de credenciamento CEPS/CEE/RO N. 046/2014, para Porto Velho, e N. 086/17, para Ji-Paraná, válidas por três anos.

No tocante à educação corporativa, a Emeron, como Escola Judicial, tem sua atuação pedagógica alinhada às diretrizes emanadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud), do Conselho Nacional de Justiça, oferecendo os seguintes cursos:

Conforme a Resolução n. 2 de 14 de março de 2017, da Enfam, que regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores:

I - Curso de Formação Inicial para magistrados

- Curso Oficial para Ingresso na Magistratura (etapa do concurso);
- Curso Oficial de Formação Inicial, realizado imediatamente após a posse;

II - Formação Continuada;

III - Formação de Formadores.

Nos moldes da Resolução n. 192, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário:

I - Curso de Formação Inicial para servidores

II - Formação Continuada, compreendendo

- Ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental;
- Formação de multiplicadores; e
- Programas de pós-graduação lato e stricto sensu;

As formações desenvolvidas seguem as áreas de conhecimento classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a saber:

Ciências Exatas	Matemática Probabilidade e Estatística Ciência da Computação
Engenharias	Engenharia Civil; Engenharia de Transportes; Engenharia Mecânica; Engenharia Elétrica.
Ciências Sociais Aplicadas	Direito; Administração Pública; Economia; Comunicação e Informação; Serviço Social.
Ciências Humanas	Educação Filosofia Sociologia Antropologia Geografia Psicologia Ciência Política
Linguística, Letras e Artes	Letras
Interdisciplinar	Meio Ambiente e Agrárias Sociais e Humanidades Engenharia/Tecnologia/Gestão



Formação Inicial de Magistrados

Com o intuito de atender à nomeação dos últimos nove aprovados no XIX Concurso Público para Ingresso no Cargo de Juiz Substituto da Carreira da Magistratura, em maio de 2016, foi realizado o Curso Oficial de Formação Inicial.

Entre os dias 18 de abril e 13 de maio, o curso, desenvolvido pela Emeron em conjunto com a Corregedoria Geral da Justiça com base nas diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Enfam, propiciou aos novos juízes os conhecimentos necessários ao exercício de suas atividades jurisdicionais e administrativas, bem como para o desenvolvimento de competências indispensáveis ao perfil de magistrado desejado pela Escola Nacional: “autônomos e socialmente responsáveis, mais integrados com as necessidades e impactos dos fenômenos sociais, políticos e econômicos da Sociedade Brasileira”.



A formação teve corpo docente formado por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Rondônia, e abordou aspectos importantes para a ambientação dos novos magistrados, tais como o funcionamento, a estrutura e as competências das unidades judiciárias, bem como temas relevantes para o cumprimento das atividades laborais, a exemplo do uso de sistemas administrativos e judiciários.



ETAPA NACIONAL

Além do curso de formação inicial realizado pelos tribunais, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) realiza o Curso de Iniciação Funcional para magistrados – Módulo Nacional. O curso tem caráter compulsório e visa integrar e uniformizar a formação na magistratura nacional, além de desenvolver competências profissionais gerais para a atuação inicial dos juízes.

A formação aborda temas interdisciplinares com foco em aspectos desafiadores da prática judicante. O papel do magistrado, a relação entre a sociedade e o Poder Judiciário, Ética e Humanismo, O Juiz e o Mundo Virtual, Sistema Carcerário e Políticas Raciais estão entre os temas discutidos ao longo das 40 horas de curso.

Todos os juízes empossados em 2016 passaram por esta etapa.



Formação Inicial de Servidores

A Formação Inicial é definida pelo artigo 6º da Resolução 192/CNJ/2014 como o desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições das unidades e deve ser aplicada aos servidores recém-empossados para que estes sejam ambientados à instituição após sua chegada.

O curso é dividido em duas partes. A primeira, geral, apresenta direitos e deveres, funcionamento de sistemas administrativos e judiciais e noções de relacionamento interpessoal e é aplicada a todos os empossados. Já a segunda retrata as atribuições e rotinas de cada cargo, a exemplo dos Oficiais de Justiça. Todas as disciplinas foram ministradas por servidores que atuam nas mais diversas áreas do TJRO.

Em 2016 e 2017 foram promovidas duas turmas da formação, atendendo a mais de 200 novos servidores, aprovados no concurso realizado em 2015.





Formação de Formadores

A Formação de Formadores é um dos cursos oficiais a serem ofertados pelas Escolas Judiciais e tem como finalidade a preparação de magistrados e servidores para a prática docente, formação e aperfeiçoamento de seus pares.

O curso foi aplicado pela professora Ma. Hélia Cardoso Gomes da Rocha a 40 servidores e apresentou aos participantes os fundamentos básicos da prática docente, a exemplo do processo de aprendizagem e das metodologias e técnicas pedagógicas a serem utilizadas na formatação de cursos.

Como trabalho final, os participantes apresentaram projetos de formações criadas com base nos conhecimentos construídos durante os módulos. Gerenciamento de Tempo, Alienação Parental e Saúde Mental foram alguns dos cursos propostos. Os projetos são apresentados à Emeron para possível integração ao calendário de cursos.

ENFAM

Os magistrados formadores Edenir Rosa e Úrsula Souza e a pedagoga Marciane Rossi, da Emeron, participaram da turma 2016/2017 do curso Formação de Formadores oferecido pela Enfam.

Em novo modelo curricular, o curso, que tem como intuito capacitar as equipes pedagógicas das escolas judiciais, é dividido em dois níveis: formação de base do docente e atividades de docência (tutoria, conteúdista, etc.) e possui etapas presenciais e à distância.



Como produto, os participantes construíram a Oficina Vivenciando a Metodologia, aplicada aos docentes da Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura no decorrer de 2017. O workshop visa a multiplicação da metodologia ativa, método que propõe a total interação do aprendiz no ambiente em que ele deve conhecer e compreender, e o domínio, pelos formadores, dos aspectos pedagógicos da formação profissional. Duas turmas do workshop foram promovidas, uma em Porto Velho e outra em Cacoal, atendendo a todos os professores da Emeron.

Já na turma 2017/2018 do Curso, em curso, participam os magistrados formadores Marcos Alaor Diniz Grangeia, Guilherme Ribeiro Baldan, Sérgio Willian Domingues Teixeira e Johnny Gustavo Cledes e a pedagoga Vanessa Souza. A primeira fase já foi realizada em Manaus e atualmente os discentes encontram-se na etapa a distância. Finalizando o curso, um novo encontro presencial será promovido em Brasília em 2018.



Formação continuada

Ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental

2016

Evento	Período	Local	Público
JANEIRO			
Oficina Pedagógica de Revisão Ementária e Bibliográfica dos Planos de Ensino das Pós-Graduações	20 a 21	Porto Velho	MAG/SERV
Formação Inicial de Servidores – Módulo Oficiais de Justiça	26 a 28	Porto Velho	SERV
FEVEREIRO			
Formação de Juízes em Constelações Familiares Mód V	15 a 16	Porto Velho	MAG
Novo Código de Processo Civil - Módulo VI - Atos Processuais	18 a 19	Porto Velho	MAG/SERV
Módulo Gestão de Qualidade (Pós-Graduação em Gestão Pública com Ênfase em Direito e Administração Judiciária)	19 e 20	Porto Velho	SERV (módulo aberto)
Oficina Pedagógica de Metodologias Ativas dos Cursos de Pós-Graduação	25 a 26	Porto Velho	MAG/SERV
Formação Inicial de Servidores	29/02 a 4/03	Porto Velho	SERV
MARÇO			
Formação de Conciliadores - Competências Comportamentais	2 a 4	Porto Velho	SERV
Direito Humanos	14 a 17	Porto Velho	MAG
O Novo Código de Processo Civil e o Usucapião Extrajudicial	16	Porto Velho	MAG/SERV PE
10º Congresso de Pregoeiros	16 a 19	Fora do Estado	SERV
Novo Código de Processo Civil - Módulo VII - Precedentes e Jurisprudência	17 e 18	Porto Velho	MAG/SERV
ABRIL			
Formação de Juízes em Constelações Familiares - Mod VI	11 e 12		MAG
Humanização do Atendimento Judicial	Turma 1: 11 a 13 Turma 2: 13 a 15		SERV
Novo Código de Processo Civil - Módulo VIII - Execução e Cumprimento de Sentença	14 e 15		MAG/SERV
Seminário de Contratação dos Serviços de Treinamento e Desenvolvimento: Licitar, dispensar ou Inexigir	14 e 15		SERV
Formação de Pesquisadores	18 a 20		
Curso de Formação Inicial para Magistrados	18/4 a 16/5		MAG
Palestra sobre Alienação Parental	29		MAG/SERV/PE

MAIO			
Desenvolvimento de Equipes	11	D	SERV
Workshop Construção do Projeto Político-Pedagógico das Escolas de Formação de Magistrados (Enfam)	17 e 18	Brasília	SERV
IV Congresso Nacional de Gestão e Fiscalização de Contratos e Obras de Serviços de Engenharia	18 a 20	Fora do estado	SERV
14º Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública	19 e 20	Fora do estado	SERV
I Fórum Aprimore STJ – competências, resultados e inovação	19 e 20	Brasília	SERV
XXI Encontro Nacional de Adoção (ENAPA)	26 a 28	Fora do estado	SERV
JUNHO			
GRC & DRIDAY	2 e 3	Fora do estado	SERV
Auditoria em folha de pagamento no Serviço Público	6 a 9	Fora do estado	SERV
SOA na prática	6 a 10	Fora do estado	SERV
Formação de Juízes em Constelações Familiares Módulos VII	6 e 7	Porto Velho	MAG
Humanização do Atendimento Judicial	Turma 1: 6 a 8 Turma 2: 8 a 10	Jaru	SERV
Fórum de Boas Práticas de Controle Interno e Auditoria	8 a 10	Fora do estado	SERV
Congresso Brasileiro de Terapia Familiar	8 a 11	Fora do estado	SERV
Formação de Formadores em Mediação Judicial (Enfam)	9 e 10	Brasília	MAG
Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos	13 a 15	Fora do estado	SERV
XII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça	16 e 17	Fora do estado	SERV
Formação de Formadores - Fofo Integrado - Módulo Coordenação Pedagógica	16 e 17	Brasília	SERV
Oracle Database 12c Administration Workshop	20 e 24	Brasília	SERV
Novo Código de Processo Civil - Módulo IX - Procedimento comum: Dos sujeitos processuais. Procedimentos especiais, juizados especiais e legislação extravagante	23 a 24	Porto Velho	MAG/SERV
Formação de Formadores - Módulo 1 - Fundamentos da Ação Docente	27/6 a 1/7	Brasília	MAG/SERV
Práticas Cartorárias Criminal - Turma 1	27/6 a 1/7	Porto Velho	SERV
Oracle Database 12c Install and Upgrade Workshop	29 e 30	Fora do estado	SERV
JULHO			
Gestão de Riscos e Controles Internos	4 e 5	Porto Velho	SERV
Perícia de Bens Imóveis e Semoventes para Oficiais de Justiça	4 e 5		SERV
Curso de Controle e Registro Acadêmico	11 e 12		SERV
Curso Básico de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10	18 a 29		SERV

Oracle Database 12 c - New Features for Administrators	18 a 22	Fora do Estado	SERV
Práticas Cartorárias Criminal - Turma 2	25 a 29	Porto Velho	SERV
45 Questões Polêmicas nas Contratações Pública	25 a 27	Cuiabá	SERV
Gerenciamento de projetos	25 e 26	Porto Velho	SERV
Introdução à Psicologia Econômica	28 a 30	São Paulo	SERV
AGOSTO			
Planejamento de Obras com o uso do MS Project	3 a 4	Fora do estado	SERV
Redação de Documentos Oficiais e Elaboração de Relatórios e Pareceres Técnicos	3 a 4	Fora do estado	SERV
Oracle Database 12c Backup e Recovery	8 a 12	Fora do estado	SERV
Formação de Formadores - Módulo 1	9 a 11	Porto Velho	SERV
Gestão Tributária de Contratos e Convênios	17 a 19	Porto Velho	SERV
Humanização do Atendimento Judicial	Turma 1: 22 a 24 Turma 2: 24 a 26	Espigão do Oeste	SERV
60 Acórdãos do TCU	24 a 26	Natal	SERV
Oficina Vivenciando a Metodologia	26	Porto Velho	MAG/SERV
REGISTROS EM SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA: Laudos, Relatórios e Pareceres	29 a 31	Porto Velho	SERV
COMO PLANEJAR A CONTRATAÇÃO E ESTRUTURAR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS CONTÍNUOS	29 a 31	Porto Velho	SERV
15º Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos (PMI-SP) + Whorkshop KPI Canvas	29 a 31	São Paulo	SERV
SCRUM	30 a 31	Porto Velho	SERV
SETEMBRO			
Curadoria de Conteúdo Digital	2 a 3	São Paulo	SERV
Oficina Vivenciando a Metodologia	2	Ji-paraná	MAG/SERV
Segurança do Trabalho - Uso de EPI'S	Turma 1: 5 Turma 2: 6 Turma 3: 8	Porto Velho	SERV
Metodologia da Pesquisa e Redação Científica	5 e 6		MAG/SERV
Auditoria Baseada em Riscos	8 e 9		
Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância	8 a 27	São Carlos	SERV
Adoção de Crianças Maiores	12/09 a 30/11	Porto Velho	SERV
Administração Postgre SQL com Alta Performance	12 a 16	Fora do Estado	SERV
Gestão de Frotas de Veículos	12 a 16	Porto Velho	SERV
Curso Segurança de Autoridades - Módulo Avançado (Turma 1)	12 a 16	Porto Velho	Militares agregados
Sistema de Custos	12 e 13		
Formação de Formadores - Fofó Integrado - Módulo Coordenação Pedagógica	12 a 16	Brasília	MAG/SERV

Teste de Software	13 a 15		
Programa Gestão Pública Contemporânea - Turma 1	13 a 16	Cuiabá	SERV
Novo Código de Processo Civil - Módulo X - Procedimento comum: Dos sujeitos processuais. Procedimentos especiais, juizados especiais e legislação extravagante	15 e 16		MAG/SERV
MPS Br.	16	Porto Velho	SERV
Oficina de Intervenção Lúdica em Situações de Adoção de Crianças Maiores	19 a 21	Porto Velho	SERV
Gestão do Patrimônio Público e o Desfazimento de Bens Incluindo o controle e Organização do Almocharifado, a Depreciação e Revitalização do Patrimônio de acordo com a obrigatoriedade da NBC T 169	19 a 30		
Excel Intermediário e Avançado (e Estatística/Excel)	19 a 30		
Semana da Segurança Institucional	19 20 21 22 23	Guajará PVH. Buritis Jaru Rolim	MAG/SERV
XI Congresso Brasileiro de Direito de Família	19 a 22	Belo Horizonte	SERV
22º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância:	19 a 23	Águas de Lindóia	SERV
Curso Grafotecnia e Documentoscopia	20 e 21 23 e 23 24 26 e 27	PVH Ariquemes Ji-Paraná Vilhena	PE
Formação de Formadores - Módulo 2	20 a 22		
VIII Simpósio Nacional One Cursos: Questões polêmicas da legislação de pessoal, aposentadorias e pensões	21 a 23	Rio de Janeiro	SERV
Contabilidade Pública e Seus Aspectos Patrimoniais e Legais (procedimentos Contábeis)	21 a 23		
Aplicação Prática do COBIT 5 na Governança e na Gestão de TI	22 a 23	Brasília	SERV
Humanização no cumprimento de mandados com visão no Novo CPC	22 a 23		
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI	25 a 28	Fora do Estado	SERV
Tomada de Contas Especial	26 a 30	Brasília	SERV
Supervisão dos Facilitadores e Iniciação de Multiplicadores de Práticas de Justiça Restaurativa	26 a 30		
CONIP Judiciário	28 a 29	Brasília	SERV
Palestra Ética Cotidiana e Autoridade Moral dos que nos julgam	30		MAG/SERV/PE
OUTUBRO			
Contratação de Serviços Contínuos	3		
Curso Segurança de Autoridades - Módulo Avançado (Turma 2)	3 a 7	Porto Velho	Militares agregados

Curso Tratados Internacionais	5 a 7	Fora do Estado	MAG
Estratégia como Prática Comunicacional	6 a 7	São Paulo	SERV
Programa de Gestão Avançado Sênior: Potencializando Inovações em Liderança, Estratégia e Gestão	7 a 11	Cotia	SERV
RH 124 - Red Hat System Administration I	17 a 21	Brasília	SERV
Curso de Editoração Gráfica	17 a 21		SERV
Sindicância e Processo administrativo disciplinar	18 a 20		MAG/SERV
3º Congresso do Judiciário O Adolescente e a Socioeducação	18 a 21		MAG/SERV/PE
Desenvolvimento do Potencial Humano: Gestão de autodesenvolvimento para uma liderança eficaz	T1: 19 a 21 T2: 24 a 26		
III Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos de Escolas de Formação de Magistrados	24	Brasília	MAG/SERV
10º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão	24 a 28		
PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO: A Verdade Sobre as Falsas Memórias	22 e 23		
Práticas Processuais Cíveis	25 e 26		
Programa de Certificação Internacional em Gestão de Mudanças PROSCI	25 a 27		
NOVEMBRO			
Palestra O futuro da prisão	3	Porto Velho	MAG/SERV/PE
Ferramentas e práticas para casos de grandes operações criminosas e crime organizado	3 e 4	Porto Velho	MAG
Formação dos Profissionais da Central de Processos Eletrônicos – CPE	3 a 11	Porto Velho	
Palestra O empreendedor como agente de mudanças: a valorização da experiência	5	Porto Velho	
Curso de capacitação de Supervisor de Segurança do Poder Judiciário do Estado de Rondônia	7 e 8	Porto Velho	
Adoção de Crianças Maiores	7 a 9	Porto Velho	
Seminário Adoção de Crianças Maiores	10	Porto Velho	
Regularização de imóveis Públicos	16 a 17	Porto Velho	
Formação de Formadores – Módulo III	17 e 18	Porto Velho	
Prova digital, escuta telefônica e ambientais, voltadas para o Processo Penal	24 e 25	Porto Velho	MAG/SERV
Curso “Intervenção e Escuta da Família”	28 e 29	Porto Velho	SERV
Métodos de intervenção interdisciplinar em casos da Lei Maria da Penha	28 a 30	Porto Velho	MAG/SERV
Curso Excelência no Atendimento ao Público e Técnicas de Negociação de Conflito	T1: 28 e 29 T2: 30 e 1º T3: 2 e 3/12	Porto Velho	SERV
Oficina para elaboração dos planos de gestão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc's	30/11 a 1/12	Porto Velho	MAG/SERV
Relação Interpessoal e Resolução de Conflitos	30/11 a 2/12	Porto Velho	SERV

DEZEMBRO			
XLIV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura COPEDEM	1º a 3	Prto Velho	MAG/SERV/PE
II Fórum Permanente dos Juizados Especiais (FOJUR)	2 e 3	Prto Velho	MAG/SERV/PE
Planejamento, especificação e processo de contratação de materiais e serviços	5 e 6	Prto Velho	
Formação de Juízes em Constelações Familiares Mód -VIII	5 e 6	Prto Velho	MAG
III Encontro Nacional de Formadores	5 A 7	Brasília	MAG/SERV
Planejamento na pré-aposentadoria, diagnóstico financeiro, construção interativa de orçamento e psicologia econômica	12 a 14	Prto Velho	
Contratação de Soluções de TIC preconizados na Resolução n. 182 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	15 E 16	Prto Velho	
Curso Auditoria em Contratos	15 E 16	Prto Velho	

DESTAQUES

**Juízes são
capacitados
em Direitos
Humanos**

A Escola Nacional de Magistratura, Associação de Magistrados Brasileiros, com apoio da Escola de Magistratura de Rondônia e Associação dos Magistrados De Rondônia, promoveu em Porto Velho, no período de 14 a 17 de março, o Curso de Direitos Humanos, com o objetivo de capacitar magistrados de todo país, a fim de atualizá-los e conscientizá-los sobre os avanços na área e, assim, ampliar a atuação tanto na prevenção quanto na judicialização de casos de violação de direitos humanos.

História dos Direitos Humanos, Tortura, Violência de gênero e racismo foram abordados no curso por meio da palestra com especialistas no tema e também por meio de dinâmicas e estudos de caso. O funcionamento do SIDH - Sistema Internacional de Direitos Humanos também foi abordado, com apresentação do professor de Direito e Instrutor da Clínica Internacional de Direitos Humanos de Harvard Law School, Fernando Ribeiro Delgado.

Os participantes acompanharam ainda, depoimentos de vítimas de tortura, violência doméstica e racismo, como forma de sensibilização, e conheceram a Acuda - Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso, entidade que trabalha com ressocialização de apenados. No momento da



visita, os apenados praticavam ioga, aula visitada pelos magistrados, que se impressionaram com o bom exemplo, totalmente em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos.

Palestra

Finalizando as atividades do curso e também com o intuito de abranger às discussões sobre direitos humanos a diversos setores da sociedade, na noite do dia 17, foi promovida a



palestra “Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Justiça nacional”, com o professor de Direito e Instrutor da Clínica Internacional de Direitos Humanos de Harvard Law School, Fernando Ribeiro Delgado.

Brasileiro radicado nos Estados Unidos, Fernando trouxe à baila a Chacina do Urso Branco (2004) ocorrida em Porto Velho, e que foi o primeiro caso internacional do Brasil nas Organizações dos Estados Americanos (OEA). A partir disso, o professor explicou a necessidade de analisar o comportamento da justiça brasileira ao buscar soluções no sistema penal americano, justamente em ideias que estão sendo descartadas, por não ser um sistema eficaz.

Fernando apresentou estudos sobre o aumento do encarceramento em massa e como isso, ao contrário do que se pensa, não diminui a criminalidade. Em suas conclusões, Fernando destacou que o sistema penal brasileiro está falido e não se deve aceitar um sistema penal totalmente em desacordo com a lei, muito menos insistir em um sistema cujos estudos científicos mostram que não resultam na diminuição da violência do país.

Mais de 400 pessoas acompanharam a palestra, que foi transmitida ao vivo em dois telões instalados no hall lateral do auditório e no hall do 5º andar do Edifício sede do TJRO. Também houve transmissão pela internet.



Palestra Constelações Familiares, justiça restaurativa e mediação



Com o intuito de divulgar a técnica da constelação à sociedade rondoniense, a doutora em direito e mediação pela Universidade de Sevilla e mediadora familiar Luhé Palma Chazarra ministrou na noite do dia 14 de abril a palestra “Constelações Familiares, Justiça Restaurativa e Mediação”.

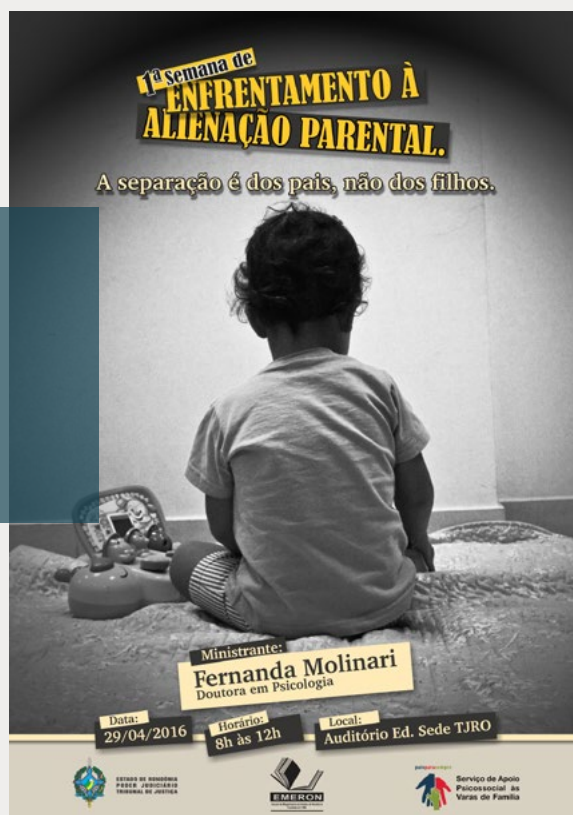
Usando sua própria experiência na advocacia, demonstrou que a mediação pressupõe o desejo das duas partes em resolver o conflito, situação que não ocorre na realidade, visto que uma sentença favorável não significa a satisfação em relação a outra parte do processo, o que gera reincidência nas ações judiciais, abarrotando o judiciário de novos processos.

Luhé afirmou ainda que a fim de que haja um equilíbrio na compensação é necessário trazer de maneira representativa as partes. “Todos pertencem ao grupo, tanto a vítima quanto o agressor. É necessário olhar para a situação sem julgamentos prévios, sem valorações morais”, alertou. Para a professora o agressor também sofre danos. “Não há apenas o bom e o mal. O ser humano é muito mais complexo que isso”.

A partir do entendimento de que o agressor também sofreu danos, se faz possível não apenas a punição de seus atos, mas a busca pela restauração dos danos causados por este às vítimas e a si mesmo, princípio da Justiça Restaurativa, Utilizando-se de técnicas como as Constelações Familiares, os conflitos são solucionados em sua totalidade, trazendo a compensação e evitando assim, sua reincidência em crimes e em disputas judiciais.

I Semana de Enfrentamento à Alienação Parental

A Semana foi iniciada com a palestra “Os aspectos jurídicos e psicológicos da Alienação Parental”, no dia 29 de abril, com a especialista em direito de família Fernanda Molinari. Na ocasião foi lançada a campanha de enfrentamento, que compreende uma série de materiais de conscientização. Um vídeo no qual se simula uma situação de alienação parental, cartazes, banners e cartilha com o slogan “A separação é dos pais, não dos filhos”, foram apresentados



Fernanda explicou o que consiste na alienação perante a lei e ressaltou as consequências dessa prática, podendo chegar ao extremo do suicídio por parte do filho alienado. Com relação aos caminhos para enfrentar a alienação a palestrante aponta a mediação de conflitos, oficinas de parentalidade e a própria sensibilização da sociedade por meio de campanhas, para que o fenômeno seja melhor conhecido e detectado.

A semana contou ainda com palestras em escolas públicas sobre a alienação parental, além de Pit Stop nas ruas de Porto Velho. Os servidores de núcleos Psicossociais receberam ainda uma formação sobre a temática.





Emeron participa da 11ª edição do Ulbra interação total em Ji-Paraná

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron) participou do evento, realizado no primeiro fim de semana do mês de maio, como expositora, com o intuito de se aproximar da comunidade e divulgar suas ações. As atividades da Escola, principalmente a Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura, foram apresentadas aos acadêmicos do Centro Universitário e à comunidade.

Além de conhecer a atuação da Emeron, os visitantes receberam edições da Revista de Administração Judiciária (RAJ), que apresenta as teses dos magistrados que cursaram o Mestrado em Poder Judiciário, e da Revista da Emeron, com artigos jurídicos de profissionais diversos.



Alunos da Emeron Ji-Paraná participam da audiência simulada

Os acadêmicos da Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura da subseção de Ji-Paraná participaram de uma audiência simulada no dia 21 de maio. A atividade faz parte da disciplina Direito Constitucional.

Os alunos simularam uma audiência de instrução e julgamento de um caso de ação indenizatória promovida por um apenado contra o Estado e ao final construíram uma sentença para a lide. “A pós-graduação exige a construção de um conhecimento mais profundo, que muitas vezes fica apenas na teoria. Ao trazer questões mais complexas para o dia a dia, como a utilizada no exercício simulado, os alunos têm a oportunidade de refletir sobre essas situações e exercitarem seus conhecimentos sobre elas”, afirmou a professora da disciplina, Juíza Larissa Pinho.



Professor da Emeron ministra Curso em escola judicial do Rio Grande do Norte

O Desembargador do Tribunal de Justiça e professor da Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron) Alexandre Miguel esteve em Natal, no dia 18 de junho, para ministrar aula no III Curso de Formação Inicial de Magistrados, promovido pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn).

Alexandre Miguel ministrou a disciplina “Audiência Cível” aos 47 novos juízes substitutos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) que participam da formação. A disciplina faz parte da temática “Técnicas de Elaboração de Sentenças e Realização de Audiências”, componente do eixo prático do curso, e visa propiciar aos magistrados em formação o contato com o ambiente de trabalho e com a prática profissional. Além da abordagem teórica a disciplina contou com simulação de audiência com diferentes incidentes processuais e análise de um estudo de caso, para que os discentes tivessem contato com os fundamentos teóricos apresentados.



Professora da Emeron debate racismo em fórum de Direitos Humanos

A juíza de direito do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) e professora da Emeron Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres participou no dia 21 de julho, da 79ª Reunião do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

Sandra atuou como debatedora na palestra da advogada e ativista norte-americana Deborah Peterson Small durante o evento, que teve como tema "Racismo e o Superencarceramento" e discutiu a relação entre racismo, política de drogas, violência policial e o superencarceramento, principalmente da parcela mais pobre da população.

Ao término do encontro, Sandra Silvestre foi homenageada com a entrega da Medalha EMERJ, em agradecimento pelos relevantes serviços à cultura jurídica, ao Poder Judiciário e à sociedade brasileira.



Escola judicial rondoniense comemora três décadas de criação

Uma das mais antigas escolas judiciais do país, a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, comemorou no último sábado, 20 de agosto, 30 anos de existência.

A criação das primeiras escolas de magistratura do país, dentre elas a rondoniense, foi uma resposta à Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, que passava a exigir como prova de títulos para o ingresso na magistratura

de carreira, a aprovação em curso de preparação para a magistratura.

Após proposta feita pelo desembargador Eurico Montenegro a corte rondoniense aprovou unanimemente, por meio da Resolução nº 11, de 20 de agosto de 1986, a criação da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron). A Escola foi criada com o propósito de propiciar formação e aperfeiçoamento de magistrados e

preparar técnica e doutrinariamente os candidatos a concursos de ingresso na magistratura.

Ao longo de 30 anos, a Emeron promoveu ações inovadoras e pioneiras que serviram de base para outras Escolas e que fizeram diferença no contexto social local. Uma de suas maiores conquistas, alcançada no ano de 2011, foi o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação como primeira Escola de Governo do Estado autorizada a ofertar Educação Superior. Desde então, a Emeron oferta pós-graduações lato sensu gratuitamente a servidores e magistrados, em áreas de interesse para o judiciário rondoniense, como Gestão Pública e Gestão Cartorária.

Em seus 30 anos, a Escola também passou por várias transformações. Inicialmente criada como Escola de Magistratura, transformou-se em Escola Judicial, ao assumir, desde 2013, a formação e o aperfeiçoamento também de servidores. Outra grande transformação surgiu com a mudança para sua sede própria. A nova sede, centralizada e com estrutura adequada, aumentou a capacidade de execução e a qualidade dos

serviços ofertados pela Escola.

Considerada uma escola judicial de pequeno porte, a Emeron é grande em seus interesses e conquistas. Três décadas de inovação que se refletem no aprimoramento jurisdicional da instituição e pessoal daqueles que por ela passam, sejam como alunos ou como colaboradores. Três décadas que ficarão registradas para sempre na história.



Comemoração

Com o tema “Escola Inovadora”, uma série de ações será promovida em alusão à data, a partir do mês de setembro deste ano. A primeira delas é a apresentação da nova identidade visual da Emeron, desenvolvida para acompanhar o novo momento como Escola Judicial.



Ética cotidiana é analisada em palestra

Em parceria com a Escola de Filosofia Nova Acrópole do Brasil foi realizada na noite de 30 de setembro a palestra “Ética Cotidiana e Autoridade Moral dos que nos Julgam”. Ministrada pelo professor de Filosofia Jean Cesar Antunes Lima, a preleção apresentou as definições das palavras filosofia e ética encontradas em dicionário e pela visão de Platão, filósofo do período clássico da Grécia Antiga e sua aplicação em situações do dia a dia. Jean Cesar expôs ainda as ideias de Platão sobre as virtudes necessárias às três classes que compõe a sociedade. Aos governantes, é indispensável a sabedoria; aos guerreiros (hoje membros das forças armadas), é preciso coragem; e aos produtores de bens, como comerciantes e agricultores, se faz preciso temperança. Platão afirma ainda que para os governantes ou ocupantes de cargos públicos nos três poderes, como o de juiz, é imprescindível possuir todas essas virtudes.

O palestrante finalizou a palestra com duas perguntas à plateia. A primeira questionava qual dos três poderes, no atual contexto brasileiro, se mantinha mais próximo ao conceito de filosofia. A segunda indagou qual dos três poderes tinha em seu quadro indivíduos com características morais mais próximas às virtudes descritas por Platão. A resposta para as duas perguntas foi a mesma: O Poder Judiciário. Para Jean Cesar, o judiciário mantém o constante estudo de leis, de técnicas e fenômenos sociais, a exemplo da própria palestra que se realizava naquele momento, caracterizando o pensamento filosófico. Também viria do judiciário, uma exigência maior por pessoas com valores morais e éticos desenvolvidos, sendo assim mais preparadas para a importante função social que ocupam.



Congresso “O adolescente e a Socioeducação”

Realizado pelo 1º Juizado da Infância e da Juventude por meio da Emeron, o congresso realizou sua terceira edição em outubro. O encontro é direcionado a magistrados, membros do Ministério Público, serventuários e órgãos governamentais e não governamentais que atuam na área da infância e adolescência e tem por propósito a reflexão sobre as normas que disciplinam a aplicação e a execução das medidas socioeducativas implantadas com a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O evento contou com debates, painéis e palestras e minicursos. Entre os temas abordados está a Justiça Restaurativa e a Resolução nº 225/2016, pelo Juiz de Direito Marcelo Nalesso Salmaso, do Tribunal de Justiça de São Paulo; a “Saúde Mental do adolescente envolvido com a prática do ato infracional”, explanada pela psiquiatra Carmem Có.

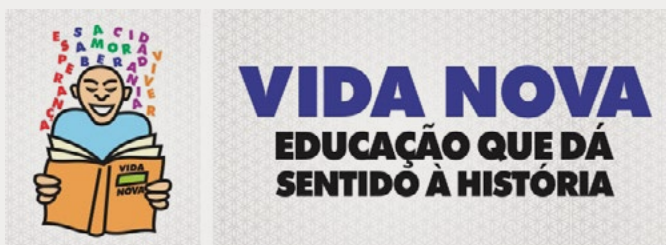
A mesas de debates e minicursos “Introdução a Justiça Restaurativa”, “Justiça Terapêutica”, “Círculo Restaurativo vítima-ofensor-comunidade e a contribuição da comunicação não violenta” e “Socioeducação” completaram a programação.



Magistrada rondoniense ministra palestra sobre Direito Ambiental pela ENM

Na condição de ministrante, a magistrada do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) Duília Sgrott Reis, participou do Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Ambiental, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM) na sede da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso (Esmagis) nos dias 20 e 21 de outubro. A magistrada abordou a execução da sentença ambiental e código florestal.

Duília é bolsista de mestrado pela Emeron e desenvolve suas pesquisas na área de direito ambiental.



Projeto da justiça rondoniense é agraciado com prêmio de Direitos Humanos

O projeto “Vida Nova: Educação que dá sentido à história”, do Tribunal de Justiça de Rondônia e apoiado pela Emeron, foi um dos premiados na noite da última segunda-feira, 07, no 5º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos. O prêmio é uma realização da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) e tem por intuito promover um mergulho no amplo universo dos Direitos Humanos e Cidadania, através do fortalecimento do diálogo entre o Judiciário e a sociedade.

Com a temática “Direitos Humanos e Cidadania”, 18 trabalhos foram premiados nas categorias Práticas Humanísticas, Trabalhos Acadêmicos, Reportagens Jornalísticas e Trabalhos dos Magistrados. O Projeto Vida Nova foi o único selecionado da Região Norte e recebeu premiação em segundo lugar na categoria Trabalho dos Magistrados e uma menção honrosa pela participação.

A magistrada Larissa Pinho de Alencar Lima, que coordena as atividades, e os servidores do TJRO Camila Procópio de Souza, Claudia Cassandra Mendes Trovão, Roberth Willyan Araújo e Silva e Rosimeire Alves Zelotes de Almeida, que compõem a equipe de trabalho do projeto, acompanharam a cerimônia no Rio de Janeiro.

O Projeto foi idealizado pelos serventuários e pela magistrada titular da comarca de Santa Luzia D’Oeste, com o intuito de promover o resgate da dignidade da pessoa humana do reeducando a partir da promoção de acessibilidade à educação transformadora por meio da construção de conhecimento. Em vídeo-aulas, os colaboradores abordam temas voltados às questões educacionais e humanísticas, sendo que muitos deles são escolhidos previamente pelos próprios reeducandos. Relacionamento conjugal, práticas educativas parentais e cidadania são alguns dos exemplos.



CEULJI/ULBRA e Emeron realizam semana acadêmica de Direito em Ji-Paraná

Nos dias 03 e 04 de novembro, o Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULJI/ULBRA) realizou sua Semana Acadêmica de 2016 com o tema "Sustentabilidade". O evento contou com o apoio da Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON) e com a presença do Diretor da Emeron, Desembargador Paulo Kiyochi Mori.

Compõem a programação palestras sobre sustentabilidade e práticas. No dia 3, o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito de Ji-Paraná e docente do CEULJI, Oscar Francisco Alves Junior, ministrou a palestra "Trânsito, Sustentabilidade e Mobilidade Urbana", cujo tema faz parte da tese de doutorado do magistrado. Já no dia 4, "Serviços Públicos Ambientais" foi o tema abordado pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ/RO), Isaías Fonseca Moraes.

Como atividade prática da Semana Jurídica, foi realizado o Ensaio de Projetos, em que os acadêmicos puderam defender seus projetos de monografia sendo acompanhados e avaliados por um docente do curso.

A participação da Emeron na Semana Jurídica faz parte das comemorações de 30 anos de fundação da Escola e celebra a profícua parceria entre a Escola Judicial e a Instituição de Ensino Superior CEULJI/ULBRA.



Pesquisadoras espanholas fazem balanço da cooperação com justiça de Rondônia

Depois de 7 meses de pesquisa e desenvolvimento de ações para a implantação da mediação no âmbito da Justiça de Rondônia, as pesquisadoras da Universidade Complutense de Madri-Espanha, Edith Sanches Garcia, Irene Robles Martinez, fizeram um balanço da cooperação com o Tribunal de Justiça, por meio da Escola da Magistratura, dentro do projeto “Semeando a Cultura da Paz”.

As duas primeiras etapas do projeto consistiram no acompanhamento a Operação Justiça Rápida Itinerante em comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira, e na mediação educativa, voltada para a prática, que aconteceu em três escolas públicas estaduais de Porto Velho, onde foram realizadas oficinas e ensinadas técnicas de mediação aos alunos. Como desdobramento, foi lançado o serviço de mediação na Escola Jorge Teixeira, uma das escolas atendidas pelo projeto.





XLIV Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura

No início de dezembro, a Emeron sediou o 44º encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). A conferência teve como tema norteador “Horizontes do Conhecimento: O Desafio de Inovar”, que reflete a necessidade de o judiciário encontrar, por meio da educação judicial, soluções para a aplicação de uma justiça humanizada e eficiente em face ao surgimento de novos direitos e o excesso de judicialização de conflitos, resultados das mudanças sociais.

Personalidades nacionais e internacionais compuseram a programação e abordaram assuntos ligados ao tema do evento, a exemplo do Doutor Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que ministrou a palestra “Escolas de Governo



- O ensino profissionalizante e o Desafio de Inovar” e da Dra. Letícia García Villaluenga, professora da Universidad Complutense de Madrid, que palestrou sobre “Mediação: Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz”.



Durante o 44º Copedem foi realizada ainda a entrega da medalha de honra ao mérito Domingos Franciulli Netto, conferida pelo Colégio para homenagear personalidades em razão de relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao Poder Judiciário. O presidente do TJRO, Des. Sansão Saldanha, e o Diretor da Emeron, Des. Paulo Mori, foram agraciados com a comenda. O presidente do COPEDEM, Des. Antonio Rulli, também foi homenageado com o recebimento da Medalha do Mérito Acadêmico Des. César Montenegro, outorgada pela Emeron em reconhecimento a iniciativas e contribuições de professores, alunos e personalidades jurídicas, voltadas à educação, ao ensino do Direito e à jurisdição



2017

Evento	Período	Local	Público
JANEIRO			
Solução de balanceamento de aplicações de tráfego e firewall de aplicação – Big-IP F5 Networks	23 a 27	Porto Velho	SERV
Oficina Pedagógica - Formação Docente em Serviço - Turma 1	26 e 27	Porto Velho	MAG/SERV
FEVEREIRO			
Constelações Familiares - Mod IX	6 e 7	Porto Velho	MAG
Relações Interpessoais: desenvolvendo competências emocionais	14 e 15	Porto Velho	SERV
Oficina Pedagógica - Formação Docente em Serviço - Turma 2	16 e 17	Porto Velho	MAG/SERV
MARÇO			
Formação dos Profissionais da Central de Processos Eletrônicos – CPE	6 a 8	Porto Velho	SERV
Curso Abordagens Contemporâneas de Criminologia	16 e 17	Porto Velho	SERV
Humanização do Atendimento Judicial	20 e 24	Porto Velho	SERV
Curso "Técnicas de Atendimento ao Público"	21 e 22	Porto Velho	SERV
Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros (T1)	27 a 31	Porto Velho	SERV
Práticas Cartorárias Cíveis	27 a 31	Porto Velho	SERV
Curso "Engajamento com jornalistas: como transformar a imprensa e os blogs em aliados da estratégia organizacional"	30	Porto Velho	SERV
Curso "Storytelling organizacional: o que é, onde se insere e como fazer melhor"	31	Porto Velho	SERV
Seminário internacional Diálogo entre Cortes: fortalecimento da proteção dos direitos humanos	31	Brasília	MAG
ABRIL			
Constelações Familiares - Mod X	3 e 4	Porto Velho	MAG
Curso Completo de Pesquisa de Preços	3 e 4	Porto Velho	SERV
Curso Cálculos Judiciais Avançados	3 a 7	Porto Velho	MAG/SERV
Formação em Protocolo e Cerimonial	5 a 7	Porto Velho	SERV
Gestão Cartorária na Prática	17 e 18	Porto Velho	SERV
Técnicas de Atendimento ao Público (T2)	18 e 19	Porto Velho	SERV
Curso Básico de Fotografia	20	Porto Velho	SERV
II Semana de Alienação Parental	24 a 28	Porto Velho	MAG/SERV/PE
Curso de Iniciação Funcional para magistrados – Módulo Nacional	24 a 28	Roraima	MAG
Seminário 10 Anos da Lei de Drogas – resultados e perspectivas em uma visão multidisciplinar	25 e 26	Brasília	MAG
Capacitação em Alienação Parental	25 e 26	Porto Velho	SERV
Projeto de Formação dos Profissionais da Central de Processos Eletrônicos – CPE (T2)	25 a 27	Porto Velho	SERV

Palestras Alienação Parental	25 a 27	Porto Velho	SERV/PE
Angular Js Para Webapps Restful	26 a 28	Porto Velho	SERV
Encontro Nacional dos Secretários e Diretores de TIC do Judiciário Estadual - ENASTIC	26 a 28	Porto Alegre	SERV
Plano de Logística Sustentável das Instituições Públicas	27	Porto Velho	MAG/SERV
Seminário Amazônia e Sustentabilidade	27	Porto Velho	MAG
Oficina de Elaboração de Projetos com Ações Sustentáveis	27	Porto Velho	MAG/SERV
Palestra Sustentabilidade e Contratações Sustentáveis: Visão do Controle	27	Porto Velho	MAG/SERV/PE
Palestras Alienação Parental	27 E 28	Itapuã do Oeste Jaci-Paraná	SERV/PE
Curso de Rescisão Contratual e Aplicação de Penalidades	27 e 28	Salvador	SERV
MAIO			
Treinamento Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, Arquivos e Museus - Módulo Pergamum WEB	2 a 5 15 a 19	Curitiba	SERV
Media Training	4 e 5	Porto Velho	MAG/SERV
Práticas Cartorárias Criminais	8 a 12	Porto Velho	SERV
Curso Especializado para Transporte de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros – Resolução 168 - Turma 2	8 a 12	Porto Velho	SERV
“Técnicas de Atendimento ao Público” (T3)	15 e 16	Porto Velho	SERV
CEH-v9- Certified Ethical Hacker	15 a 19	São Paulo	SERV
Curso SFS - Segurança da Informação: Conceitos e Fundamentos (ISO 27002) Foundation	16 a 19	São Paulo	SERV
XLI FONAJE	17 a 19	Porto Velho	MAG/SERV/PE
Seminário sobre Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos	17 a 19	São Paulo	SERV
Abordagem Especializada à Infância e Juventude	19 e 20	Ji-Paraná	SERV
Crime Organizado e Medidas Processuais Penais Contemporâneas	22 e 23	Porto Velho	MAG
Novo Código de Processo Civil para Psicólogos e Assistentes Sociais: novas perspectivas periciais e o papel do assistente técnico	22 e 23	Porto Velho	SERV
Secretariado Executivo e Assessoria	24 a 26	Fortaleza	SERV
GRC & DRIday	25 e 26	São Paulo	SERV
CONIP Judiciário	30 e 31	São Paulo	SERV

JUNHO			
15º Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública	1 e 2	Brasília	
Constelações Familiares - Mod XI	5 e 6	Porto Velho	MAG
XII Congresso Brasileiro de Gestão, Projetos e Liderança	5 e 7	Curitiba	SERV
Curso de Análise de Vulnerabilidade com as Ferramentas: Nessus e Acunetix - Vulnerability Scanner	6 a 8	Porto Velho	SERV
3º Fórum de Boas Práticas de Controle Interno e Auditoria dos Tribunais	7 a 9	Recife	SERV
Encontro Anual de Juízes com Competência Penal 2017	8 e 9	Porto Velho	MAG/SERV
Avaliação e Perícia de Bens Imóveis e Semoventes	12 a 16	Porto Velho	SERV
Formação de Formadores - Módulo 3, do Nível 1	13 e 14	Brasília	MAG/SERV
Formação Inicial de Magistrados - Módulo Nacional (Disciplina Mediação e Conciliação)	15	Porto Velho	MAG
XII ENAPA - Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção	15 a 17	Fortaleza	SERV
Projeto Impactos	19 a 22	Porto Velho	MAG/SERV/ PE
Curso Inteligência e Contra Inteligência para Magistrados	19 a 23	Porto Velho	MAG
VIII Fórum de Integração Jurídica – Direito Notarial e de Registro	20	Brasília	MAG
Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	20 a 22	Porto Velho	MAG
Técnicas de Atendimento ao Público (T4)	20 a 24	Porto Velho	SERV
APG - Programa de Gestão Avançada	21 a 23	Porto Velho	SERV
Ciclo BPM: Da estratégia a mediação	26 a 30	Rio de Janeiro	SERV
Infraestrutura Ágil com Práticas DEVOPS usando DOCKER, GIT, JENKINS, PUPET e ANSIBLE - Confirmar	26 a 30	Porto Velho	SERV
Formação dos Profissionais da Central de Processos Eletrônicos – CPE (T3)	27 e 29	Porto Velho	SERV
3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental	28 a 30	Florianópolis	SERV
Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça - Combrascom	29 a 30	Maceió	SERV
JULHO			
Elaboração de Cálculo de Pena	4 a 7	Porto Velho	SERV
Orçamento Público para Magistrados: Elaboração, Execução e Avaliação	17 e 18	Porto Velho	MAG/SERV
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	17 a 19	Porto Velho	SERV
Técnicas de Atendimento ao Público (T5)	18 e 19	Porto Velho	SERV
Gerenciamento de Despesas em Telecomunicações Corporativas (TEM - Telecom Expense Management)	18 a 20	Rio de Janeiro	SERV
Metodologia Alternativa para Ouvir Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais	24 e 25	Jaru	SERV/PE
Curso de Desenvolvimento Gerencial para Gestores Públicos	24 a 26	Recife	SERV

AGOSTO			
Contratação de Obras e Serviços de Engenharia	3 e 4	Porto Velho	SERV
Constelações Familiares - Mod XII	7 e 8	Porto Velho	SERV
OBRAS PÚBLICAS - 100 ERROS	7 e 8	Brasília	SERV
atualização e capacitação em temas relativos a Direito da Família, especialmente a Guarda Compartilhada, Alienação Parental e Sistema de Avaliação de Relacionamento Parental – SARP	8 e 9	Porto Velho	SERV
Seminário de Contratação dos Serviços de Treinamento e Desenvolvimento: Licitar, Dispensar ou Inexigir a Licitação?	10 e 11	Brasília	SERV
I Fórum Nacional de Juízes Criminais	10 a 12	Florianópolis	MAG
Metodologia Alternativa para Ouvir Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais	14 e 15	Buritis	SERV/PE
Curso de Elaboração de Cálculo de Pena	15 e 16	Rolim de Moura	
Curso Judicialização da Saúde	17 e 18	Vilhena	MAG/SERV/PE
Auditoria nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público	17 e 18	Porto Velho	SERV
VMWare vSphere: Install, Configure, Manage (v 6.5)	21 a 25	Brasília	SERV
Oracle data Integrator 11g Boot Camp	21 a 25	Porto Velho	SERV
I Jornada de Direito Processual Civil	24 e 25	Brasília	MAG
Oficina Vivenciando a Metodologia	24 e 25	Porto Velho	MAG/SERV
Temas Avançados em Projeto Básico e Termo de Referência – 101 Soluções Práticas para a Construção de Documentos	28 e 29	Brasília	SERV
Gerenciamento de Incidentes e Planejamento de Contingência	28 a 30	Brasília	SERV
Administração Mysql com Alta Performance e Alta Disponibilidade	28/08 a 1º/9	São Paulo	SERV
Oracle Business Intelligence 12c Boot Camp	28/08 a 1º/9	Porto Velho	SERV
Publicações Digitais Interativas Produção de Ebooks Fechamento de Arquivos para Impressão	28/08 a 2/9	Porto Velho	SERV
Oficina de Gestão de Portifólio	30 e 31	Porto Velho	SERV
SETEMBRO			
Encontro de diretores de escolas judiciais, presidentes e corregedores dos Tribunais da Região Norte	11	Manaus	MAG
Metodologia Alternativa para Ouvir Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais	11 e 12	Ariquemes	SERV
AUDI - Ênfase em Órgãos Públicos (módulo I)	11 a 14	Porto Velho	SERV
Curso de Administração Database SQLSERVER	11 a 15	Curitiba	SERV
II Fórum Nacional de Trilhas de Aprendizagem	12 a 13	Brasília	SERV
Formação de Formadores (FoFo) Norte	12 a 14	Porto Velho	MAG/SERV
I Congresso Interdisciplinar de Terapia Familiar Sistêmica - CEFATEF	15 a 17	Porto Velho	MAG/SERV

23º CIAED/ABED: Congresso Internacional de Educação a Distância	17 a 21	Foz do Iguaçu	SERV
Curso de Elaboração de Cálculo de Pena	18 e 19	Vilhena	SERV
3ª Semana de Segurança Institucional	18 19 20 21 22	PVH Ouro Preto P. Médici P. Bueno Colorado	MAG/SERV/ PE
Curso de Registro em Serviço Social e Psicologia: Laudos, Relatórios e Pareceres	18 a 20	Porto Velho	SERV
Impressão Offset em Máquina Bicolor	19 a 28	São Paulo	SERV
Capacitação para o Atendimento de Crianças, Adolescentes e Familiares com Histórico Abusivo	20 a 22	Porto Velho	SERV
Seminário de Contratação	21 e 22	Porto Velho	SERV
Veritas Netbackup 8.0: Administration, Advanced, Maintenance and Troubleshooting - Módulo I	25 a 29	São Paulo	SERV
Gerenciamento Ágil de Projetos de Software com Scrum	25 a 29	São Paulo	SERV
12º Congresso de Inovação do Poder Judiciário - CONIP 2017	27 a 28	Brasília	SERV
2º Encontro de Pregoeiros e Equipes de Apoio de Rondônia	27 a 29	Ariquemes	SERV
OUTUBRO			
ECSA – EC – Council Certified Security Analyst	2 a 6	São Paulo	SERV
Iii Fórum Permanente dos Juizados Especiais	5 A 7	Porto Velho	MAG/SERV
Lawtech Conference	10	São Paulo	MAG/SERV
VMWare vSphere: Install, Configure, Manage (v 6.5)	16-20/10	Brasília	SERV
O Magistrado Gestor de Pessoas	19 a 20	Porto Velho	MAG/SERV
Curso de Avaliação de Desempenho por Competências na Administração Pública	23 a 25	Rio de Janeiro	SERV
Ux e Usabilidade Aplicado em Mobile e Web	23 a 27	São Paulo	SERV
Design Thinking para Inovação nos Negócios e Preparatório de Facilitação para Empresas	23 a 27	Porto Velho	SERV
XI Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões	25 a 27	Belo Horizonte	MAG
Veritas Netbackup 8.0: Administration, Advanced, Maintenance and Troubleshooting - Módulo II	27/11/2017 a 02/12/2017	São Paulo	SERV
Encontro Pedagógico de Formadores da Ead	26	Brasília	MAG/SERV
Programas de Compliance: Instrumento de incentivo à transparência, à governança e ao combate à corrupção	26	Brasília	MAG
Curso Abordagem Especializada à Infância e Juventude, Turma 2	26 e 27	Ji-Paraná	SERV
I Encontro de Juízes Ambientais	26 e 27	Porto Velho	MAG
Capacitação e Supervisão em Ações Preparatórias Aos Adotantes - Etapa 1 (Presencial)	30/10 a 01/11	Porto Velho	SERV

A Nova Instrução Normativa N. 05/Mp/2017 Mpog: Planejamento, Gestão e Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviço	30/10 a 01/11	Porto Velho	SERV
Curso Execução Penal – Modalidade EAD	30/10 a 30/11	Ead	MAG/PE
XXII Congresso Nacional do Cerimonial Público	30/10 a 30/11	Bonito	SERV
NOVEMBRO			
		Porto Velho	SERV
Cientista de Dados e Inteligência Artificial	4/11 a 17/02/2018	EaD	SERV
Cibercrimes: Investigação E Processo	6 a 7	Porto Velho	MAG/SERV/ PE
Audi 2- com Ênfase Em Órgãos Públicos	6 a 9/11	Porto Velho	SERV
Html 5 Fundamentos	6 a 9/11	São Paulo	SERV
Capacitação c Supervisão em Ações Preparatórias Aos Adotantes - Etapa 2 - Supervisõe e Orientação Online	6/11 A 15/12	ead	SERV
Capacitação de Gestores Públicos e Ordenadores de Despesas	08 a 10	Foz do Iguaçu	MAG/SERV
Ix Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher Fonavid	08 a 11	Natal	SERV
Aspectos Especiais do Direito da Família	16 a 17	Porto Velho	SERV
Xlvi Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura - Copedem	16 a 18	São Luiz	MAG/SERV
Formação de Formadores (nível 1 – módulo 3)	20 e 21	Brasília	MAG/SERV
Compliance no Brasil	20 a 21	Porto Velho	MAG/SERV
Formação de Mediadores Judiciais	20 a 24	Porto Velho	SERV
Furukawa Certified Professional	20 a 24	Curitiba	SERV
Treinamento Integral Sistêmico para o Aprimoramento de Processos de Adoção	20 a 30	Porto Velho	SERV
Gestão de Riscos e Controle Internos na Administração Pública	21 a 23	Porto Velho	SERV
Formação de Formadores - Módulo 1: Elementos da Atividade Docente no Contexto da Mediação Judicial	22 e 24	Brasília	MAG/SERV
Jurisdição e Psicanálise	23 e 24	São Paulo	MAG
38 Congresso Brasileiro de Auditoria Interna: Auditoria e as Expectativas dos Stakeholders	26 A 29	Rio de Janeiro	SERV
I Seminário Estadual de Direito Constitucional Contemporâneo e Matérias Interdisciplinares	27 e 28	Ji-Paraná	MAG/SERV/ PE
Curso Completo de Planejamento das Contratações	27/11 a 27/03/2018	EAD	SERV
IV Encontro Sobre Penas e Medidas Alternativas	30/11 a 1º/12	Porto Velho	MAG/SERV/ PE

DEZEMBRO			
Cuidando do Cuidador	4 e 6	Porto Velho	SERV
Negociação Avançada e Soluções de Conflitos - Atingindo Resultados e Mantendo a Excelência no Relacionamento	5 a 7	Porto Velho	SERV
IV Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Judiciais e de Magistratura	6 e 7	Porto Velho	SERV
Curso "Escuta e Abordagem de Crianças e Adolescentes em Atendimento nas Varas de Família e Genograma Vivencial"	11 a 13	Porto Velho	SERV
Seminário "Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências"	12	Porto Velho	SERV/PE
Curso de Aperfeiçoamento para Conciliadores	11 a 15	Porto Velho	SERV



Lançamento de livro na Emeron é prestigiado pela comunidade jurídica

A obra “Comentários ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, das autarquias e das Fundações Públicas”, de autoria do desembargador Gilberto Barbosa, foi lançado em 10 de fevereiro, na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron, com a presença de magistrados, promotores, advogados, acadêmicos, docentes de direito e servidores, os maiores interessados no tema do livro.

Durante a concorrida sessão de autógrafos, o autor agradeceu o prestígio da comunidade jurídica de Porto Velho e ressaltou a importância do livro, primeiro sobre o tema com comentários e jurisprudências. “Tenho a impressão que será um manual de consultas, principalmente para os servidores públicos estaduais de todos os setores”, destacou.



Varas de família promovem ações de enfrentamento a alienação parental

Os casos são frequentes nas Varas de família, por isso o Poder Judiciário propõe à sociedade uma semana de conscientização e mobilização contra o fenômeno da alienação parental, que consiste em interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que a tenham sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie o outro genitor ou que cause prejuízo à manutenção de vínculos.

A II Semana de Enfrentamento à Alienação Parental, realizada no período de 24 a 28, foi iniciada com um seminário. Em discussão, “A Nova Lei da Guarda Compartilhada e a Lei da Alienação Parental”, debatida pela juíza Jaqueline Cherulli da 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Várzea Grande-MT; e “as implicações das falsas denúncias de abuso sexual no desenvolvimento psicossocial da criança no litígio dos pais”, apresentado pela psicóloga Denise Maria Perissini.





Em continuação a programação, nos dias 25 e 26, assistentes sociais e psicólogos dos Núcleos Psicossociais de todas as Comarcas recebem capacitação para conhecer os conceitos técnico e legal da alienação parental, as formas de diagnóstico de crianças e adolescentes vítimas dessa prática e formas de intervenção eficazes nessas situações. A psicóloga Denise Maria Perissini ministrou a formação.

Finalizando as atividades, no período de 25 a 27, psicólogos e assistentes sociais do TJRO ministraram palestras sobre o tema a servidores de órgãos públicos como Defensoria Pública, Delegacia da Criança, Conselho Tutelar, professores e orientadores da rede municipal de educação de Porto Velho. Já em Itapuã do Oeste (27) e o distrito de Jaci-Paraná (dia 28) servidores dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e do Conselho Tutelar foram beneficiadas com a iniciativa.





XLI FONAJE: 20 anos de democratização do acesso à justiça

O XLI Fórum Nacional dos Juizados Especiais, realizado em Porto Velho no período de 17 a 19 de maio, foi iniciado de uma forma diferente. Um grupo de juízes de vários estados se deslocou até a Comunidade de São Carlos para conhecer a Operação Justiça Rápida Itinerante, projeto em que questões simples, da área de competência dos Juizados Especiais, são solucionadas nas audiências de conciliação realizadas no barco. Os juízes visitantes puderam auxiliar os atendimentos e até mesmo realizar audiências.





À noite, apresentando Porto Velho à mais de 200 juízes, advogados e servidores da Justiça de outros Estados presentes, o Projeto “Sons de Beira”, com os músicos Bira Lourenço e Katatau, trouxe o resultado de pesquisa musical feita com instrumentos e objetos típicos do universo ribeirinho, no palco do teatro Palácio das Artes.

Após a apresentação cultural da noite, foi realizada a cerimônia de abertura do Fórum, seguida da palestra “Excelência pessoal”, em que foram dadas dicas para melhorar o clima organizacional e o relacionamento interpessoal nas unidades de atuação, ministrada pelo especialista Daniel Godri Junior.



No dia seguinte, as palestras “Relações de Consumo: Métodos Alternativos de Solução de Conflitos”, com o advogado Arthur Rollo, secretário-geral da comissão de direitos do consumidor da OAB-SP; “Sistemas Judiciais Eletrônicos”, com Marcelo Mesquita; e “Ética e Democratização da Justiça”,

por José Ricardo Ferreira Cunha, trouxeram elementos de estudo para um debate no aperfeiçoamento da atuação dos Juizados.



Como evento paralelo, na manhã da sexta-feira, 18, o Painel Judicialização da Saúde, reuniu agentes da saúde pública e do Judiciário de Rondônia para discutir as políticas públicas na área e as possíveis alternativas para a garantia do direito à saúde. O evento foi iniciado com o tema “Mediação na Saúde”, explanado pelo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e supervisor do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, Arnaldo Hossepian e pelos juízes Valéria Lagrasta e Ricardo Chimento, ambos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em seguida, o juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública e Coordenador do Comitê Estadual de Saúde Edenir Albuquerque da Rosa trouxe o painel “Visão Geral da Organização do Sistema Único de Saúde e a Judicialização da Política Pública de Saúde”. Finalizando as atividades, uma mesa de debates reuniu Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Estadual de Saúde e Procuradoria Geral do Estado para discutir a atuação de cada entidade perante a saúde pública.

Finalizando as atividades do Fórum, a plenária. A atividade foi iniciada com o lançamento da primeira edição da Revista FONAJE, publicação que apresenta uma linha do tempo com os quarenta encontros já realizados, artigos e julgados sobre questões relativas ao sistema dos juizados especiais. Outro lançamento foi o do selo de certificação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Porto Velho, que certificará empresas que realizarem conciliação em processos judiciais.

Continuando as atividades, ocorreu a apresentação de boas práticas, dentre elas a “Carta Convite” do Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca de São Miguel do Guaporé (RO). No projeto, antes do ajuizamento da ação, um convite

é enviado a outra parte envolvida no conflito para uma audiência informal que visa a pacificação da lide. Caso o resultado seja positivo, o acordo é homologado pelo juiz, evitando a judicialização.

A plenária foi iniciada em seguida com a apresentação e discussão das propostas de criação, revogação e alteração de enunciados construídas durante as oficinas realizadas na tarde do dia 18, que objetivam auxiliar a normatização de procedimentos sobre a rotina e o rito processual nos Juizados Especiais, promovendo o aperfeiçoamento do serviço oferecido à população.

Em dado momento, os debates foram interrompidos pela visita inesperada do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Aurélio Buzzi, que participava de outro evento na Capital. Em um



pequeno discurso, o ministro falou aos presentes sobre a importância de reuniões como o FONAJE para o aprimoramento da justiça. Buzzi enumerou que, por diversas vezes, os enunciados e recomendações produzidos durante o fórum serviram de orientação em decisões na corte superior.



Retomado os trabalhos, após intensos debates os representantes dos 27 estados brasileiros aprovaram os enunciados e também a emissão de recomendações. Finalizando o Fórum foi realizada a escolha da sede do próximo FonaJe, tendo Curitiba como cidade vencedora, e a leitura da Carta de Porto Velho.



Juizes de Rondônia se reúnem para melhorias na execução penal

Autoridades se reuniram no Encontro Anual de Juizes com Competência Penal realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, por intermédio da Emeron, para debater formas de melhorar a execução penal no estado de Rondônia. Um encontro marcado pela boa vontade e disposição em trabalhar pelo sistema da Justiça de Rondônia, onde a informação e o conhecimento são multiplicados, fazendo do evento oportunidade para implementações efetivas de melhorias para a execução penal.

Na ocasião também ocorreu o lançamento do e-book “Iniciativas Vencedoras na Execução Penal”, com relato de várias práticas exitosas na área praticadas nas várias comarcas de Rondônia e também exemplos de outros estados. No compêndio estão projetos realizados na comarca de Colorado do Oeste: Método APAC, Projetos Kaspar, Vida Nova, Pintando e Revitalizando, entre outros.

O primeiro dia do evento foi destinado à palestras e painéis. “O status do sistema prisional no Estado de Rondônia”, “Metodologia e atuação da ACUDA nos seus 16 anos de



atividade” e “APAC como forma de humanização da Execução Penal e de cumprimento da Lei de Execução Penal”, foram temas das preleções.



Já nos painéis, destaque para as boas práticas. “O Projeto APAC e sua implantação na Comarca de Ji-Paraná” os projetos “Kaspar” e “Vida Nova: Educação que dá Sentido à História”, implantados nas comarcas de Rolim de Moura e Santa Luzia do Oeste, respectivamente foram apresentados ao público.

No dia seguinte, as oficinas foram voltadas a participantes magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Rondônia.





Projeto Impactos

Entre os dias 12 e 22 de junho, a Emeron promoveu o Projeto Impactos. A iniciativa realizou uma série de visitas técnicas para conhecer áreas envolvidas em processos judiciais sobre eventuais danos causados pela construção das Usinas do Madeira, com o intuito de aprofundar os conhecimentos relativos às questões para melhor resolução destas lides.

Nos dias 12 e 13 de junho, o grupo realizou visitas às Usinas de Jirau e Santo Antônio, respectivamente, para compreender seu funcionamento. Na tarde do dia 14, foi a vez de conhecer o trabalho realizado pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), instituição que monitora o ecossistema amazônico.

Em continuação à programação, na manhã do dia 19, ocorreu a Mesa Redonda “Impactos da Construção das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira”, que terá a participação de representantes das usinas, das comunidades ribeirinhas e de instituições públicas como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Serão mediadores dos debates o professor de Direito Ambiental na Emeron, Desembargador Miguel Mônico, e o professor Doutor Rodolfo de Freitas Jacarandá.

No dia 20, comunidades ribeirinhas Vila de São Sebastião, Belmont, Boa Fé e Maravilha receberam a comitiva para que seja conhecida a realidade dos impactos socioambientais. O mesmo acontece com as localidades Bom Será e São Carlos, visitadas no dia 21 de junho.

Finalizando as atividades, no dia 22, um painel fez uma síntese das visitas e dos debates do Projeto Impactos.



Magistrados rondonienses recebem formação em orçamento público

Planejamento orçamentário, despesas e receitas, priorização de demandas. Assuntos até então inexplorados foram desbravados pelos participantes do “Curso Orçamento Público para Magistrados: Elaboração, Execução e Avaliação” promovido nos dias 17 e 18 de julho EMERON em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e Emeron Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios - Amagis/DF.

O acordo de cooperação entre as instituições prevê a realização de várias turmas do curso, de forma a disseminar, junto aos magistrados, os conhecimentos necessários ao exercício de funções administrativas. “A parceria nos enche de orgulho, pois reconhece a capacidade do Judiciário de Rondônia na formulação de seu orçamento e agora passa a compartilhar esse conhecimento com os demais tribunais, sobretudo com os magistrados do primeiro grau, que é a prioridade do Conselho Nacional de Justiça”, afirmou o coordenador da iniciativa, desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia.

A primeira turma foi realizada no início de junho, em Brasília, e contou com participantes de vários estados. Já a formação aplicada em Porto Velho esta semana, foi direcionada aos juízes estaduais membros do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau e Diretores de Fórum. O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (SINJUR) também participou da iniciativa, representado por um de seus diretores.

Como ministrantes, o Secretário Administrativo do Tribunal de Justiça de Rondônia, Jean Carlo Silva dos Santos; a Secretária Especial de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, Rosângela Vieira de Souza; e os assistentes técnicos Márcio José Matias e Lucas Muniz André, servidores da área de planejamento e orçamento da instituição com vasta experiência na metodologia de orçamento participativo e priorização de recursos.



O Curso apresenta uma visão geral e abrangente do processo de elaboração do orçamento público e noções sobre o processo de execução orçamentária, ambos voltados para a administração do Judiciário. Utilizando problemas reais enfrentados nas varas de lotação dos participantes na área orçamentária, a formação foi desenvolvida apresentando as variáveis envolvidas nessas questões e as técnicas para a organização e solução destas, priorizando a participação prática dos magistrados como forma a fomentar o aprendizado.

Ao final do curso foram construídas Propostas Orçamentárias a fim de conhecer os meios para angariar recursos para as Varas/Fóruns. A atividade aplicou a metodologia participativa, utilizada na formulação do orçamento institucional, a partir da intervenção dos colegas com sugestões e questionamentos, validando as proposições.



Vilhena sedia curso Judicialização da Saúde

Diante da crescente busca da população pelos tribunais como alternativa para obtenção de medicamentos e/ou tratamentos negados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou por planos de saúde privados, o Comitê Estadual de Saúde e o Tribunal de Justiça de Rondônia têm promovido discussões em busca de um entendimento entre o SUS e o Poder Judiciário, para que se possa efetivar o direito a saúde. Como parte dessa reflexão, a comarca de Vilhena sediou no período de 17 e 18, o curso Judicialização da Saúde, promovido pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON) em parceria com o Comitê.

Iniciando o curso, o Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, Coordenador do Comitê Estadual de Saúde, explanou sobre a Política Pública de Saúde e os aspectos elencados na Lei 8.080/90, que regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde executadas pelo SUS e planos de saúde privados; e “Crise na Assistência à saúde e Demandas Judiciais”.

O primeiro dia de curso foi finalizado com debates acerca da temática “Resoluções de demandas” e do papel do Comitê Nacional do Judiciário para a Saúde e suas diretrizes, o Núcleo de Apoio Técnico e Câmaras de Mediações e Conciliações, para a pacificação das lides na área da saúde.

No dia seguinte, o 9ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho Rinaldo Forti da Silva debateu a “Judicialização da Saúde Suplementar: Reflexão sobre as possíveis causas e consequências”. Em seguida, o painel Panorama da Judicialização da Saúde: Uma retrospectiva no Estado de Rondônia” apresentado pela equipe da Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia (SESAU) trouxe números dos atendimentos prestados pelas unidades estaduais de saúde e a evolução orçamentária da pasta.

Retomando as atividades da formação, na tarde da sexta-feira, o Juiz Edenir Albuquerque da Rosa debateu com os participantes estudos de casos de fornecimento de medicamento e de alimento enteral e paraenteral, atendimento médico e realização de cirurgia.

Como última atividade do curso, foram apresentados e discutidos os enunciados interpretativos do Conselho Nacional de Justiça, que trazem informações técnicas para subsidiar os magistrados na tomada de decisões em ações judiciais sobre direito à saúde.





Seminário de Contratações

Integrar as unidades do Judiciário envolvidas no processo de aquisição e contratação é o principal objetivo do II Seminário de Contratação do Poder Judiciário de Rondônia, ocorrido nos dias 21 e 22 de setembro de 2017. A ideia é compartilhar e debater as boas práticas para fortalecer os envolvidos nessa tarefa fundamental e delicada do serviço público, devido as especificidades e exigências legais.

A primeira palestrante, Cleice de Pontes Bernardo, técnica de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado, teve como tema justamente os “Principais Desafios da Fase Interna da Licitação”. Para ela é um mito dizer que o menor preço é o princípio da contratação. “A administração deve definir o que ela quer, de acordo com as necessidades e não o que o mercado oferece. O menor preço é apenas o critério de julgamento do processo licitatório”, explicou.

Na segunda palestra da manhã Felipe Pinheiro dos Santos, analista do TJRO que trabalha diretamente com contratos, trouxe um mapeamento das principais dificuldades no “Planejamento das Contratações no Poder Judiciário de Rondônia” e as saídas para resolvê-las.



A programação continuou no dia seguinte com exposições sobre o planejamento, a execução contratual, a sustentabilidade e a gestão de riscos nas aquisições, tanto para contratações de tecnologia da informação, obras e serviços de engenharia e serviços terceirizados.



III Fórum Permanente dos Juizados Especiais de Rondônia

Com a participação de magistrados e assessores dos Juizados Especiais e Turma Recursal o III Fojur oportunizou espaço para que os atores do Sistema dos Juizados Especiais no Estado possam debater matérias atinentes, aprovar enunciados e propor padronização de métodos de trabalho e de procedimentos.

O evento foi iniciado com a palestra “A Mediação nos Juizados Especiais”, ministrado pela juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo Valéria Lagrasta. Valéria apresentou as diferenças entre a mediação e a conciliação e alguns modelos de métodos de autocomposição de conflitos, como o Tribunal Multiportas. Finalizando sua explanação, Lagrasta debateu a importância da capacitação de conciliadores e mediadores para uma resolução de conflitos eficaz. Comparando a Resolução CNJ n. 125/2010, NCPC e Lei de Mediação, a palestrante discorreu sobre os parâmetros de capacitação que devem ser aplicados aos profissionais para que estes possam exercer um bom trabalho.

Finalizada a palestra Valéria e o juiz Mauro Ferrandin deram início às oficinas sobre mediação. Cada grupo deveria analisar um mesmo caso a partir de diferentes técnicas. Em seguida os grupos foram mesclados e foi iniciado um debate com as observações dos participantes quanto às etapas e os procedimentos da mediação.

Dando início às atividades do FOJUR na manhã de sexta-feira (06), o juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina Mauro Ferrandin ministrou a palestra “Juizados Especiais Criminais: Um modelo de Justiça Penal Consensual”. Para o magistrado, que quando se fala em Juizados Especiais há um foco na parte cível, mas é necessária atenção e discussão também na parte criminal, visando o aprimoramento desta.

À tarde, foi a vez do Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima Erick Linhares palestrar sobre “A execução nos Juizados Especiais” a partir da perspectiva da efetividade da execução nos juizados especiais cíveis. O magistrado fez um panorama entre o código de processo Civil (1973), a Lei dos Juizados Especiais (1995) e o Novo CPC (2015) demonstrando a evolução da execução ao longo dos anos. Linhares também discorreu sobre as principais dificuldades na execução e possíveis soluções para os problemas aprontados.

A plenária, realizada na manhã de sábado (7), foi a última atividade da programação do FOJUR. Nela foram discutidas e votadas as propostas de onze enunciados oriundos dos grupos de trabalho. Após intensos debates os 22 magistrados participantes aprovaram oito enunciados e duas comunicações. O Presidente do FOJUR, José Torres Ferreira, agradeceu aos participantes pela presença e pela integração às atividades do fórum e fez uma reflexão sobre a atuação dos magistrados do Sistema dos Juizados Especiais. “Não podemos perder de vista que nosso objetivo é realizar a prestação jurisdicional como diz o Sistema: de forma célere e informal”, finalizou o magistrado.



Desembargador do TJRO palestra no XI Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

Considerado o maior evento de Direito das Famílias da América Latina, o congresso apresentou de 25 a 27 de outubro, cerca de 40 palestras, aprovação de Enunciados, encontros, trocas de ideias, lançamento de projetos e a integração de mais de 1.000 participantes. Alguns dos maiores especialistas em Direito de Família do País subiram ao palco para compartilhar seus conhecimentos sobre temas como a evolução de tratamento do aborto no sistema democrático brasileiro, o sistema de adoção no Brasil, o papel das famílias como garantidoras da democracia, questões de gênero e bioética e biodireito.

O Desembargador Raduan Miguel Filho, do Tribunal de Justiça de Rondônia, também foi um dos expositores do evento e ministrou na tarde da última sexta-feira, 27, a palestra "Vulnerabilidade no CPC/2015: mulheres e idosos têm foro





privilegiado ou outras diferenciações?”. Raduan possui vasta experiência na área construída durante os mais de 15 anos em que atuou como titular de Vara de Família. Atualmente é presidente do IBDFAM Rondônia e faz parte da Diretoria Nacional na função de Presidente do Conselho Fiscal.

Além de Raduan, participaram como congressistas o Desembargador Paulo

Kiyochi Mori, Diretor da Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON) e os juízes Emy Karla Yamamoto Roque e Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos, titulares da 1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal e 1ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras, respectivamente. Emy e Bruno foram contemplados pelo Edital N. 17/EMERON que sorteou duas vagas para participação no IBDFAM.



Encontro de Juízes Ambientais, promovido pela Escola Paulista, conta com colaboração de magistrados rondonienses

Realizado nos dias 26 e 27, na Escola Paulista da Magistratura (EPM), o Encontro de Juízes Ambientais, evento que contou com o apoio do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, teve a participação presencial e a distância de magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo, de outros estados e da Justiça Federal.

Em seguida, os debates foram iniciados com o painel “Interpretação e aplicação judicial do Direito Ambiental”. Na parte da tarde, foram discutidas as experiências dos juízes ambientais. A primeira mesa teve exposições do desembargador Miguel Monico Neto, do Tribunal de Justiça de Rondônia; e do juiz Adalberto



Carim Antonio, do Tribunal de Justiça do Amazonas. A mediação dos debates foi feita pelo desembargador Roberto Maia Filho, integrante da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP.

Miguel Monico compartilhou suas experiências enquanto professor da disciplina Direito Ambiental na Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura, curso oferecido pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON), autor de diversos artigos e colaborador em publicações na área de direito ambiental.



Os trabalhos tiveram continuidade na sexta-feira (27), com os temas “Cinco anos de vigência e aplicação da nova Lei Florestal” e “A prova nas ações coletivas ambientais”. Finalizando o evento, o painel “O cumprimento das sentenças em matéria ambiental e as execuções complexas” apresentado pelo Desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho e pelo juiz Marcelo Cardozo da Silva (TRF 4ª Região) teve a magistrada rondoniense Duília Sgrott Reis como debatedora.

A juíza Inês Moreira da Costa também participou do evento.



I Seminário Estadual de Direito Constitucional movimentou comunidade Jurídica da região de Rondônia

Nos dias 27 e 28 de novembro, a comarca de Ji-Paraná recebeu o I Seminário Estadual de Direito Constitucional Contemporâneo e Matérias Interdisciplinares. Mais de 400 pessoas acompanharam as discussões do evento, que tinha por objetivo oportunizar aos profissionais do direito da região central do Estado um espaço para a reflexão sobre a multidisciplinaridade que envolve o Direito Constitucional, congregando as disciplinas correlatas a esse tema.

O evento foi iniciado com a aula magna Por que o Direito que se anuncia, por vezes, não é a justiça que se pratica?, pelo Ministro do Superior Tribunal Militar José Barroso Filho, em que destacou o papel da educação como principal alternativa de transformação



social, e no tocante a formação dos profissionais do direito, como fator para que a justiça possa ser cumprida com excelência e de forma a atender aos anseios da sociedade.

No dia 28, a programação contou com a realização de quatro painéis. "Direito Civil Constitucional" foi o primeiro tema abordado, por meio de palestra do juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa e debate com as também magistradas do TJRO Larissa Pinho de

Alencar Lima e Márcia Adriana Araújo Freitas Santana, e discutiu os mecanismos jurídicos do direito Civil Constitucional que possibilitam a efetivação dos direitos fundamentais nas relações privadas.

“Direito Processual Penal Constitucional” encerrou as atividades vespertinas do evento, apresentando alguns dos princípios constitucionais da matéria, como o princípio da ampla defesa, da imparcialidade do juiz e da presunção de inocência. A temática foi discutida pelo Promotor Mateus Kuhn com colaboração dos juízes Oscar Francisco Alves Júnior e Ivens dos Reis Fernandes.

Retomando a programação, na noite do dia 28, o espaço foi reservado para os temas interdisciplinares Crime organizado e Justiça Restaurativa. “Crime organizado e organizações criminosas” foi tratado pela Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo Ivana David e apresentou a aplicabilidade dos princípios constitucionais na lei de Organização Criminosa, sobretudo no que tange à investigação criminal e à obtenção de prova nos crimes dessa natureza. Após a palestra, os coordenadores do seminário, Larissa Pinho de Alencar Lima e Oscar Francisco Alves Júnior promoveram debate sobre o tema.



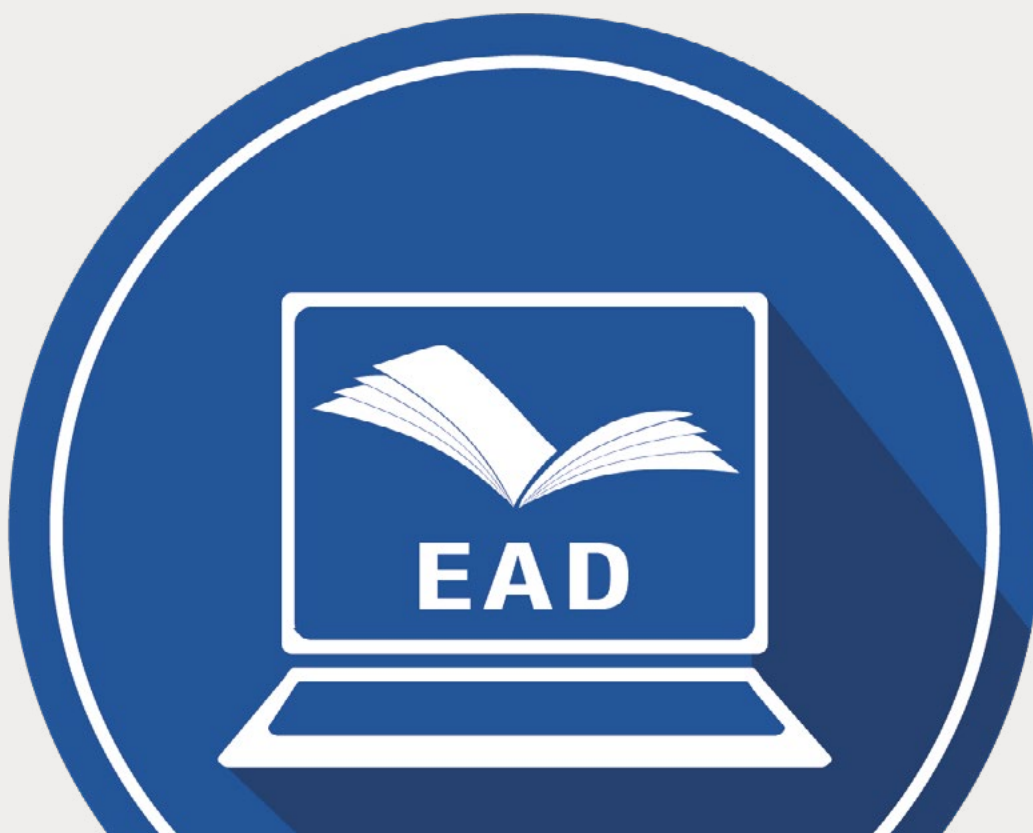
Finalizando o evento, a Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal Catarina de Macedo apresentou o conceito de Justiça Restaurativa, as legislações vigentes sobre o assunto, e as boas práticas de sua comarca na área.

Durante o evento, os alunos do curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura, turma Ji Paraná, expuseram banners com artigos sobre vários temas interligados ao Direito Constitucional.

Educação a Distância

A Resolução 111/CNJ/2010, que institui o CEAJud, orienta às Escolas que em suas ações de educação corporativa priorizem o uso da modalidade de Educação a distância (EaD) como ferramenta para a disseminação, democratização e multiplicação da formação continuada. A recomendação visa ainda a economicidade dos recursos públicos, diante da diminuição dos custos com diárias, pagamentos de honorários e outros, além de permitir ambiente virtual comum de aprendizado, sem a necessidade de afastamento das respectivas comarcas.

De acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação – LDB, a Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.



Com a finalidade de atender à orientação do Conselho Nacional de Justiça bem como os planejamentos estratégicos da Enfam e TJRO, foi iniciado em 2014 o Projeto “Implantação da Modalidade Educação a Distância”.

A fase de implantação incluiu o treinamento de tutores e as primeiras experiências em ensino a distância com a criação de um fórum de discussões.

Desde janeiro de 2017, os alunos da Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura usufruem de Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, em que são disponibilizados os conteúdos das aulas, enviam trabalhos aos professores e acompanham as discussões sobre dúvidas.

Neste ano também foram contratados cursos a distâncias, conforme tabela abaixo, oferecidos a magistrados e servidores do judiciário de Rondônia.

Curso	Início	Final
Direito Administrativo	5 de maio	31 de agosto
Desenvolvimento de Competências Gerenciais	15 de maio	31 de agosto
Técnicas de Redação	1º de junho	1º de outubro
Direito Constitucional	20 de julho	20 de novembro
Novo Processo Civil	19 de julho	17 de novembro
Direito Penal	25 de julho	26 de novembro
Direito Civil	01 de agosto	01 de dezembro
Português Jurídico	01 de agosto	30 de setembro
Direito Tributário	02 de agosto	02 de dezembro
Direito Processual Penal	21 de agosto	21 de dezembro

**Programas de
pós-graduação**

Programas de Pós-Graduação

Lato Sensu

Direito para a Carreira da Magistratura

Foi o primeiro curso de pós-graduação chancelado pela Emeron, é o único curso oferecido ao público externo, com realização em Porto Velho e na subcomarca de Ji-Paraná.

Possui carga horária de 984 horas-aula, divididos em dois anos, sendo os primeiros 12 meses de aulas teóricas e os restantes para confecção de monografia.

O corpo docente é formado por magistrados e professores com notória competência nas disciplinas ministradas.

PORTO VELHO		
Disciplina	Carga horária	Professor
Direito Civil I	60	Especialista Edenir Sebastião A. da Rosa
Direito Civil II	60	Especialista Úrsula Gonçalves
Direito Processual Penal I e II	90	Especialista Francisco Borges Neto
Direito Processual Civil I	45	Mestre Jorge Luiz dos Santos Leal
Direito Processual Civil II	45	Mestre Johny Gustavo Cledes
Direito Penal	45	Mestre Sérgio William Domingues Teixeira
	45	Especialista José Antônio Robles
Direito Constitucional I	40	Especialista Walter Waltenberg Silva Junior
Direito Constitucional II	40	Mestre Alexandre Miguel
Direito Empresarial	30	Mestre Franklin Vieira dos Santos
Direito Tributário	30	Mestre Marcos Alaor Diniz Grangeia
Direito Administrativo	60	Mestre Isaías Fonseca Moraes
Direito do Consumidor	30	Mestre Juiz Áureo Virgílio Queiroz
Direito Eleitoral	16	Especialista Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Prática de Sentença Cível	30	Mestre Guilherme Ribeiro Baldan
Prática de Sentença Penal	30	Mestra Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Hermenêutica	16	Especialista Ilisir Bueno Rodrigues
Deontologia		
Direito Ambiental	16	Especialista Miguel Monico Neto
Linguagem Jurídica	40	Especialista Maria Luzia Godoi Navarrete
Metodologia da Pesquisa Científica	60	Especialista Elaine Piacentini Bettanin
Orientação da Monografia	10	
Sistema do Direito Educacional	20	Mestre Priscila Yumiko Sakamoto
Direito Educacional	40	
Métodos Alternativos de Solução de Conflitos	30	Mestre Arlen José Silva de Souza

JI-PARANÁ		
Disciplina	Carga horária	Professor
Direito Civil I	60	Mestre Emy Karla Yamamoto Roque
Direito Civil II	60	Especialista Wanderley José Cardoso
Direito Penal I	45	Especialista Ivens dos Reis Fernandes
Direito Penal II	45	Especialista Anita Magdelaine Perez Belem
Direito Processual Civil I	45	Especialista Simone Melo
Direito Processual Civil II	45	Alencar das Neves Brilhante
Direito Constitucional I	40	Mestre Larissa Pinho de Alencar Lima
Direito Constitucional II	40	Doutora Carolina de Albuquerque
Direito Processual Penal I		Mestre Audarzean Santana da Silva
Direito Processual Penal II		Mestre Oscar Francisco Alves Júnior
Direito Empresarial	30	Especialista Haruo Mizusaki
Direito Tributário	30	Especialista Elson Pereira de Oliveira Bastos
Direito Administrativo	60	Bacharel Carlos Roberto Rosa Burck
Direito do Consumidor	30	Especialista Marcia Adriana A. Freitas Santana
Direito Eleitoral	16	Especialista Leonardo Leite Mattos e Souza
Prática de Sentença Cível	30	Especialista Denise Pipino Figueiredo
Prática de Sentença Penal	30	Especialista Ligiane Zigiotta Bender
Hermenêutica	16	Especialista Leonardo Leite Mattos e Souza
Deontologia	16	Especialista João Valério Silva Neto
Direito Ambiental		
Linguagem Jurídica	40	Doutora Tânia Maria Campos Zen
Metodologia da Pesquisa Científica	60	Philiane Ferreira Paulino da Silva
Orientação da Monografia	10	
Sistema do Direito Educacional	20	Mestre Priscila Yumiko Sakamoto
Métodos Alternativos de Solução de Conflitos	30	Especialista Leonel Pereira da Rocha



Monografias

Os alunos das turmas 2014, 2015 e 2016 do Curso de Especialização em Direito para Carreira da Magistratura, Porto Velho e Ji-Paraná, apresentaram durante o biênio 2016/2017, as produções científicas produzidas durante o curso.

Os trabalhos foram orientados por magistrados que atuam como docentes no curso e abordaram temas de relevância para o judiciário. Abaixo, segue quadro demonstrativo dos trabalhos apresentados pelos concluintes da Especialização em Direito para Carreira da Magistratura durante o biênio 2016-2017:

Porto Velho – Turma 2014 (Apresentadas em dez/2015-16)	
Trabalho	Autor(es)
A Nova Lei de Guarda e Sua Aplicação	Charles de Souza Alves
A Paternidade Socioafetiva e a Multiparentalidade no Ordenamento Jurídico	Daliane Elen B. M. Santos de Lima
O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil	Caroline Gregório Honório
Eficácia da Substituição das Penas Privativas de Liberdade pelas Restritivas de Direitos para a Ressocialização do Apenado.	Stênio Caio Santos de Lima
Abandono Afetivo do Nascimento à Vida Adulta: Indenização por Danos Morais	Danielle Costa de O. Diefenthaler

Porto Velho – Turma 2015 (Apresentadas em 2017)	
Trabalho	Autor(es)
O Estatuto da pessoa com Deficiência e Seus Efeitos para a Capacidade Civil do Indivíduo Deficiente	Allyana Bruna Matuda Cabral
Da Fundamentação das Decisões Judiciais à Luz do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015)	Beatriz Souza Silva
O Sistema de Precedentes do Novo Código de Processo Civil à Luz da Jurisdição Constitucional	Cintia Cristina Rodrigues Ferreira
O Direito ao Esquecimento Versus o Direito de Informação: Uma Análise do Panorama Judicial e Doutrinário Acerca do Reconhecimento do Direito ao Esquecimento.	Cláudia Marina Engler Weber
A Tutela Provisória no Novo Código de Processo Civil, Inovações, Dificuldades, Procedimentos. Mais Segurança e Simplicidade para o Trabalho do Advogado e do Juiz	Edna Carla Fróes de Araújo
O Controle Abstrato de Constitucionalidade do Estado-Membro; Suas Dificuldades e uma Reflexão de Possíveis Soluções, a Partir do Estado de Rondônia	Ian Barros Moliman
Prescrição Virtual: Fundamentos para sua Aplicação e Aspectos Polêmicos do Instituto	João Cordeiro
A Colaboração Premiada como Instrumento Necessário para Elucidação de Crimes Praticados por Organizações Criminosas	Luciana da Silva Alves
Assunção dos Honorários de Corretagem nos Contratos de Consumo: Dever de Informação	Maurício Nogueira de Oliveira
Criminalização do Infanticídio Indígena: Efeitos Jurídicos de Eventual Aprovação do Projeto de Lei n. 1057/2007	Selmara Almeida Lapa
Feminicídio: Uma Análise na Perspectiva do Gênero nos Casos de Morte Violenta	Silvana Pereira do Nascimento

Turma 2016	
Educação Especial - Altas Habilidades e Superdotação sob a ótica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB	Carla Aparecida Mantaia
As Ações de Extensão nos Cursos de Graduação em Letras na Unir	Elton Emanuel Brito Cavalcante
A Teoria do Encontro Fortuito de Provas: Serendipidade	Polianne Herlize M. Ratz dos Reis



Ji-Paraná – Turma 2014	
Trabalho	Autor(es)
Lavagem de Dinheiro – Conceito, Fases, Formas e Instrumentos de Prevenção	Aurimar Louzada Franco
A Presunção de Inocência do Acusado em Cárcere	Bárbara de Lima Souza
Dano Moral Coletivo Decorrente de Danos Ambientais Considerando o Seu Caráter Difuso: (In) Viabilidade	Cássia dos Santos Pereira
O Princípio da Proporcionalidade e a Ponderação dos Princípios no Direito à Saúde: Sua Aplicação nas Decisões do STF no Período de 2014/2015	Elaine Aparecida Ribeiro
Ilegitimidade do Discurso Jurídico – Penal da Teoria da Inocuidade	Karine Mezzaroba
Inconstitucionalidade Superveniente do Novo CPC: Uma Abordagem Acerca dos Reflexos sobre a Coisa Julgada e a Segurança Jurídica	Kátia Dallavalle Merten
Audiência de Custódia: Análise sob a perspectiva dos Direitos Humanos e a Implementação no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Larissa Lopes Nunes
As Balizas da Discricionariedade nos Atos Administrativos de Movimentação de Bombeiros Militares do Estado de Rondônia	Nilson Souza Santos
Ativismo e Autocontenção do Poder Judiciário: Uma Análise do Limite de Atuação Frente os Poderes Legislativo e Executivo, no Caso do Conhecimento da Possibilidade de Casamento Homoafetivo e na Implementação de políticas Públicas, no Direito à Saúde”	Rosimeire Moreira
As Implicações nas Relações Matrimoniais Após a EC n. 66/2010	Wanderson Oliveira da Silva
Turma 2016	
Efetividade da Audiência de Conciliação como medida de Autocomposição nas ações de dano moral e ações de cobrança da Comarca de Ji-Paraná/RO	Uelica L. de Oliveira





Residência Judicial

Em junho de 2016 foi publicada a Resolução N. 20/2016, que aprova o Programa de Residência Judicial, componente extracurricular da Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura na forma de estágio optativo. A proposta da Residência é proporcionar ao aluno a vivência diária em ambiente forense de forma a aprofundar os conhecimentos recebidos durante o curso e estimular a vocação pela carreira da magistratura.

Entre as atividades a serem desenvolvidas pelos residentes estão pesquisas jurídicas atinentes aos processos judiciais em tramitação, elaboração de relatórios para fundamentação de atos judiciais, redação de minutas de informações, despachos, decisões, e sentenças e colaboração em audiências com possibilidade de atuação como conciliador.

Em janeiro de 2017 foi realizado o primeiro processo seletivo para preenchimento de 20 vagas no programa, sendo 15 para Porto Velho e 5 para Ji-Paraná, por meio do Edital N. 1/2017 - Emeron. Também foi aberta chamada para magistrados orientadores.

O programa tem carga horária de 1.000 horas e é direcionado a alunos da pós-graduação do 2º ano letivo. O residente faz jus a uma bolsa mensal no valor de 1.700,00, além de benefícios como auxílio transporte, seguro de acidentes pessoais e utilização de serviços médicos e odontológicos prestados pelo Departamento de Saúde e Bem-Estar Social do TJRO.

Em dezembro de 2017 foi publicado o Edital 23/2017 com o chamamento para orientadores e residentes para o ano de 2018.



Docência do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa

Em 2013 a Emeron deu início a Especialização Lato Sensu em Docência do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa com o intento de formar educadores na área de docência e pesquisa no exercício do magistério superior, com vistas ao aprimoramento de conhecimentos e habilidades técnicas do público interno do TJRO.

As vagas ofertadas para o curso foram totalmente preenchidas, num total de 50, sendo 50% para magistrados e 50% a servidores da capital e comarcas do interior.

A especialização, com 365 h/a, contou com corpo docente formado por servidores do Tribunal e professores de outras instituições com excelência reconhecida nas disciplinas ministradas.

Monografias

Aluno	Trabalho
Educação por Competências: Perspectivas de Concluintes de Pedagogia no Interior do Estado de Rondônia	Andrea Escobar Camelo e Leandro Aparecido Fonseca
Estágio Supervisionado nos Gabinetes do TJRO – Reflexos Práticos do Aprendizado Teórico	Alexandre de Souza Freitas
Considerações acerca do Exame de Ordem para os Concluintes do Curso de Direito em Porto Velho	Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Ciência sem Fronteiras: Efetividade na dos Acadêmicos Participantes	Miscilene Nunes dos S. Kluska e Rudhy Marshal Bohn
A Identidade Docente na 1ª Turma do Curso de Metodologia do Ensino Superior da Emeron	Jucilene Nogueira Romanini Mattiuzzi

Competência Delegada das Demandas Previdenciárias no Âmbito da Justiça Comum na Visão dos Acadêmicos Concluintes do Curso de Direito da Unesc	Emy Karla Yamamoto Roque
Ação Pedagógica do Professor do Ensino Superior Diante de Uma Agressão Verbal com o Aluno	Anilton dos Santos
Crítérios para Avaliação das Fontes na Pesquisa Bibliográfica	Samir Herikon Nasser
Os Métodos Alternativos de Solução de Conflitos nos Cursos de Direito do Estado de Rondônia	Eder Abidoral Fonseca de Araújo
A Capacitação Específica do Docente para Ensino em Instituição Prisional	Fabiane Palmira Barboza e Gilson da Silva Barbosa
Educação Corporativa como Instrumento de Inovação e Desenvolvimento com Foco na Prestação Jurisdicional	Cristiannye Santos Biavati e Gisele Fernandes Rodrigues
A Educação em Direitos Humanos nas Propostas Curriculares da Formação Docente para o Ensino Superior	Sabrina Corona Butzke
Formação Pedagógica e Produção Científica dos Docentes do Curso de Especialização em Direito da Emeron	Daniely Inês Nunes e José Ricardo Simões Rodrigues
A Educação no Sistema Prisional: Considerações Acerca da Responsabilidade do Estado e Município na Ressocialização	Gercílio Leandro de Oliveira e Neuza Trevizane Delarmelina
Adolescente em Conflito com a Lei e Sistema Educacional – análise em Cacoal	Elisa Gonçalves de Oliveira
A Educação como Direito de Reeducando e Ressocialização: Qualificação Profissional na Casa de Detenção de Ariquemes	Rosimeire Leme Mollero Brustolon
O Desenvolvimento Sustentável Municipal de Presidente Médici com as Contribuições da Universidade Federal de Rondônia	Eudezio Cardoso Monteiro
Análise da Viabilidade da Utilização da Educação a Distância no Processo de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia	Jonathan Gomes da Silva
Docência Superior Jurídica: Desafios ao Professor Iniciante	Robson Marcelo Delfino Rolim
A EMERON e a Disponibilidade de Disciplinas Voltadas para a Formação da Magistratura Rondoniense	Denise Pipino Figueiredo
A libertação do ser através do desenvolvimento intelectual	Alencar das Neves Brilhante e Léia Moreira de Matos
A política de formação de juízes para pós-modernidade: A prioridade postergada	Ilma Ferreira de Brito e Almício Fernandes da Silva
Pesquisa Científica no Ensino Superior: Contraste com a didática aplicada do Ensino fundamental ao médio	Selma Maria dos Santos Almeida





Gestão Cartorária Judicial

Iniciada no segundo semestre de 2015, a Especialização foi desenvolvida com o intuito de formar um perfil próprio para o Administrador Cartorário do Poder Judiciário Rondoniense e também de promover o estudo da administração pública e suas especificidades, detectando problemas, dificuldades, desafios e necessidades característicos.

A pós-graduação é promovida em duas turmas de 50 alunos cada, formadas por servidores da capital e do interior que atuam na gestão de cartórios e secretarias judiciais. Assim como nas demais pós-graduações oferecidas pela Emeron, os discentes que residem no interior do Estado recebem diárias para custeio do deslocamento.

Com carga horária de 400 horas-aulas e duração de 24 (vinte e quatro) meses, o curso tem corpo docente formado por magistrados e servidores do TJRO.

Disciplina	Docente
Gestão de Qualidade dos Serviços Judiciários (20 h/a)	Dr. Mauriti Maranhão (FGV)
Estrutura Organizacional Administrativa do TJ/RO (20 h/a)	Dr. Jean Carlos Silva dos Santos (TJRO)
Gestão de Qualidade (20 h/a)	Me. Maria Elisa Bastos (FGV)
Logística (20 h/a)	Esp. Elaine Piacentini (TJRO)
Gestão de Projetos Públicos (20 h/a)	Me. Márcio José Matias Cavalcante (TJRO)
Gestão Judiciária (20 h/a)	Me. Marcos Alaor Diniz Grangeia (TJRO)
Informática I – Noções Básicas (20 h/a)	Me. Almir Albuquerque (TJRO)
Informática II – Processo Judicial Eletrônico (20 h/a)	Me. Alexandre Miguel (TJRO)
Prática Cartorária (40 h/a)	Me. Arlen José S. de Souza (TJRO)
Metodologia e Pesquisa Científica (20 h/a)	Me. Ione Grace do N. Cidade (TJRO)
Deontologia (20 h/a)	Esp. Ilisir Bueno Rodrigues (TJRO)
Cultura e Mudança Organizacional (20 h/a)	Me. Ilma Ferreira de Brito (TJRO)
Comportamento Organização - Liderança (20 h/a)	Me. Áureo Virgílio Queiroz (TJRO)
Gestão de Pessoas (20 h/a)	Me. Franklin Vieira dos Santos (TJRO)
Relação com o Público Externo (20 h/a)	Esp. Elaine Piacentini (TJRO)
Linguagem Aplicada ao Contexto Cartorário (20 h/a)	Esp. Maria Luzia Godoi Navarrete (TJRO)
Direito Processual Civil (20 h/a)	Dr. Rogério Montai de Lima (TJRO)
Direito Processual Penal (20 h/a)	Me. Sérgio Willian D. Teixeira (TJRO)
Direito Processual Civil (20 h/a)	Dr. Rogério Montai de Lima (TJRO)
Informática II – Processo Judicial Eletrônico (20 h/a)	Me. Alexandre Miguel (TJRO)
Prática Cartorária (20 h/a)	Me. Arlen José S. de Souza (TJRO)
Seminário de Apresentação dos Projetos de Pesquisa (trabalho de conclusão de curso) (10 h/a)	Me. Ione Grace do N. Cidade (TJRO)



Nos meses de novembro e dezembro de 2017 foram realizadas as bancas e apresentações dos 43 trabalhos de conclusão das duas turmas da especialização. Os discentes promoveram discussão das atividades cartorárias vividas cotidianamente pelos servidores, para encontrar, com respaldo acadêmico, formas de aprimorá-las. Entre os assuntos abordados estão os reflexos da implantação do processo judicial eletrônico, as novas práticas cartorárias no PJE, mediação judicial e a gestão de arquivo geral.

Trabalhos	Autor(es)
Novas Práticas Cartorárias Cíveis no PJE/RO 1º Grau	Wagner Cardoso de Jesus Anderson Luiz Pocahy
A Expedição de Alvará de Levantamento na 4ª Vara Cível de Cacoal: Uma Proposta de Efetividade.	Anderson Cantão Silva José Roberto Martins
A Gestão Cartorária na 4ª Vara Cível de Cacoal: Uma Abordagem Acerca da Organização e Desenvolvimento das Tarefas	Leonardo Nepomuceno dos Anjos Washington Alves de Sousa Sobrinho
Teletrabalho e o (Des) Impacto Ambiental no Âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Anselmo Charles Meytre Ricardo Jimenez Braga
Gestão do Arquivo Geral e de Processo: Um Estudo de Caso na Comarca de Vilhena - RO	Emerson Batista Salvador Harry Roberto Schirmer
Análise de um Programa de Incentivo no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Douglas Júnior Azevedo Simões Geude de Oliveira Lima
A Mediação como Meio de Resolução dos Conflitos Familiares – Uma Análise sob a Ótica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Danilo Hiroshi Araújo Kamiya Paulo Artur Sette dos Santos
A Simplificação da Linguagem de Atendimento ao Público Externo como Meio de Acesso à Justiça	Elizabete de Moura Oliveira Jacqueline Borges Beccaria Muller
O Processo Judicial Eletrônico e suas Implicações Práticas na Unidade Cartorária	Adriano Marçal da Silva José Willyan Cavalcante Pinheiro
O Emprego da Ética como de Aperfeiçoar os Comportamentos Interpessoais dos Servidores da 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Velho e da 1ª Vara Genérica da Comarca de Espigão do Oeste	Cristina Rodrigues Costa Edileusa Aparecida Barbosa
Fatores que Influenciam na Motivação dos Servidores da Comarca de Ariquemes – Estado de Rondônia	Cintia Vecchi de Carvalho Ferreira Márcia Kanazawa
Manual de Práticas Cartorárias dos Juizados Especiais Frente ao PJRO	Rodolfo Teixeira Fernandes
A otimização do Cumprimento de Sentença no Processo Judicial Eletrônico	Janet Daisy Silva Guimarães Lenir do Rocio Ribeiro
Aperfeiçoando a Comunicação dos Atos Processuais pelo Meio Eletrônico	Elisangela Oliveira Silva Vera Lúcia Meli dos Santos Lima Pereira
Solução de Conflitos: Acordo ou Sentença	Isabel Lima dos Santos Oliveira
A Importância da Qualidade no Atendimento Prestado aos Jurisdicionados pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia	Simara Hoffman de Vargas
Uma análise da Redistribuição de Processo Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia sob a ótica da celeridade	Edinéia de J. Dias Costa Simões
Da Mobilização Cartorária a Partir da Implantação do PJE na Seara Cível no Tribunal de Justiça	Jozilda da Silva Bezerra
Gestão de Processos Concernente à Celeridade Processual na Ação de Execução de Alimentos	Vânia de Oliveira Silva

A Conciliação como Tratamento Adequado para Solução de Conflitos junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Rolim de Moura –CEJUSC/RM	Antônio Pereira Barbosa Humberto dos Santos Jorge
Impactos do Novo Código de processo Civil na Gestão Cartorária	Luiza Ester Gonçalo de Farias Silvio Fernando de Carvalho Brasil
Motivação e Desempenho: Uma Análise dos Fatores que Influenciam na Produtividade dos Servidores da Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia D'Oeste	Heloísa Gonçalves Dias Simey Alves de Souza
A Visão do Jurisdicionado Acerca da Audiência de Conciliação no CEJUSC de Presidente Médici/RO	Juliana da Costa Neves
Reflexos da Implantação do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal de Justiça de Rondônia e o Papel do Diretor de Cartório	João Batista de Andrade Júnior Leonice Aparecida Ferreira Martins
A Mediação como Estratégia para Resolução de Conflitos Interpessoais no Serviço público	Caroline Trevizane Costa Selma Dalva de S. Teixeira
Estratégias Gerenciais Boas Práticas Empregadas nos Cartórios Judiciais Criminais no Poder Judiciário do Estado de Rondônia	Ynhaná Leal da Silva Torezani
Atendimento ao Público: Novas Perspectivas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia	Aldeney Figueredo Freire Arrison Dener de Souza Moro
Um Estudo de Caso: Centro de Processos Eletrônicos do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Raimundo Neri Santiago
O Teletrabalho e Seus Reflexos na Produtividade, sustentabilidade e acessibilidade: Possibilidade de Aplicação no Tribunal de Justiça de Rondônia	Denisiane Cristina Lago Fioravante Sônia Regina Gonçalves Espaki
O Balcão de Atendimento das Varas de Família no Município de Porto Velho/RO, Após a Implantação do Processo Judicial Eletrônico: Uma Proposta para melhorar a qualidade do Atendimento	Iza elena Gomes Silva Simone da Costa Salim
O Depósito de Objetos Apreendidos: Uma Análise da Administração Pública Judiciária Rondoniense	Evanilda Aparecida Pereira Everson da Silva Montenegro
Apreensão e Destinação de Bens, Armas e Objetos Apreendidos na 1ª Vara Criminal de Vilhena /RO	Roseli Luiz de Oliveira Rosilane Maria Schabo de Souza
O Serviço de Atermação na Comarca de Rolim de Moura e sua Importância para Efetivação do Direito de Acesso à Justiça	Jerusa Gaede da Silva Freire Suzan Kemilly Filetti Pauli
Atendimento ao Público nas Varas de Família de Porto Velho -RO	Gualter Fabrício Magalhães Cruz Raimundo Bezerra do Vale Filho
Conciliação – Uma Alternativa Eficaz na Resolução de Conflitos Familiares no CEJUSC de Vilhena - RO	Elismara de Brida Martins Keila Ricatt Eler
Prisão ilegal Decorrente do Cumprimento de Mandado de Prisão já Cumprido ou Revogado: Proposta de Boa Prática Cartorária para Prevenir a Responsabilidade Civil do Estado	Hebert da Silva Rezende Otávio Polichuk Oliveira R. Ferro
Atendimento ao Público na 1ª e 4ª Varas Cíveis do Fórum de Ji-Paraná: Um Estudo de Caso objetivando Melhoria	Maria Luzinete Correra da Mata Tatiana Maria Gomes Andrade
Implementação de Treinamento e Capacitação Continuada para Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Anderson Henrique de Lacerda Eliel Batista Sales

Gestão de Atendimento ao público: Celeridade e Eficiência – Um Estudo de Caso da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Velho -RO	Ana Zélia Vaz de Oliveira Gisa Carla da Silva Medeiros Lessa
Motivação dos Servidores do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia com Foco na Comarca de Ariquemes	Aleksandra Aparecida Gaienski Cleonice Bernardini
Gestão Cartorária Como instrumento de Qualidade e Celeridade Processual no PJRO	Jusciley da Cunha Costa Lucinéia Aparecida de Meireles Constantino
Gestão de Processos em Varas Genéricas - um Estudo de Caso da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho	José Ricardo Mendes dos Santos Kauê Alexsandro Lima
Aspectos éticos e morais dos operadores do direito da comarca de Vilhena no exercício da profissão	Edeonilson de Souza Moraes Renato Alexandre de Almeida



Em dezembro de 2017 foi publicado o Edital n. 24/2017, que trata do processo seletivo para a terceira turma da GESC, que será promovida no 2018-2019.

Como inovação, a apresentação prévia do projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante a formação será uma das etapas do processo seletivo, de forma a evidenciar as áreas de interesse dos pós-graduandos e aprofundar as discussões em sala de aula sobre essas questões.

Assim como nas turmas anteriores, são oferecidas 50 vagas, sendo 50% para a Capital e 50% para o interior.



Terapia Familiar Sistêmica

A especialização em Terapia Familiar Sistêmica foi aplicada a 50 Assistentes Sociais e Psicólogos de doze comarcas de forma a aprimorar o auxílio prestado a famílias envolvidas em litígio judicial na compreensão e mudança de sua dinâmica familiar, favorecendo o desenvolvimento e a consolidação de uma cultura de paz.

Ao todo foram 390 horas aula realizadas em 12 módulos presenciais de 32 horas e 30 minutos cada, ministradas pelo Centro de Formação e Estudos Terapêuticos da Família (CEFATEF). O diferencial da especialização foi o foco nas atividades práticas, como a promoção de vivências psicodramáticas e Estágio e Atendimento Social Supervisionado em todos os módulos.

O curso foi iniciado em agosto de 2016 e finalizado em julho de 2017.



Módulos	Ministrantes
Módulo I: • Escola Simbólico Experiencial; • Escola de Roma de Terapia Familiar; • Orientação Estágio Supervisionado e Atendimento Social.	Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo II: • Dinâmica do Círculo Familiar; • Prática Narrativa e Colaborativa no Atendimento Familiar; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	
Módulo III: • Contexto contemporâneo e Novos Paradigmas; • Atendimento à Criança e ao Adolescente na Terapia Familiar; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	
Módulo IV: • Metodologia Científica; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	Fabiane Moraes de Siqueira Luís Antônio da Silva
Módulo V: • Terapia Comunitária; • Mediação e Conciliação na Terapia Familiar; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	Cleonice Peixoto de Melo Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo VI: • Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo VII: • Transtorno Alimentar; • Oficina Sistêmica; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	Cleonice Peixoto de Melo Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo VIII: • Saúde Mental da Família; • A Família da Pessoa com Deficiência; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo IX: • Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso; • Estágio Supervisionado, Atendimento Social e Supervisão de Atendimento.	Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo X: • Abuso Sexual Infantil; • Sexualidade, AIDS e DSTs na Terapia Familiar; • Introdução ao Psicodrama e Sociodrama Familiar; e • Os Segredos na Terapia Familiar.	Fabiane Moraes de Siqueira Marisa barrada de Cristo
Módulo XI: 6 a 9/6/2017 • Identidade Feminina; • Psicologia do Direito na Família; • Oficina Sistêmica; e • Perdas, Morte e Luto II.	Cleonice Peixoto de Melo Fabiane Moraes de Siqueira
Módulo XII: • Supervisão da Prática, Revisão; • Reflexão e Fechamento; • FOFAT – Família Atual e Família de origem do Terapeuta.	Fabiane Moraes de Siqueira

MONOGRAFIAS

Os trabalhos de conclusão de cursos apresentados pelos psicólogos e assistentes sociais aprofundam as discussões em torno dos problemas vivenciados diariamente no atendimento às famílias em situação de litígio e como o conhecimento das técnicas de terapia sistêmica podem trazer um novo entendimento para a avaliação e a intervenção do judiciário nesses casos.

Drogadependência, violência familiar, adoção, parentalidade, cuidado aos filhos com deficiências mentais e mediação familiar foram os temas abordados nas produções, listadas a seguir.

Trabalho	Autor(es)
Família na Adolescência: Descortinando a Transgeracionalidade	Andressa Pacheco Zanollo e Wídia Suerlândia Marinho Paiva
Relato de Caso na Terapia Familiar Transgeracional e a Drogadependência na Família	Adriana de Sousa Sant'anna, Elisangela Souza Mamedes e Rosineide de Oliveira Costa
Atendimento Familiar Sistêmico Psicossomática e as Relações Familiares	Aline Rodrigues Moreira Dantas e Ana Cristina Gulelmo Muniz
AS TRÊS MARIAS: Terapia Familiar Sistêmica Instrumento de Construção de Afetos em Processos Judiciais	Alline de Lima Costa Sarges, Maria Inês Soares de Oliveira e Mariangela Aloise Onofre
Ciclo Vital da Família na Adolescência na Visão Sistêmica Transgeracional	Aparecido Felipe Correia e Marcelo Hellmann
Os Aspectos Transgeracionais e a Visão Sistêmica em Família com Adolescente Drogadependente	Camila Cordeiro de Lucena e Danielle Gonçalves Correia
A Mediação na Terapia Familiar: Breve Intervenção Sistêmica na Família com um Membro Autista	Camila Alessandra Scarabel, Helena de Jesus Abreu Araújo e Marcos Paulo Soares da Silva
A Família da Pessoa com Espectro Autista na Terapia Familiar Sistêmica	Cristiano Corrêa de Paula, Orquídea Monteiro e Yonah Freire Souto
Terapia Familiar Sistêmica Transgeracional: Resiliência como Fator de Proteção	Daniele Regina Pacher, Luciana Lima Martins e Lucilene Zanol
Do Emaranhado à Nitidez: Terapia Breve na Reestruturação das Fronteiras Familiares	Danielle de Oliveira Paulon e Melissa Marques de Oliveira
Terapia Familiar Sistêmica: Breve Delimitação de Fronteiras no Subsistema Parental	Dione Alves da Silva Marques e Eliete Ferreira de Freitas
Atendimento Familiar Sistêmico: Novos Padrões para Novas Configurações Familiares	Djalma Robson de Andrade Filho, Giuseppe de Lima Moura e Isabela Cristina Paludo
Comunicação Funcional no Ciclo de Vida da Família na Velhice: Uma Experiência de Intervenção	Eliane Basso Everaldo e Sebastiao Fornelli da Silva

O Filho com Deficiência e a Parentalidade na Visão Sistêmica da Família	Emeriana Silva e Josefina Riça Mourão
Drogadependência Familiar e a Repetição Geracional: Relato de Caso	Francisca Agamenólia de Oliveira Jacob, Márcia Adriana da Silva Hala e Maria Leonor Gobete
Fronteiras no Subsistema Conjugal e Suas Implicações no Subsistema Parental	Fredson dos Santos Batista, Roberta Lúcia Soares Berudtt e Sara Lúcia Gomes Manente
Reorganização de Padrões Funcionais e Afetivos em Famílias Substitutas	Garialdo Russo e Rita de Cássia Uiliana Violeti
Famílias com Portadores de Doenças Mentais e a Abordagem Sistêmica	Maria da Guia Lima, Rita de Cássia Prestes Picango e Sayonara de Oliveira Souza
Famílias com Filhos Adolescentes: Em Busca da Diferenciação Familiar	Núbia Geny Souza Oliveira Nogueira e Sonia Izabel Pavliuk Machado

Stricto Sensus



Stricto Sensu

Em 2015 foi regulamentado o Programa de Pesquisa, Publicação e Intercâmbio (PPI). O PPI possui três subprogramas voltados ao fomento da realização de pesquisas e da produção científica e acadêmica de assuntos de interesse da justiça.

SUBPROGRAMA DE FOMENTO

Por meio de bolsas de pesquisa concedidas aos magistrados e servidores do quadro efetivo, ou excepcionalmente a pesquisadores de fora dos quadros do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, estimula-se a realização de pesquisas jurídicas, sociojurídicas e de gestão aplicadas em áreas de atividade do Poder Judiciário. A concessão de bolsas é regida pela Instrução N. 009/2015-PR.

Atualmente, a Emeron oferece 10 bolsas para custeio de pesquisas realizadas por magistrados e servidores do TJRO nos cursos descritos abaixo:

Doutorado em Interinstitucional Ciências Jurídicas

Promovido pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI em parceria com a Faculdade Católica de Rondônia (FCR), o Doutorado Interinstitucional em Ciências Jurídicas (Direito) tem área de concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade e foi iniciado em 2015.



Recebem bolsas pagas pelo Centro de Pesquisa e Publicação (CEPEP) da Emeron os magistrados Flávio Henrique de Melo, Franklin Vieira dos Santos, Guilherme Ribeiro Baldan, Inês Moreira da Costa, Jorge Luiz dos Santos Leal e Oscar Francisco Alves Junior.

Os projetos de tese apresentados pelos bolsistas concentram-se em duas linhas de pensamento. A primeira trata sobre as questões de Transnacionalidade (normas que regulam atos ou fatos que transcendem fronteiras nacionais) na Bacia Amazônia e a segunda linha é voltada à sustentabilidade.

Seis projetos de teses já foram aprovados no exame de qualificação de tese, conforme quadro abaixo:

Projeto	Autor
Povos tradicionais da Amazônia em confronto com o Direito Penal: desafios da sustentabilidade	Franklin Vieira dos Santos Defesa realizada em Maio/2017 na Faculdade Católica de Rondônia
Hidrelétricas no Rio Madeira: A Avaliação Ambiental Estratégica como Instrumento para o Alcance das Dimensões da Sustentabilidade	Inês Moreira da Costa Defesa realizada em Maio/2017 na Faculdade Católica de Rondônia
A Sustentabilidade Como Elemento de Legitimação do Ativismo Judicial na Efetivação da Tutela Ambiental	Flávio Henrique de Melo Defesa realizada em Julho/2017 na UNIVALI - Campus Itajaí/SC
A Amazônia Brasileira e Seu Caráter Transnacional: A Possibilidade de Garantia de Sua Integridade a Partir da Análise das Previsões Jurídicas Sobre a Proteção de Seu Patrimônio Estratégico	Jorge Luiz Dos Santos Leal Defesa realizada em Julho/2017 na UNIVALI - Campus Itajaí/SC
A Atuação do Terceiro Setor para o Alcance das Dimensões da Sustentabilidade na Mobilidade Urbana: Um Estudo Sob Viés da Ação Comunicativa de Habermas	Oscar Francisco Alves Junior Defesa realizada em Dezembro/2017 na UNIVALI - Campus Itajaí/SC

A tese do Juiz Guilherme Baldan, “A mediação transnacional como pressuposto de sustentabilidade na resolução de conflitos decorrentes de danos ambientais na Bacia Amazônica”, tem banca prevista para fevereiro de 2018.

Doutorado Interinstitucional em Psicologia

Realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) tendo a FCR como entidade receptora, o doutorado tem como áreas de concentração Cognição Humana, Psicologia Clínica e Psicologia Social.



Neste curso, os servidores Ana Paula Baldez Santos e Zeno Germano de Souza Neto recebem auxílio da bolsa de pesquisa. Ambos os servidores já obtiveram aprovação na qualificação das teses “Trajetória de Reinserção Social dos Pacientes Medidas de Segurança de Rondônia: Determinantes individuais, familiares da rede de apoio” e “Mediação Judicial em Processos de Litígios Familiares”, respectivamente, encontrando-se na fase final da especialização.

Mestrado Interinstitucional em Direito

O Curso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em parceria com a FCR tem como objeto de pesquisa o Direito Econômico e Social, por meio das áreas de concentração ‘Direito Socioambiental e Sustentabilidade’ e ‘Direito Econômico e Desenvolvimento’. Iniciado no segundo semestre de 2016, a especialização ainda se encontra na realização dos créditos acadêmicos.

Esta pós-graduação tem como bolsistas as magistradas Denise Pipino Figueiredo e Duília Sgrott Reis e o servidor Anselmo Charles Meytre.

SUBPROGRAMA DE INTERCÂMBIO

Estabelece parcerias com instituições nacionais e internacionais para a realização de pesquisas e de outras ações de produção e disseminação de conhecimentos que promovam o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Doutorado Interinstitucional em Ciências Políticas

O DINTER em Ciência Política tem a Faculdade Católica de Rondônia como instituição receptora e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como promotora. O curso é realizado no Estado por meio do convênio de Cooperação Técnica, Científica e Educacional entre a FCR e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), do qual participam diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, entre eles o Tribunal de Justiça representado pela Emeron.



O doutorado é promovido pela UFRS e pela FCR em Porto Velho desde outubro de 2014 e tem foco em Políticas Públicas para a Amazônia, pesquisando principalmente as elites e a internacionalização, o Judiciário, os partidos políticos e análise de políticas de defesa.

Conforme firmado no acordo de cooperação, em contrapartida à formação de sete de seus agentes, a Emeron, ao longo de 48 meses, repassará à FAPERO, em parcelas

bimestrais, recursos para a manutenção financeira do curso, totalizando um montante de R\$ 928.413,85.

São discentes deste curso os magistrados Arlen José Silva de Souza, Audarzean Santana da Silva, Johnny Gustavo Cledes, Larissa Pinho de Alencar Lima, Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres e Sérgio William Domingues Teixeira e a servidora Helena de Jesus Abreu de Araújo.

Os projetos de teses se encontram em fase de exame de qualificação de tese, conforme quadro abaixo:

Projeto	Autor
Judicialização da Educação	Larissa Pinho de Alencar Lima Defesa realizada em Maio/2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Atuação Judicante e a Política Pública de Saúde: Embargo ou Auxílio?	Audarzean Santana da Silva Defesa realizada em Junho/2017 na Faculdade Católica de Rondônia
As políticas públicas de enfrentamento às drogas no direito comparado e a política pública brasileira de drogas utilizada na Amazônia Ocidental, na Comarca de Porto Velho/RO	Arlen José Silva de Souza Defesa realizada em Outubro/2017 na Faculdade Católica de Rondônia
Uma Análise da Política Pública direcionada a adolescentes infratores de Porto Velho.	Helena De Jesus Abreu Araújo
A Formação de Juízes: uma análise comparada das escolas de magistratura da Região Norte.	Ilma Ferreira de Brit Defesa agendada para o segundo semestre de 2018
A política de acesso à justiça para as populações ribeirinhas do baixo rio Madeira: uma análise sob o conceito de cidadania.	Johnny Gustavo Cledes Defesa agendada para Março 2018
A Internacionalização de Timor Leste e o reflexo na construção de uma nova democracia, em especial na capacidade de idempendência do Poder Judiciário.	Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres Defesa agendada para Fevereiro 2018
Muros altos e rios de sangue O Sistema Penitenciário Federal e a federalização das facções criminosas: ocupação e expansão das organizações criminosas nas unidade prisionais da Amazônia Ocidental	Sérgio William Domingues Teixeira

Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça na Amazônia



A Emeron, em convênio com a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), iniciou em 2017 a primeira turma do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu “Mestrado Profissional Interdisciplinar Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça” – PPG/DHJUS. Pelo acordo, 16 das 20 vagas para a primeira turma do curso são destinadas à magistrados e servidores da justiça estadual.

Nos projetos de pesquisa apresentados no processo seletivo são encontrados temas relevantes para a prestação jurisdicional, como a prevenção e o combate à tortura de presos, legislações voltadas aos direitos sexuais do indivíduo e efetividade dos direitos fundamentais nos casos de violência de gênero. Todas as temáticas serão exploradas tendo o Tribunal de Justiça como objeto de estudo.

Aula Magna



Na manhã de 3 de abril foi realizada a Aula Magna do DHJUS. Antes da cerimônia, os mestrandos foram recepcionados na sede da Emeron com um café da manhã especial com a participação do presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (COPEDEM), Desembargador Antônio Rulli.

Rulli falou aos mestrandos das ações desenvolvidas pelo Copedem para a institucionalização dos cursos de mestrado e doutorado profissional e sobre a importância do tema “Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça” diante do atual momento em que o país se encontra.



Já na cerimônia de abertura, o presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, desembargador Sansão Saldanha, lembrou que o mestrado contribuirá para a construção de uma base científica sólida para a gestão da prestação jurisdicional. “O Poder Judiciário de Rondônia quer preparar seus magistrados e servidores para adquirirem o conhecimento que se situa no mundo lá de fora, a fim de nessa nova onda de revolução, a ela ajustarem os serviços públicos”, concluiu.

Os alunos, representados pelo juiz Ávaro Kálix Ferro e pela servidora Samili Carvalho Batista, se comprometeram em se empenhar, mesmo dividindo a prestação jurisdicional com o estudo, a fim de ampliar o referencial teórico e incluir as reflexões nas práticas jurisdicionais.

Após a abertura, o desembargador Antônio Rulli Júnior e o coordenador do mestrado, professor doutor Rodolfo Jacarandá, ministraram a palestra de mesmo nome da especialização *stricto sensu*.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES**Seminário Direitos Humanos e Direitos Territoriais na Amazônia**

Realizado como atividade acadêmica de encerramento do primeiro módulo da disciplina “Desenvolvimento Territorial, Produção e Organização do Espaço Agrário”, o Seminário “Direitos Humanos e Direitos Territoriais na Amazônia” buscou ampliar a análise sobre as narrativas diárias dos conflitos amazônicos, estimulando o desenvolvimento de pesquisas sobre direitos humanos, estado e políticas públicas na região.

No evento, realizado na tarde de 10 de maio, magistrados, servidores, acadêmicos de diversos cursos e representantes de entidades de defesas de direitos acompanharam a palestra proferida pelo professor-doutor e pesquisador das áreas de etnicidade, processos de territorialização e Amazônia da Universidade Estadual do Amazonas, Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Almeida discorreu sobre as causas históricas dos conflitos de direitos humanos e territoriais, elencando ações de desclassificação das identidades étnicas ocorridas durante o período de colonização do Brasil como origem a um processo de exclusão social que perdura até hoje, a exemplo do despojo das áreas territoriais ocupadas por indígenas e negros. Para Alfredo, apesar da falta de reconhecimento da legislação brasileira sobre essas questões, a ascensão de movimentos sociais que buscam o resgate da historicidade de seus povos trará, no futuro, uma melhoria em relação a garantia de direitos.

Finalizando o evento, uma mesa de debates foi realizada entre o ministrante, o Coordenador do DJUS e o professor da UNIR Ricardo Gilson, tendo a juíza e mestranda Úrsula Gonçalves como mediadora. Os espectadores participaram fazendo perguntas sobre o tema, respondidas pelos membros da mesa.

Povos indígenas, Estado e Direito(s) no Brasil: Uma visão antropológica

Finalizando as atividades da disciplina “Teorias da Justiça e Direitos Humanos”, em 13 de setembro, o seminário trouxe à Rondônia o Pós Doutor em Antropologia Cristhian Teófilo da Silva, que analisou os conflitos inter-étnicos em nosso país a partir da decisão do STF sobre a homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.

Na análise do professor, a posição do STF foi pacificadora para o conflito em Roraima, mas ao adotar condicionantes criou dois cenários: um em que a decisão passa a ser exemplo e é aplicada a resolução de processos semelhantes, e outro em que a imposição de condicionantes abre um precedente para normas revisionistas e condicionadoras. Para Cristian, a criação de condicionantes faz com que os direitos indígenas, apesar de garantidos na Constituição, sejam relativizados conforme o interesse público da União.

Após a palestra, foi iniciado um debate entre o palestrante e os professores doutores Estevão Rafael Fernandes e Daniele Severo da Silva. Daniele trouxe um panorama histórico da situação indígena no Brasil.

Já Estevão discorreu sobre a visão do “homem branco” sobre os indígenas: selvagens, não pertencentes à raça brasileira e inimigos do progresso e seus reflexos até os dias atuais. Em seguida, a plateia participou realizando perguntas que foram respondidas pelos professores.



Congresso Internacional

No período de 16 a 20 de outubro de 2017, Porto Velho sediou o I Congresso Internacional de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. A iniciativa buscou sensibilizar e educar, nos campos epistemológico e político, os sujeitos que estão desenvolvendo estudos nessa área, em especial os alunos do DHJUS acerca um conjunto de questões sobre a territorialidade, identidade, interculturalidade, pobreza, marginalização, gênero e Estado e Direitos dos Povos e grupos sociais.



Especialistas nacionais e internacionais, a exemplo da Professora Doutora Carla de Marcelino Gomes, atual responsável pela área de projetos do Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IGC/CDH); discutiram os assuntos por meio de palestras, mesas de debates e oficinas.

Além dos mestrandos, mais de 200 pessoas participaram do evento, que teve como parceiro o Ministério Público do Trabalho (RO).

Atividade Programada de Pesquisa

Durante o módulo realizado no período de 6 a 10 de novembro, os acadêmicos participaram de uma atividade programada de pesquisa na 17ª Brigada de Infantaria de Selva. As palestras Policiamento Ostensivo de Porto



Velho, lecionada pelo Coronel da Polícia Militar de Rondônia Rogério Torres Cavalcante, e O Papel do Exército na Amazônia, com o Comandante da Brigada General José Eduardo Leal de Oliveira, objetivaram auxiliar os estudantes na compreensão dos papéis destas entidades na segurança e na defesa da Amazônia Ocidental.

Protocolo Internacional de Pesquisa

Em outubro de 2017, a Universidade Federal de Rondônia - Unir, a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron e o Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IGC/CDH) assinaram um protocolo de cooperação internacional em pesquisa científica na área de direitos humanos e justiça.

A Professora Doutora Carla de Marcelino Gomes, atual responsável pela área de projetos do Centro, esteve em Porto Velho para a assinatura do acordo, que possui as mesmas áreas de pesquisa do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (PPG/DHJUS), especialização *stricto sensu* realizada em parceria entre a Unir e a Emeron.

A ideia é fomentar o estudo e a pesquisa do tema no Brasil e expandir as ações do IGC, assim como já acontece em outros países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, como Moçambique, onde já existe um "Centro-Irmão", similar de Coimbra.

O acordo tem prazo de um ano podendo ser renovado automaticamente.



SUBPROGRAMA DE PUBLICAÇÃO

Visa disseminar a produção científica e acadêmica de assuntos de interesse da justiça. Seja por publicação direta ou em parceria com outras instituições.



E-books

O Estado no Mundo Globalizado: Soberania, Transnacionalidade e Sustentabilidade

Lançado em dezembro de 2016 pela Emeron em parceria com a UNIVALI com o objetivo de propagar o conhecimento científico produzido no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da instituição.

A obra é composta por artigos de discentes do Curso de Doutorado da UNIVALI e apresenta reflexões sobre o papel do Estado no mundo globalizado, a partir das perspectivas de soberania, transnacionalidade e sustentabilidade. Entre os autores, estão os magistrados do TJRO Inês Moreira da Costa, Guilherme Ribeiro Baldan e Jorge Luiz dos Santos Leal.



Sustentabilidade, governança e proteção ao meio ambiente: uma visão a partir da Amazônia

Publicado pela Emeron, apresenta 12 artigos produzidos na quase totalidade no curso de doutorado em Ciências Jurídicas da (UNIVALI), que versam desde a introdução ao que é sustentabilidade até a análise da qualidade da água da periferia de Porto Velho, passando por estudos sobre a Avaliação Ambiental Estratégica, tutela coletiva inibitória ambiental e o infanticídio indígena. O intuito é apresentar uma visão dos estudantes que vivem na região Amazônica sobre assuntos relevantes que dizem respeito ao Brasil e a toda a humanidade, trazendo a sustentabilidade como paradigma necessário ao Direito na pós-modernidade.

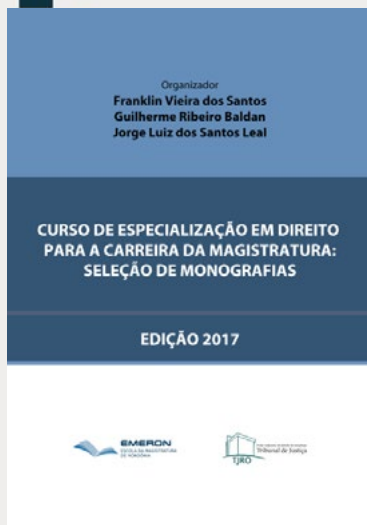


A publicação é organizada pelos magistrados do TJRO e doutorandos Guilherme Ribeiro Baldan, Inês Moreira da Costa e Jorge Luiz dos Santos Leal e conta com a artigos das professoras Denise Schmitt Siqueira Garcia e Carla Piffer e de treze alunos do doutorado, entre deles os magistrados do Tribunal de Justiça de Rondônia: Flávio Henrique de Melo, Franklin Vieira dos Santos, Inês Moreira da Costa, Jorge Luiz dos Santos Leal e Oscar Francisco Alves Júnior. A juíza Duília Sgrott Reis, discente do mestrado interinstitucional em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná com a Faculdade Católica de Rondônia (FCR), também participa da obra.

Coletânea comemorativa 20 anos do Fonaje: 1997-2017

A edição comemorativa aos 20 anos do Fórum Nacional de Juizados Especiais - Fonaje foi sediada em Porto Velho no período de 17 a 19 de maio de 2017. Na ocasião foi lançada a coletânea, que traz uma linha do tempo com a história do fórum, além de julgados, enunciados e artigos produzidos por juízes de todo o país. O vice-diretor da Emeron e membro da diretoria do Fonaje, Juiz Guilherme Ribeiro Baldan, foi um dos organizadores do Projeto, em conjunto com os magistrados Maria do Carmo Honório e Erick Linhares.





Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura: seleção de monografias

Primeira obra voltada à especialização lato sensu, a publicação visa prestigiar o ambiente acadêmico no Estado de Rondônia, incentivando outros pós-graduandos do curso e até mesmo a comunidade científica a empreender esforços para a produção científica abordando temas caros à comunidade mais próxima.

As produções selecionadas foram indicadas pelos orientadores em razão da qualidade apresentada e pela relevância dos temas para o direito e para a sociedade contemporânea. O livro tem como organizadores os magistrados e professores mestres do EDCM Franklin Vieira dos Santos, Guilherme Ribeiro Baldan e Jorge Luiz dos Santos Leal.

Entre os temas abordados pelos cinco artigos do livro estão a criminalização do infanticídio indígena, perfil psicossocial das mulheres encarceradas em Porto Velho e colaboração premiada.

Publicações externas

Públicação	Trabalho	Autor(es)
Volume 43, n.1 Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia	Os direitos fundamentais e a solidariedade social como perspectiva para um novo olhar para o direito contemporâneo	Franciele Moreira Marisco Jaime Leônidas Miranda Alves
Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, (Universidade do Vale do Itajaí - Univali)	"A (in)sustentabilidade da exploração do vapor d'água da Amazônia"	Inês Moreira da Costa
Edição n. 10 da Revista de Direito Brasileira, (CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito)	"Análise Hermenêutica da Ortotanásia: Aplicação dos Métodos de Interpretação da Norma Constitucional à Morte Digna"	Moisés Victor Pessoa Santiago Ms. Daeane Zulian Dorst Dr. Rogerio Luiz Nery da Silva
edição n. 107 da Revista Doutrina e Jurisprudência, (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF)	"A Alienação Parental em Termos de Poder"	Philiane Ferreira Paulino da Silva
"Direito, Sociedade e Cultura na Amazônia"	O Estado Constitucional Moderno e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: Crítica ao Decisionismo Judicial	Jaime Leônidas Miranda Alves

6º Seminário Internacional de Governança e Sustentabilidade Universidade de Alicante – Espanha	A Beira Do Rio É Meu Lugar”: A Nova Vida dos Afetados pela Usina do Santo Antônio e Jirau	Franklin Vieira dos Santos e Oscar Francisco Alves Júnior
	A Inserção da Amazônia nos Planos de Desenvolvimento Propostos Pelo Estado Brasileiro: uma Análise, à Luz da Democracia Deliberativa, das Desapropriações Ocorridas em Áreas dos Projetos Implantados na Região	Helena de Jesus Abreu Araújo
	Recursos Hídricos na Amazônia: Entre a Preservação e o Aproveitamento na Geração de Energia Elétrica	Inês Moreira da Costa Guilherme Ribeiro Baldan
“Argumentação jurídica e o direito contemporâneo” (Universidade do Vale do Itajaí - Univali)	A Decisão Judicial e a Argumentação Jurídica: Uma Reflexão Pós-Positivista	Inês Moreira da Costa
3º Seminário Internacional “Democracia e Constitucionalismo: novos desafios na era da globalização” Universidade de Perugia – Itália	Ecossistema Social e Trânsito Sustentável: A Preocupação Global com o Bem-Estar, Qualidade de Vida, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Social	Oscar Francisco Alves Junior Franklin Vieira dos Santos
Volume 17 da Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP, (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)	O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e o Redirecionamento da Execução Fiscal	Elson Pereira de Oliveira Bastos
Anais do Fórum Amazônico de Direito Processual Editora Itacaiúnas	10 Anos da Lei Maria da Penha: A Nova Sistemática do CPC/2015 Aplicada às Medidas Protetivas de Urgência	Moisés Victor Pessoa Santiago Huíla Fortes de Sousa dos Anjos Arthur Antunes Gomes Queiroz
Anais do III Congresso Internacional de Direitos da Personalidade e IV Congresso de Novos Direitos e Direitos da Personalidade	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais e os direitos da personalidade: relação ontológica	Jaime Leônidas Miranda Alves
UNOESC International Legal Seminar: Human Dignity and Human Rights Violations (Editora UNOESC)	Pacha Mama and Sumak Kawsay: The Consecration of an Environmental Constitutionalism	
Anais da 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia	A Vivência do Trabalho Docente em Uma Instituição de Ensino Superior Privada de Rondônia	Leandro Aparecido Fonseca e outros.
	As Habilidades Sociais no Contexto Escolar	
	Educação Por Competências na Perspectiva de Concluintes de Pedagogia: Um Estudo no Interior do Estado de Rondônia	
	O Machismo Que Mata: A Realidade do Femicídio no Brasil	

Anais do I Congresso Rondoniense de Carreiras Jurídicas Faculdade Católica de Rondônia	Os limites do ativismo Judicial na Tutela dos Camaleões Normativos	Jaime Leônidas Miranda Alves
	A Efetivação do Princípio da Segurança Jurídica na Aplicação do Sistema de Precedentes no Novo Código de Processo Civil	Cristiane Sales Machado Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli
	A Garantia do Princípio da Sustentabilidade por meio da Coleta Seletiva de Resíduos Domiciliares no Município de Rio Branco – AC	Ana Carolina Couto Lima de Carvalho, Andreia Alves de Almeida Flávio Henrique de Melo
	A Gestão Hídrica como Indutora da Sustentabilidade no Município de Rio Branco – Acre	
	A Omissão do Poder Público na Tutela Ambiental: Necessidade de Intervenção Judicial	Flávio Henrique de Melo, Ana Carolina Couto Lima de Carvalho
4º Seminário Internacional “Democracia e Constitucionalismo: novos desafios na era da globalização”	Algumas Reflexões Sobre A Teoria de Justiça de John Rawls Conforme Importantes Pensadores: dos Problemas Contemporâneos da Época de sua Criação aos Que se Apresentam nos Dias Atuais	Carina Gassen Martins Clemes Johnny Gustavo Clemes
8º Seminário Internacional de Governança e Sustentabilidade	As Usinas do Madeira Como Antítese do Desenvolvimento Sustentável e Violação dos Direitos Humanos	Denise Pipino Figueiredo Josiane Alessandra Mariano Rossi
	Desafios e Perspectivas sustentáveis para o Meio Ambiente Artificial e Mobilidade Urbana em Jiparaná/Ro/ Brasil de 1996 a 2016	Oscar Francisco Alves Junior Andreia Alves de Almeida
I Congreso Internacional de Derecho, Gobernanza e Innovación Universidad de Santiago de Compostela (I CIDIGIN-USC)	Ativismo Judicial e Direitos Fundamentais: A Negociação Processual como Novo Paradigma de Efetividade	Jaime Leônidas Miranda Alves
Edição número 6 da revista “Cadernos de Derecho Actual” Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela	A Globalização da Comunicação e Seus Reflexos sobre a Dimensão Econômica, Ambiental e Social da Sustentabilidade	Inês Moreira Costa
	Multiculturalism and Brazilian Constitutional Protection for the Traditional Peoples and Communities of the Baixo Madeira in Rondônia	Arlen José Silva de Souza Franklin Vieira dos Santos
	THE AUDIENCE OF CUSTODY AND RESTORATIVE JUSTICE: the third way of the punitive system	Arlen José Silva de Souza Renata Siqueira Xavier de Souza
Edição número 8 da revista “Cadernos de Derecho Actual” Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela	A Epistemologia do Garantismo Penal e Sua Validade Teórica: Uma Discussão Sobre a Crise da Violência	Arlen José Silva de Souza Sérgio William Domingues Teixeira
	As Teorias da Argumentação Jurídica e o Constitucionalismo dos Direitos Fundamentais na Judicialização das Políticas Públicas Brasileiras	Arlen José Silva de Souza Inês Moreira da Costa
Temas Essenciais de Direito Público – volumes 1 e 2 Programa de pós-graduação em Direito Público da PUC-Minas Editora Biblioteca24horas	Organizador da obra	Jaime Leônidas Miranda Alves

Apresentações em eventos internacionais

Evento	Trabalho	Autor(es)
IX "Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional" – Tarragona (Espanha)	"Educação e Mercado - A Lógica da Responsabilização e Judicialização de Demandas e Demandas Sociais"	Larissa Pinho de Alencar Lima
IX "Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional" – Lisboa (Portugal)	"A Vulnerabilidade de Refugiados Ambientais e o Acesso à Justiça: Os Haitianos na Amazônia Ocidental"	Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres Arlen José Silva de Souza Aparecida Luzia Alzira Zuin
I Congreso Internacional de Derecho, Gobernanza e Innovación Universidad de Santiago de Compostela (I CIDIGIN-USC)	"Ativismo Judicial e Direitos Fundamentais: A Negociação Processual como Novo Paradigma de Efetividade"	Jaime Leônidas Miranda Alves
III Simpósio de Direitos Humanos nas Américas	"O Papel do Direito na Regulamentação das Transacionais, frente aos Direitos Humanos"	Anselmo Charles Meytre

NÚMEROS

Cursos ofertados

Tipo de Curso e/ou evento	2016	2017
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	63	75
Formação e Aperfeiçoamento de Servidores	155	214
Eventos, Congressos, Encontros e Seminários dentro do Estado	27	54
Eventos, Congressos, Encontros e Seminários fora do Estado	49	20
Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)	3	3
Pós-Graduação Lato Sensu	4	4
Total	317	370

Números de participações

Origem	2016	2017
Magistrados	922	670
Servidores	5.158	5.947
Estagiários	85	66
Público externo (parceria com outros órgãos/aberto à comunidade)	1.540	1.888
Pós-Graduações lato sensu (alunos servidores regularmente matriculados)	185	148
Pós-Graduações lato sensu (alunos não servidores regularmente matriculados)	39	49
Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado)	19	19
Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado)	14	14
Total	7.917	8.801

Número de Magistrados capacitados nas competências estratégicas	126	128
Número de Servidores capacitados nas competências estratégicas	1.827	2.201

Responsabilidade Social



O Coral Nosso Tom é um projeto de qualidade de vida iniciado pela comarca de Santa Luzia d'Oeste. Por meio da música, espera-se promover a união entre os servidores e uma rede de apoio para a sua saúde mental. O projeto é Coordenado pela Juíza da Vara única de Santa Luzia, Larissa Pinho, e conta com o psicólogo Roberth Willyam, como regente do Coral.

Desde 2016, o projeto está institucionalizado pela Escola da Magistratura, sendo esta responsável pelo oferecimento de estrutura para a continuidade das atividades. Entre as ações promovidas pela Emeron, estão a criação de identidade visual para o grupo e o custeio de diárias para apresentações em outras comarcas.





O Coral realiza apresentações nas comarcas ao redor de Santa Luzia, além de ser uma das principais atrações da Mostra Cultural do Judiciário. Eventos como o lançamento do Projeto “Vida Nova - Educação que dá sentido à história”, que leva conhecimento para apenas dos regimes fechado e semiaberto de Santa Luzia D’Oeste; e a Operação Justiça Rápida, contam com o grupo para abrilhantar e oferecer uma mensagem de solidariedade e compromisso com a sociedade.





O Coral é uma atividade de caráter artístico e cultural criada há 9 anos, alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e que faz interface com o Projeto Qualidade de Vida, buscando promover a humanização da gestão de pessoas e a integração entre os serventuários do Poder Judiciário, com vistas a auxiliar a melhoria do clima e da cultura organizacional.

Após um período de pausa, em 2015, foi institucionalizado pela Emeron, até 2017, quando passou a ser gerido pela Secretaria de Gestão de Pessoas. Neste período, a Emeron desenvolveu identidade visual para o Coral, além da compra de camisetas com logomarca, figurino para apresentação, pastas e outros materiais necessários para os ensaios e apresentações.



Durante o período também, o Coral ganhou destaque. São priorizadas as sessões internas, realizadas nas unidades do TJRO em datas festivas como dia das mães e dos pais, mas são previstas ainda exposições em instituições



públicas como hospitais, abrigos, presídios e escolas, promovendo a integração entre judiciário e sociedade. O Coral também é atração frequente em cerimônias, tanto da justiça, quanto de outros órgãos públicos.

Ao final de cada ano, é promovido o Musical Canto para Todos. O musical, que faz parte do projeto de qualidade de vida, também se revelou um poderoso instrumento de integração com a sociedade, que lota o teatro a cada edição para prestigiar o espetáculo. Quem assiste se surpreende com o alto nível das performances e ótima qualidade dos números, todos costurados dentro da concepção do tema.

Outra atividade importante para o Coral é a Cantata Natalina, promovida nas unidades da instituição e também em praças, eventos públicos e outras instituições parceiras, como o Ministério Público Estadual.

Além da qualidade de vida e do lazer, as atividades do Coral são permeadas pela solidariedade. Nos musicais e apresentações são solicitadas doações de alimentos e outros itens para doação a instituições filantrópicas. Desde a retomada do Coral várias organizações já foram beneficiadas com a iniciativa.





Mostra Cultural Descobrimos Talentos da Rede de Atenção Psicossocial

Fruto da parceria entre a Emeron e a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS/SUS/RO, a Mostra Cultural Descobrimos Talentos na Rede de Atenção Psicossocial realizou sua terceira edição no Teatro Guaporé, em outubro de 2017.

A Mostra Cultural tem um papel significativo na sensibilização da sociedade em relação aos preconceitos que permeiam as pessoas portadoras de transtornos e sofrimentos mentais, mas principalmente para os usuários da rede, que tem a oportunidade para contar suas histórias pessoais

e são valorizados por sua expressão artística e literária.

Nesta edição, o evento foi realizado dentro da programação do I Congresso Internacional de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, de forma a dar visibilidade e promover a reflexão acerca dos direitos fundamentais das pessoas com problemas psíquicos. “Esse projeto quer tirar as pessoas da exclusão garantindo seus direitos, fazendo com que a sociedade se sensibilize e veja o trabalho realizado na rede de atenção. A arte foi a ponte para quebrar o ciclo do afastamento, do preconceito”, afirmou Beatriz Kobs, uma das coordenadoras da Mostra Cultural.

Representando os participantes do projeto, o artista Botôto apresentou as performances “Planeta Hospício”, “Poema Amazônia” e “Palavras Mágicas”. No hall do teatro, foram lançados os livros escritos pelos usuários da rede, que contam suas histórias e em alguns casos, a sua relação com os transtornos e sofrimentos mentais. Também foram expostas obras plásticas de Botôto.



MOSTRA CULTURAL DO JUDICIÁRIO



A realização da Mostra Cultural do Judiciário atende as orientações da Resolução 70/2009/CNJ, no tocante a responsabilidade social e ambiental; ao Macrodesafio “Promoção da Valorização e da Humanização da Gestão de Pessoas”, que visa do desenvolvimento de programas que reconheçam e recompensem os colaboradores e humanizem as relações organizacionais, ao valor institucional “Responsabilidade Social e Ambiental”, conforme planejamento estratégico 2015-2020 do TJRO, além de estar alinhada ao Planejamento Estratégico da Emeron, especificamente ao Macrodesafio “Aprimoramento e Humanização da Prática Profissional” que tem como uma das metas a promoção, anualmente, de um evento sociocultural que contemple todas as comarcas.

O objetivo principal da iniciativa é valorizar magistrados e servidores e aproximar suas famílias e a sociedade da instituição. Para isso, a arte se faz ferramenta para a criação de uma nova política de gestão de pessoas, mais humanizada, além de um clima organizacional mais agradável e favorável para o exercício laboral.

A Mostra vem sendo realizada anualmente no mês de novembro em Porto Velho com artes visuais (fotografia, pintura, esculturas), literatura (poesia) e artes cênicas (teatro, dança e performance), todas desenvolvidas por magistrados e servidores e, desde 2017, familiares destes.

Para propiciar um evento com estrutura adequada a Emeron contrata empresa com experiência na Direção e Produção Artística, organizando e criando de forma profissional a iluminação, sonorização, decoração e orientação para as propostas artísticas apresentadas, fazendo com que público e artistas tenham suas expectativas em relação ao evento totalmente atendidas.

Confira abaixo os dados sobre a realização da Mostra Cultural do Judiciário

II MOSTRA CULTURAL ARTE E SOLIDARIEDADE (2016)	
Trabalhos inscritos	120 no total
Trabalhos selecionados	61, sendo: 24 - Artes cênicas 17 - Literatura 20 - Fotografia
Comarcas envolvidas	18 comarcas (72% das comarcas do Estado)
Patrocínio	Associação dos Funcionários do Poder Judiciário Rondônia – Amigos; Associação dos Magistrados de Rondônia – Ameron; e Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - Sinjur

OBRAS APRESENTADAS		
MÚSICA		
Trabalho	Participante	Comarca
Banda Os Últimos	Laura Brandhuber Cardoso, Tom Rodrigues e Rogério Madeira	Ariquemes/RO
Alienação Parental	Leonardo Nepomuceno dos Anjos, Washington Alves de Sousa Sobrinho e Fernando de Oliveira Lessa	Cacoal/RO
Vejo Enfim a Luz Brilhar	Marcia Elaine dos Santos, Marcio Moisés Silva Pinto e Davi Santos Pinto	Ariquemes/RO
Tocando em Frente	Inês Cancelier Moretto	Ouro Preto do Oeste/RO
Wave	Marcos Alexandre Santana	São Francisco do Guaporé/RO
Dupla Cantora e Tocador	Marcela Cordoba Maran Willyham Theol Denny	Porto Velho
Encontro das águas	Marcos Paulo Soares Da Silva Fredson dos Santos Batista Micael Felipe do Nascimento Batista	Porto Velho
Se Deus me Ouvisse	Patrícia Vanessa Souza Santos	Costa Marques/RO
Semente	Fabio Figueiredo e Abreu Inês Cancelier Moretto	Ouro Preto do Oeste/RO
É isso	Roberth Willyan Araújo e Silva	Santa Luzia d'Oeste/RO
Um Canto Romântico	Endy Jorge Rodrigues da Silva Rinaldo Bezerra Negromonte Neto Tibério Luiz Mendonça	Porto Velho
Telegrama	Giseli Lima Britzke Ramalho	Porto Velho

Dupla Cantor e Tocador	Francisco Casimiro da Silva	Porto Velho
Será	Eliequim Gonçalves	Costa Marques/RO
Do seu lado, Cio da Terra e Carnavália	Coral Vozes do Madeira*	Porto Velho
É preciso saber viver e Medley Tiago Iorc	Coral Nosso Tom**	Santa Luzia d'Oeste/RO

Composição Coral Vozes do Madeira*

Componentes do Coral: Adilson Jairo Feitosa de Matos, Aline de Araújo Medeiros, Angela Aparecida Rodrigues, Anthony Henrique Portela Teixeira, Antônia Odenize Silva dos Santos Oliveira, Cecileide Correia da Silva, Cínthia Mendes Cabral, Denise



Araújo de Oliveira, Emanuelle Ferreira Lima, Erico Jhon do Bom Fim, Gabriela Vasconcelos Xavier de Carvalho, Helena Soares de Oliveira Carvajal, Ivonete Ribeiro Molino Luchesi, Manoel Portela Ferreira, Maria Imaculada de Oliveira Freire, Maria Inês Soares de Oliveira Maranhão, Mariangela Aloise Onofre, Marly do Socorro Romão Gonçalves da Silva, Rosinei Maria Martins, Vanessa Oliveira de Souza. Os Corais Canto Livre do Ministério Público e Coral Ong e Cidadania da Caixa Econômica Federal compuseram as apresentações

Composição Coral Nosso Tom**



Adson dos Santos Ribeiro, Ana Paula, Camila Procópio de Souza, Genivaldo Pereira, Franco, Gisibel Dias de Souza, Gislaine Sizilio da Silva, Jamili Gambarte Rosa, Leonardo Gomes de Moura, Leonidas Pedrão Melo, Luiz Carlos Pereira, Mateus Oliveira Guimarães, Marcia de

Mello Lima, Neusa Giron Pedrão, Paulo Artur Sette dos Santos, Romulo Vieira Sobrinho, Rosimeire Alves Zetoles de Almeida, Simey Alves de Souza e Sthephanie de Moraes Sparano. Regente: Roberth Willyan Araújo e Silva

PERFORMANCE

Trabalho	Participante	Comarca
Poematizar	Renato Luiz Gomez da Silva	Porto Velho/RO
Seu Jorge e Ana Carolina	Maria José Silva de Carvalho Samanta Lopes	

DANÇA

Trabalho	Participante	Comarca
Dance e Seja Mais Feliz	Gislaine Menóssi Teixeira Cardoso Iranildo Soares Cardoso	Porto Velho/RO
Luzes de um Ventre de Amor	Fabiana Cristhie Prestes Moreira Isabela Prestes Moreira Borges e Felipe Prestes Moreira Bianchini Maciel	
Sorry	Grupo de Dança Ariane Tonon	

FOTOGRAFIA

Trabalho	Autor	Comarca
Pé-de-Moleque Peruano	Anderson Luiz Pocahy	Cacoal/RO
O divino se manifesta	Moacir da Cruz Santos	Ji-Paraná/RO
Vanilla sky	Lucineia Aparecida de Meireles Constantino	Pimenta Bueno/RO
Céu de Rondônia Crepúsculo	Paulo Henrique Araújo Lobo	Guajará-Mirim/RO
Empatia no olhar	Pablo Amancio dos Santos	Buritis/RO
Sob à luz do sol e da Lua	Marcelo Bueno Leite	Alta Floresta d'Oeste/RO
Contando carneirinhos	Cátia Carla Gonçalves Bianck da Silva	Cacoal/RO
Leque de Araras	Abel Silverio dos Santos Filho	Alta Floresta d'Oeste/RO
A Ponte e o Flutuante	Eduardo Ribeiro dos Santos	Porto Velho
Obras da Natureza	Danilo Hiroshi Araújo Kamiya	Cacoal/RO
Nosso Guaporé	Patrícia Vanessa Souza Santos	Costa Marques/RO
Pétalas de Ouro	Neide Salgado de Melo	Cacoal/RO
Concentração de biguás e garças	Aracely Ribeiro de Arruda Leite	Porto Velho
Singeleza e Complexidade	Jacqueline Borges Beccaria Muller	Presidente Médici/RO
Beleza singela	Christiana de Almeida Santos Ripke	Vilhena/RO
Fases da Vida	Nivaldo Anjos e Silva	Presidente Médici/RO

Uma visão sobre Rondônia	Josiane Fanti Mizuguti	Vilhena/RO
O que vi da vida	Jeane Verônica Fernandes Duarte	Machadinho d'Oeste/RO
Um novo olhar	Anderson Ricardo Martins	Nova Brasilândia d'Oeste/RO
Liberdade	Wilson Pereira da Rocha Neto	Cacoal/RO

POESIA		
Trabalho	Autor	Comarca
Noites no sertão	Elivelton Pereira da Silva	Machadinho d'Oeste/RO
Venenos e Vinhos	Otávio Polichuk Oliveira Rodríguez Ferro	
Saudades	Jeane Verônica Fernandes Duarte	
Cordel - O Mapinguari e a Matinta Perera	Renato Luiz Gomez Da Silva	Porto Velho
Maria	Andréia de Freitas Pereira Batista	São Francisco do Guaporé
Ex-poesia	Douglas Júnior Azevedo Simões	Alvorada d'Oeste
Ciclo da Felicidade	Francisco Guimarães	
Carta de um Migrante	Erivelton Corrêa Da Silva	Costa Marques
Nos Sonhos	Sílvio Roberto Alves de Melo	
Libertas quae sera tamen	Hérion Fernandes Gomes	Guajará-Mirim
Poesia minha força	Eliequim Gonçalves	Costa Marques
Linha tênue	Michele Nascimento Melo Magalhães	Porto Velho
Retratos da Conciliação	Silvio Fernando de Carvalho Brasil	Jaru/RO
Iguais	Glaudenia Maria Rabelo Costa	Ji-Paraná/RO
Napoleão	Felipe Bernardino dos Santos	Ouro Preto do Oeste
Efêmero	Herbert William Ramos	Machadinho d'Oeste
A Saga de Zeca Machado	Antônio Marcos de Macedo	Ji-Paraná/RO

ARTES PLÁSTICAS		
Trabalho	Autor	Comarca
Botões	Luiza Ester Gonçalo de Farias	Ji-Paraná/RO

II MOSTRA CULTURAL

Fotos





III Mostra Cultural do Judiciário

Para melhor identificação junto aos públicos, o nome foi alterado para III Mostra Cultural do Judiciário. Nesta edição, também foi autorizada a participação de familiares dos serventuários, aproximando ainda mais o projeto de seus objetivos finais.

III Mostra Cultural do Judiciário (2017)	
Trabalhos inscritos	194 no total
Trabalhos selecionados	53, sendo: 16 - Música 10 - Literatura 4, sendo 2 conjuntos de obras - Pintura 4 conjuntos de obras - Escultura 15 - Fotografia 1 - Cinema 1 - Teatro 2 - Dança
Comarcas envolvidas	17 comarcas (68% das comarcas do Estado)
Patrocínio	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - Sinjur

FOTOGRAFIA

Trabalho	Autor	Comarca
Olhares em foco	Pablo Amâncio dos Santos	Buritiz/RO
Refrigério para a Alma	Abel Silverio dos Santos Filho	Alta Floresta d'Oeste/RO
A beleza da integração	Janete Balbinot	Ji-Paraná/RO
A sombra do todo	Anderson Ricardo Martins	Nova Brasilândia d'Oeste/RO
Suor da terra	Poliana Fernandes Macedo Martins	Nova Brasilândia d'Oeste/RO
Dias nublados. Um entardecer incomum!	Adriane Gallo	Costa Marques/RO
O Pescador	Marcelo Bueno Leite	Rolim de Moura/RO
Uma nova perspectiva	Muhammad Hijazi Zaglout	Ariquemes
O pão da esperança, as pedras da resiliência	Ynhana Leal da Silva Torezani	Ouro Preto do Oeste/RO
A bailarina	Douglas Júnior Azevedo Simões	Alvorada d'Oeste/RO
Ação do homem sobre o meio ambiente	Reginaldo Felix de Souza	Alvorada d'Oeste/RO
A sublime inocência de uma criança	Anderson Luiz Pocahy	Cacoal/RO
ArvoresSER	Wilson Pereira da Rocha Neto	Cacoal/RO
Educação que dá sentido à história	Larissa Pinho de Alencar Lima	Santa Luzia do Oeste
Indo embora	Elton Gil Gomes de Farias	Ji-Paraná

ARTES PLÁSTICAS

Trabalho	Autor	Comarca
Conjunto de obra Abstrato	Jaqueline Katia dos Santos	Pimenta Bueno/RO
Conjunto de obra	Fernando de Oliveira Lessa	Cacoal/RO
Arte em Torno - Conjunto de Obra	Leonardo Felipe Peixoto Borsatti	Pimenta Bueno/RO
Conjunto de obra Raízes	Glauco Antonio Alves	Ouro Preto do Oeste
Canto do Céu	Josiane Fanti Mizuguti	Vilhena/RO
Conjunto de obra	Luiza Ester Gonçalves de Farias	Ji-Paraná/RO
Amável	Irene Luiza Lopes	Espigão d'Oeste/RO

POESIA		
Trabalho	Autor	Comarca
Sou mulher	Eliane Rudey	Ariquemes/RO
Ser	Eliane Basso	Nova Brasilândia d'Oeste/RO
A verdade de SER	Patricia Regina Brandelero	Rolim de Moura/RO
Tempos perdidos	Francisco Guimarães	Alvorada d'Oeste/RO
Sonho de nós	Elzivã Gomes dos Santos Félix	Ji-Paraná/RO
Invisível	Catia Cristina da Silva	Cacoal/RO
Várzeas do Guaporé	Andréia de Freitas Pereira Batista	São Francisco do Guaporé/RO
Sonhos urbanizados	Luiza Marilac Almeida Teixeira de Oliveira	Ji-Paraná/RO
Descompasso	Edenir Aparecida Ferreira Gomes Carrelli	Cacoal/RO
Casulo é porta	Herbert William Ramos	Porto Velho

MÚSICA		
Trabalho	Participante	Comarca
Era uma vez	Marcia Elaine dos Santos Pinto Márcio Moisés Silva Pinto Bárbara Ariel Couto Pinto Davi Santos Pinto, Felipe dos Santos Pinto	Ariquemes/RO
When I'm gone - A coragem de ser	Martina Mariana Santos Queiroz Vieira Nathiely Cavalheiro de Melo e Weliton do Nascimento, Alexandre	Ji-Paraná/RO
Caneta e Papel	Roberth Wiillyan Araújo e Silva	Santa Luzia d'Oeste/RO
Corações Animais	josé leonardo gomes donato, Tiberio Luiz Coimbra Mendonça, Allan Prestes, Rousseau Braga e Walber Sweudes Gomes Donato	Porto Velho
Não é mais segredo	Raul Guilherme Dias de Almeida	Ariquemes/RO
Amanhecer	Fábio Figueiredo de Abreu	Presidente Médici/RO
9 meses (oração do bebê)	Cintia Vecchi de Carvalho Ferreira Lia Vecchi Tomaz	Ouro Preto do Oeste/RO
Renovação do Ser	Jeferson Alves da Silva e Jussara Ribeiro Lukachinski	Ariquemes/RO
Hallelujah	Patricia Vanessa Souza Santos Acácia Francielli Bueno Possmoser	Ariquemes/RO
Ária na Corda Sol	Marcos Alexandre Santana	Costa Marques/RO
Pout Purri (Besame Mucho / Tico Tico no Fubá)	Maxulene de Sousa Freitas, Heverton Henrique Pereira, Cinã Rodrigues, Eller Cardoso, Anderson Pereira	Comarca de Cacoal/RO
Caçador de mim	Antonio Marcos De Macedo	São Francisco do Guaporé/RO
Músicas da Jovem Guarda - Garota do Baile e Hoje vim dizer que te amo	Francisco Casimiro da Silva (Piauí),	São Francisco do Guaporé/RO
Como Diria Dylan	Márcio Moisés Silva Pinto, Davi Santos Pinto, Felipe dos Santos	Ariquemes/RO

Bom Natal	Coral Doce Melodia*	Porto Velho
Exagerado	João Valerio Silva Neto, Fábio Figueiredo de Abreu e Antônio César Alves Vieira	Ouro Preto do Oeste
Monte Castelo – Pais e Filhos Trem Bala	Coral Nosso Tom**	Santa Luzia d'Oeste/RO
Baianá, Sina e Sutilmente	Coral Vozes do Madeira***	Porto Velho

Composição Coral Doce Melodia***

Regente: Jaqueline Fraga

Valentina Lumi Pego Yassaka, Enzo Ferretti Mees, Luiza Maria de Oliveira Souza, Lilian Kohns Rodrigues Holder, Guilherme Nunes Tudela Nicolau, Lorena Schumacker de Carvalho, Geovanna Silva Lacerda, Saimon Pereira Reis, Winne Macêdo Souza, Isabela Baldin Jaworski, Eurico Amaral, João Marcos Lopes de Moraes, Mariana Gonçalves Feliszyn, Gabriel Costa Brandão, Katherine R Molia, Maria Eduarda Franco Alves, Ana Júlia, Pedro de Arruda Alcântara, Bernardo Miranda Rodrigues, Júlia Miranda Rodrigues, Giovanna Silva Souza, Bruce Barbosa Guerra Filho, Igrid Gonçalves Borges, Júlia Sophia Cavalcante Schoaba, Mirella Azevedo de Mello, Ana Júlia Pereira Florintino, Beatriz Evangelista Freitas da Cunha, Yasmim Hessel Machado de Oliveira, Nicolly Alves Tiago da Rocha, Tayse Malaquias Corrêa, Eloá Borges Paiva, Gustavo Vale Nogueira, Antônio Vale Nogueira, Valentina Cahulla Belmont, Isabeli Cahulla Belmont,, Matheus Almeida Mendonça, Yasmim Almeida Mendonça, Manuela Maia Alves Almeida, Thalynni Geovanna Oliveira, Davi Amaral, Letícia Aben Athar Gomes, Isabela Fernanda Lima, Júlia Portela Satarém, Júlia do Carmo Bernardino Magalhães, Gabriel do Carmo Bernardinho Magalhães, Roque Salla Filho, Larissa Bento Nogueira, Lucas Agnaldo Barbosa Coelho, Maria Tereza, Enzo Pilon Padilha, Bianca Gabrielle Fialho Mariano e João Pedro de Vargas Chiquetti.

Composição Coral Nosso Tom**

Regente: Roberth Willyan Araújo e Silva

Adson dos Santos Ribeiro, Ana Paula, Genivaldo Pereira Franco, Gisibel Dias de Souza, Gislaine Sizilio da Silva, Leonardo Gomes de Moura, Leonidas Pedron Melo, Luiz Carlos Pereira, Matheus Oliveira Guimarães, Marcia de Mello Lima, Michele Samara Zampieri,

Neusa Giron Pedron, Paulo Artur Sette dos Santos, Romulo Vieira Sobrinho, Rosimeire Alves Zetoles de Almeida, Sandra Lucimar Rodrigues, Simey Alves de Souza, Sthephanie de Moraes Sparano.

Composição Coral Vozes do Madeira***

Componentes do Coral: Adilson Jairo Feitosa de Matos, Aline Rodrigues Moreira Dantas, Antônia Odenize Silva dos Santos Oliveira, Cecileide Correia da Silva, Emanuelle Ferreira Lima, Gabriela Vasconcelos Xavier de Carvalho, Helena Soares de Oliveira Carvajal, Mariangela Aloise Onofre, Michele Nascimento Melo Magalhães, Rosinei Maria Martins, Cleber Silva e Moura e Herbert William Ramos. Os Corais Canto Livre do Ministério Público e Coral Ong e Cidadania da Caixa Econômica Federal compuseram as apresentações

DANÇA		
Trabalho	Autor/Grupo	Comarca
Dança do ventre	Simone Cristiane Scarabel Nara Teixeira, Nanete Rezek, Elaine Karine, Mical, Selma Gonçalves, Andressa Alves, Sulema dos Anjos	Porto Velho
Mulher X Dança do Ventre Da sensibilidade do ser à construção de uma nova identidade	Andréia Cristiane Lobato da Assunção	Cacoal/RO

TEATRO		
Trabalho	Autor/Grupo	Comarca
Desencontros e desconversas	Almício Fernandes, Leandro Teles e Danny Moschini	Porto Velho

CINEMA		
Trabalho	Autor/Grupo	Comarca
O verdadeiro amor	Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Daniela Cristina dos Santos Viana da Cruz, Glaudenia Maria Rabelo Costa, Janete Balbinot, Mariangela Chaves dos Santos, Martina Mariana Santos Queiroz Vieira, Rosilane Gomes de Oliveira Correia, Luiz Fernando Vieira, Nathiely Cavalheiro de Melo e Weliton do Nascimento Alexandre (Estagiários)	Ji-Paraná

III MOSTRA CULTURAL

Fotos





Judiciário na Escola

Desde 2015 o curso de Especialização em Direito em Carreira da Magistratura realiza, como ação de responsabilidade social, o Projeto Judiciário na Escola, em que os cursistas da Pós-Graduação levam informações e reflexões sobre direitos e deveres aos alunos da Rede Estadual de Ensino de Porto Velho.

Realizado como atividade complementar nas disciplinas Direito Civil I e II, o projeto é coordenado pelos juízes professores Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa e Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza e tem como objetivo aproximar o poder judiciário da sociedade, desenvolver os conhecimentos dos pós-graduandos ao desafiá-los a compartilhar



os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos do Direito Civil com a comunidade escolar, a fim de promover o debate da realidade local e orientar para a formação da cidadania a partir dos valores éticos e solidários exaltando o valor da dignidade da pessoa humana, propondo que a instituição escolar seja livre do preconceito e atue como um importante espaço de pacificação e um ambiente de convivência saudável, por meio da mediação escolar.

Para isso, temas como violência, afetividade, ética, solidariedade social, privacidade e uso de drogas são tratados por meio de performances teatrais, música, palestras e debates. Mais de mil alunos já foram atendidos pelo programa, conforme informações a seguir:

**2016**

Período	Escolas
18 e 19 de agosto - (6 turmas – 2 turmas por sessão, totalizando 163 alunos);	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Luiz
20 a 22 de setembro (12 turmas – 2 turmas por sessão)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eduardo Lima e Silva
4 e 5 de outubro (8 turmas - 3 turmas por sessão = 205 alunos)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Petrônio Barcelos

Pós-Graduandos Participantes

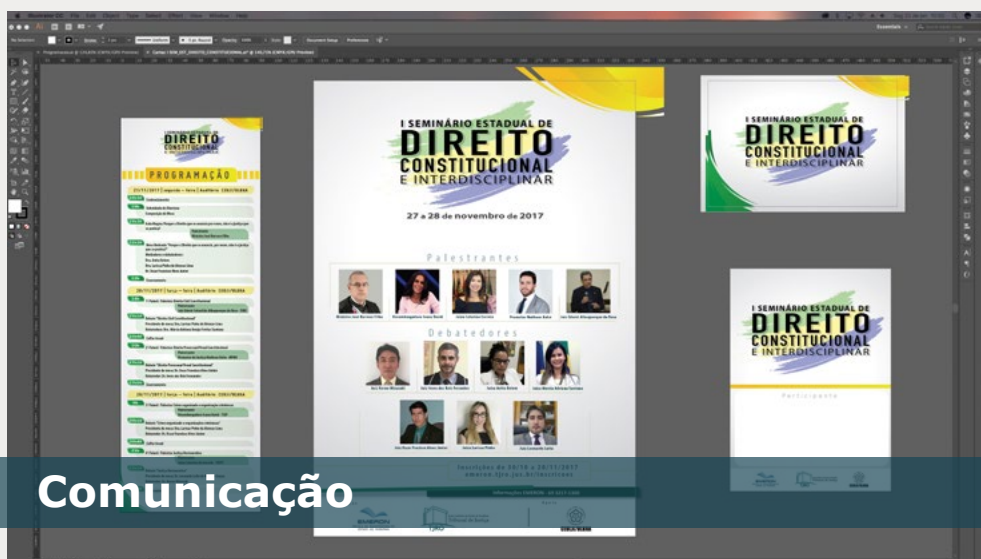
Tema Violência	Tema Privacidade	Tema Afetividade
Coordenadora: Hanna Chaves Ferreira Flexa Thó Atalício Teófilo Leite Danilo Belarmino Tágua de Freitas Débora Cândida de Paula Rubira Endrio de Melo Bogoevich Eric da Costa Sicsú Gustavo Luiz Ferreira Leismann Ingrid Oliveira Castro Rodrigues Iris da Silva Borges Juliana Lima Moura Nogueira Renato Gottlieb Pacheco	Coordenador: Marcos Paulo de Lima Marques André Nobres da Silva Carla Aparecida Mantaia Cleiziane Gomes dos Santos Edgleisson Brito da Silva Elton Emanuel Brito Cavalcante Ieda Garcia Martins Magalhães Jacson da Silva Sousa Jemima Noêmi Andrade dos Santos Campelo Ferreira Loureane Barcé da Silva Manoel Portela Ferreira Natália Karoline Alves de Souza Pereira Polianne Herlize Moreira Ratz dos Reis Taíssa da Silva Sousa	Coordenadora: Ketllen Keity Gois Pettenon Ana Beatriz Altini Paes Ana Carla Cipriano Dourado dos Santos Ana Cláudia Vilhena de Melo Cecília Botelho Silva Daniela Araújo de Resende Laísa Vedrama Lima Lana Cristina de Alencar Perez Larissa Carvalho Torres Seixas Larissa Rapozo da Silva Soares Michele Assumpção Barroso Phamella Thays Rezende Belini Renata Siqueira Xavier de Souza Sara Coelho da Silva Teciana Mechora dos Santos



2017	
Período	Escolas
5 e 6 de outubro - 125 alunos do 1º ano do ensino médio; 45 alunos do 2º ano; e 40 alunos do 3º ano.	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Luiz
30 e 31 de outubro de 2017 135 alunos do 1º ano do ensino médio.	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eduardo Lima e Silva
21 e 22 de novembro - 10 (dez) alunos do 6º ano, 10 (dez) alunos do 7º ano, 38 (trinta e oito) alunos 8º ano e 22 (vinte e dois) alunos do 9º ano.	Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe Mário Castagna

Pós-Graduandos Participantes		
Tema Violência	Tema Privacidade	Tema Afetividade
Coordenadora: Leovânia Fátima da Silva Ana Paula Luna Novais Luciane Gimax Henrique Aline Quessi Freitas Lima Tiago Victor Nascimento da Silva Lorraine Iyacoca de Assis Gonçalves Silva Arcelino de Souza Pinheiro Samia Gabriela Nunes Rocha Aná Bastos Regis Camila Valeria Graca Ivankovics	Coordenador: Rosimery do Vale Silva Ripke Marly Suave Richard Soares Ribeiro Alessandra Rocha Camelo Frâncis Cristiane Macauache Tavares Libânia Nathalia Alves Conceição Rosimery do Vale Silva Ripke Sheila Cristiane Barrozo da Silva Mariana Leite de Freitas Nathalia Alves Conceição	Coordenadora: Lorena Santos Gorayeb Ryan Marques de Oliveira Medeiros Nilma Raidete Souto Doria Ana Paula Ferreira do Amaral Maiara Lima Ximenes Trench Paulo Vitor Menezes Barros Marlene Sofia da Silva Nascimento Elisethe Lourenço da Silva Rosa Sabrina Souza Cruz





A Assessoria de Comunicação foi implantada em 2015 com a finalidade viabilizar uma cultura de comunicação, visando à consolidação da imagem da Instituição, auxiliando o público na compreensão de seu papel perante à sociedade e oferecer apoio especializado em sua área de atuação para o desenvolvimento das atividades da Emeron.

Desde sua criação a Ascom vem sendo estruturada para cumprir os objetivos de sua existência. A comunicação gráfica da Emeron tem recebido bastante atenção e tem sido fortalecida desde a chegada, no início de 2016, de servidor com experiência nessa área e em produção audiovisual e fotografia.

Isso possibilitou que no mesmo ano, como ação comemorativa aos 30 anos de fundação, fosse instituída a nova identidade visual da Emeron. A atualização da representação gráfica foi acompanhada de um manual de identidade visual, documento que estabelece normas e recomendações para o correto uso da marca. Por meio do documento, padronizou-se também o layout de todos os materiais gráficos produzidos para os eventos da Emeron, como cartazes, banners e folders, de forma a criar unicidade e facilitar o reconhecimento por parte do público.

Como avanço na comunicação gráfica e também com o intuito de dar início a produção própria de audiovisual,

no início de 2017 a Assessoria passa a utilizar computador iMac, da Apple, referência na área de computação gráfica devido as ferramentas de ponta para edição de áudio, vídeo e imagens, alta capacidade de armazenamento de dados e chips gráficos super rápidos.

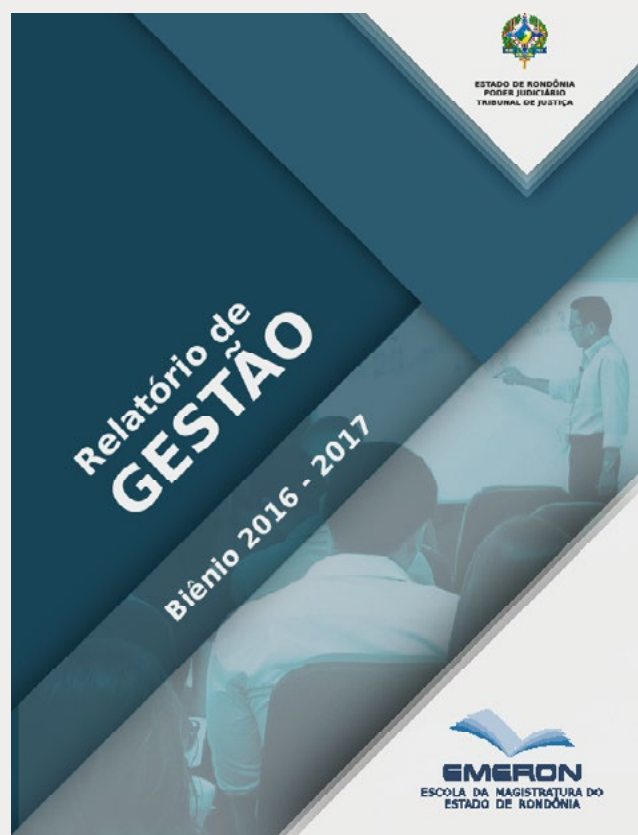
Os serviços de produção gráfica foram expandidos com o aumento da demanda para a criação de e-books (ou livros digitais) voltados, principalmente, à pesquisa acadêmica. O processo foi aprimorado com a realização de capacitações em produção de e-books e publicações digitais interativas, realizadas em 2017.

A cobertura jornalística também avançou bastante. Em 2016, foram publicados 357 textos sobre as atividades da Emeron ou assuntos relacionados a educação judicial, sendo 85% deles de produção própria. Já em 2017 esse número aumentou para 389.

No segundo semestre de 2017 foram adquiridas duas câmeras fotográficas profissionais, bem como acessórios para utilização nas coberturas de eventos e também para a produção

audiovisual, visto que os equipamentos comprados permitem a produção de vídeos em alta definição.

Outra ação do biênio foi a solicitação para a lotação de jornalista aprovado no Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Servidores, realizado em 2015, visando reforçar a equipe e atender às demandas com maior qualidade. O pedido ainda se encontra em andamento.





Biblioteca

A Biblioteca da Emeron é uma unidade de informação em Direito e áreas afins de interesse do Tribunal de Justiça de Rondônia, e tem como missão oferecer apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Emeron. Atualmente mais de 4.000 títulos dentre livros, periódicos, trabalhos acadêmicos de magistrados e servidores do TJRO e alunos da Emeron, CD-Room's e DVD'S estão disponibilizados à comunidade para empréstimos e consultas, além da oferta de espaço para estudos.

Ao longo do biênio 2016-2017 a unidade passou por um processo de revitalização. A primeira grande conquista foi a aquisição da licença perpétua de utilização do PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas, ferramenta informatizada



de gerenciamento de dados, direcionado a diversos tipos de Centros de Informação. A implantação do sistema permitiu a informatização das rotinas, resultando em uma melhor gestão do acervo em diversos aspectos, desde a compra de obras até os empréstimos. Dentre os processos que serão beneficiados estão a catalogação (registro de informações sobre um determinado documento) que poderá ser feita pela importação de catalogação já feita por outro centro de informação e o gerenciamento digital do acervo tanto pela biblioteca quanto pelos usuários, que poderão realizar consultas, reservas e renovação de empréstimos totalmente online.



O intercâmbio entre outras bibliotecas também foi fortalecido, permitindo que a Emeron passasse a receber doações de obras de entidades como Senado Federal, Câmara dos Deputados e outros tribunais de justiça. Essas parcerias promoveram a atualização constante do acervo.

Já no segundo semestre de 2017 foi iniciada a renovação do espaço físico, visando atender as normativas de conservação de exemplares, a acomodação de novas aquisições e proporcionar aos usuários um ambiente agradável para estudo. A biblioteca passou a contar com armário guarda volumes, salão de leitura com mesas de estudo e novas estantes.

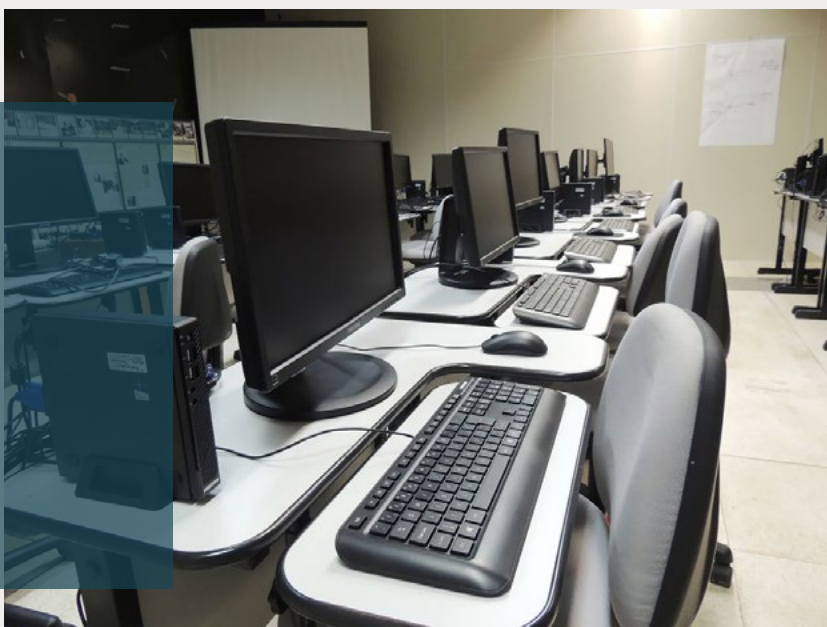
Com essa nova realidade, o regulamento da biblioteca também passou por

atualizações, contemplando as rotinas informatizadas e as regras de uso do novo espaço. A atualização foi instituída por meio da publicação da Instrução Emeron nº 4/2017.

Todas essas mudanças permitiram a expansão do atendimento prestado ao público. Somente em 2017, mais de 800 usuários frequentaram a biblioteca para estudo, sendo realizados 219 empréstimos de livros ao longo do ano. O centro de informação também expandiu os serviços disponibilizados até então, passando a oferecer orientação de formatação de monografias e de elaboração de referências bibliográficas, elaboração de fichas catalográficas e solicitação de registros de ISBN (International Standard Book Number).



Modernização tecnológica



A modernização tecnológica na Emeron é uma preocupação constante e se divide em duas frentes: inovações de hardware e de software.

A inovação de hardware se refere as aquisições de periféricos para auxiliar as atividades da Escola, seja diretamente pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTIC) ou para uso por outras unidades.

Nos anos de 2016 e 2017 foram adquiridos:

- 15 notebooks e 7 projetores para aparelhar todas as quatro salas de aula e utilização em reuniões e eventos externos;
- Computadores iMac, HD externo e monitores adicionais para uso da Assessoria de Comunicação;
- 6 impressoras monocromáticas e coloridas;
- 10 tablets;
- 20 computadores mini PC para renovação do laboratório de informática;

As mudanças em relação à software incluem a atualização do sistema EscolaWeb, que passou a se chamar EscolaWeb Mobile. A nova plataforma permite o acesso por meio de dispositivos móveis e traz maior integração entre os sistemas departamento e administrativo com o cruzamento das informações sobre as atividades formativas e seus correspondentes orçamentos.

A ferramenta também disponibiliza relatórios de acompanhamento das etapas financeira (reserva orçamentária, saldo, movimentações, suplementações, reduções) e pedagógica (planejamento da formação, emissão de frequência) de cada ação executada pela Emeron e integra o cronograma de formações com o Portal da Emeron, atualizando as informações automaticamente para os leitores do site.

Assim como o EscolaWeb Mobile, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) também passou por atualizações. Utilizando a versão mais atualizada da Plataforma Moodle, o AVA apresenta novo layout e hospedou recentemente a execução do curso “Execução Penal”, na modalidade a distância, integrante do sistema de compartilhamento de cursos elaborados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

O Portal da Emeron também foi reformulado para tornar-se acessível a pessoas com deficiência, conforme regras emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Totalmente responsivo, ou seja, adaptando-se a telas de dispositivos desktop (computadores) ou mobile (celulares e tablets), o atual layout apresenta letras maiores, menus mais simples e melhor identificados, facilitando a navegação. O site também foi adaptado para atender, ainda, a Lei de Acesso a Informação.

Além dos softwares desenvolvidos pela própria DTIC, foram adquiridos também o sistema Pergamum, para a biblioteca, e o pacote de aplicações Adobe para utilização da Assessoria de Comunicação nos computadores iMac. Ao todo, mais de R\$ 200.000,00 foram investidos na modernização tecnológica entre 2016 e 2017.



Medalha do Mérito Acadêmico



Com o desiderato de reconhecer iniciativas e contribuições de professores, alunos e personalidades jurídicas por seus méritos e relevante contribuição prestadas à educação, ao ensino do Direito e à jurisdição, a Emeron instituiu pela Resolução n. 025/2013 a Medalha do Mérito Acadêmico “CÉSAR MONTENEGRO”

A medalha do mérito acadêmico leva o nome e a efígie do eminente Desembargador Francisco Cesar Soares de Montenegro (in memoriam), nome de grande importância para a justiça e para este Poder Judiciário. César foi um dos responsáveis pelo projeto de criação da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia e durante sua trajetória na magistratura contribuiu para o aperfeiçoamento da justiça com a publicação de vários livros jurídicos.

Outorgas

Em dezembro de 2016, durante a abertura do XLIV Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), realizado em Porto Velho, ocorreu a entrega da comenda ao primeiro agraciado. O presidente do COPEDEM, desembargador Rulli Junior, recebeu o reconhecimento pelo trabalho no aprimoramento das Escolas Judiciais Estaduais.





Ex-diretores

Como parte das comemorações dos 30 anos da Emeron, ainda em dezembro, foi promovida a outorga do libelo aos Ex-diretores e vice-diretores da Escola Judicial. Receberam a medalha os ex-diretores Eurico Montenegro Júnior, Eliseu Fernandes de Souza, Dimas Ribeiro da Fonseca, Gabriel Marques de Carvalho, Renato Martins Mimessi, Rowilson Teixeira, Roosevelt Queiroz Costa, Valter de Oliveira, Walter Waltenberg Silva Junior e Sansão Saldanha e os ex vice-diretores Francisco Prestello, Marcos Alaor Dinis Grangeia, Alexandre Miguel, Sérgio William Domingues Teixeira e Ilisir Bueno Rodrigues.



Em nome dos agraciados, o desembargador Eurico Montenegro, primeiro diretor da Emeron e irmão de César Montenegro, fez um pronunciamento em que resgatou a trajetória de pioneirismo e vanguarda da Escola de Rondônia. Montenegro mencionou ainda as dificuldades enfrentadas, desafios transplantados e magistrados que contribuíram, muitas vezes de maneira voluntária, com o crescimento da Emeron. Para finalizar, agradeceu, em nome de todos os homenageados: "Agradecemos a medalha recebida e afirmo que temos orgulho da nossa Escola, hoje, uma verdadeira universidade".



Ministro

Em evento de comemoração dos 10 anos da Faculdade Católica de Rondônia, o Tribunal Pleno Administrativo do Poder Judiciário do Estado de Rondônia homenageou o Ministro Emérito do STF José Néri da Silveira, concedendo-lhe a Medalha do Mérito Acadêmico Desembargador César Montenegro. A cerimônia de outorga, que também homenageou o ministro com o título de Doutor Honoris Causa, ocorreu no dia 28 de setembro de 2017 em Porto Velho.

AGRADECIMENTO À EQUIPE

Os êxitos obtidos pela Emeron e descritos neste Relatório só foram possíveis em razão do trabalho contínuo e de excelência realizado pela equipe que compõe a Escola da Magistratura de Rondônia. Foi por meio do esforço individual, somados em constante cooperação, que a nossa Escola pôde chegar ao patamar onde se encontra, sendo titulada como referência para outras Escolas Judiciais de todo o país.

Por toda a dedicação durante esses dois anos de gestão, o nosso sincero agradecimento aos que por aqui passaram e deixaram sua contribuição e aos que permanecem concretizando o ideal de uma justiça preparada, humana e efetiva.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori e Juiz de Direito Guilherme Ribeiro Baldan
Diretor e Vice-Diretor da Emeron

